

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

**O VALOR ECONÔMICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DA FÁBRICA
RHEINGANTZ NA CIDADE DO RIO GRANDE – RS**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Memória Social e
Patrimônio Cultural da Universidade
Federal de Pelotas como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Pelotas, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586v Silva, Rogério Piva da
O valor econômico do patrimônio cultural: o caso da fábrica
Rheingantz em Rio Grande - RS / Rogério Piva da Silva; orientador
Sidney Gonçalves Vieira. – Pelotas, 2012.
150 f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas,
2012.

1. Patrimônio cultural. 2. Identidade. 3. Rheingantz. 4. Valoração
econômica. I. Vieira, Sidney Gonçalves, org. II. Título.

CDD: 306

Banca Examinadora

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira – Orientador

.....
Prof^a. Dr^a. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

.....
Prof. Dr. Tiarajú Alves de Freitas

Dedico este trabalho a todos que se emocionam ao passar pela Avenida Rheingantz e deparam-se com a construção colossal que um dia foi o ícone do desenvolvimento local e, atualmente, é a celebração à história da indústria gaúcha. Em especial, a três ex-funcionárias: minha avó Aracy, minha mãe Inilde e a amiga Orlandina, que me ensinaram a respeitar tudo o que esta fábrica representa.

Agradecimentos

Ao professor doutor Sidney Gonçalves Vieira, pela sua orientação neste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, em especial à Professora Doutora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, exemplo de dedicação e profissionalismo e a Sr^a Nanci Ribeiro, sempre amável com todos.

Ao professor doutor Tiarajú Alves de Freitas, pela disponibilidade em participar da banca desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas do mestrado, pelo carinho durante essa trajetória.

Ao Senhor Américo Bulla e sua filha Elizabeth Bulla, pela preocupação com a preservação da memória do Rio Grande.

Aos meus pais.

À minha esposa Márcia e aos nossos filhos Marília, Malena e Rogério Filho, pelo apoio, amizade, respeito, incentivo e amor incondicional.

Ao Grande Arquiteto do Universo por ter me dado uma família maravilhosa, amigos sinceros e me conceder o privilégio de retornar à condição de estudante, frequentando um curso com uma proposta tão relevante sobre Memória e Patrimônio Cultural.

“O valor dos bens culturais tem a magnitude da consciência dos povos a respeito de sua própria vida”. (SOUZA FILHO)

RESUMO

A Fábrica Rheingantz, fundada em 1873 na cidade do Rio Grande, foi a pioneira na industrialização no Rio Grande do Sul. Seu complexo, que através da produção fabril ajudou a impulsionar a economia local, encontra-se abandonada desde que sua atividade entrou em declínio ao fim dos anos 1960, abrigando desocupados e sendo alvo de vândalos. O descaso e a degradação que vem sofrendo, evidencia que se nada for feito rapidamente, pode-se perder um dos únicos sítios industriais urbanos do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém parte de sua estrutura edificada. Com o intuito de fornecer uma dimensão distintiva aos agentes e gestores patrimoniais na tomada de decisão, este trabalho tem por objetivo dimensionar o valor atribuído pela sociedade rio-grandina à fábrica Rheingantz utilizando, o método da valoração contingente, fundamentado em Pearce, Pagliola, entre outros. A valoração econômica se justifica em virtude da necessidade de se fazer escolhas entre o que é imprescindível preservar e o que não é - em função dos recursos escassos. Para tanto, este trabalho foi desenvolvido por meio do método de abordagem dedutivo, descritivo e pesquisa de campo. Foram entrevistados 500 indivíduos dos quais, 87% acreditam que a fábrica representa a identidade local, 84% que deve ser tombada como patrimônio cultural do Rio Grande e 63% responderam estarem dispostos a pagar/doar pela preservação/conservação do Patrimônio Cultural representado pela Rheingantz, resultando em uma disposição média a pagar de R\$ 4,44 e valor econômico total de R\$5.682.600,00.

Palavras-Chave:

Patrimônio, Identidade, Rheingantz, Valoração Econômica, DAP

ABSTRACT

Rheingantz Factory, founded in 1873 in Rio Grande, was a pioneer in industrialization in Rio Grande do Sul. The complex, which through the factory production helped to boost the local economy, is abandoned since the activity began to decline in the late 1960s. As a consequence, it starts to house unemployed and be vandalized. The neglect and degradation that has been suffering, shows that if nothing is done quickly, you can lose the only place industrial city of Rio Grande do Sul, which still retains some of its structure built. In order to provide a distinctive dimension to the agents and asset managers in making decisions, this study aims to measure the value assigned by society to the factory Rheingantz. For this, it will be used the contingent valuation method based on Pearce, Paglioli, among others. The economic valuation is justified by the need to make choices between what is essential to preserve and what is not, because of scarce resources. To this end, this study was conducted by the method of deductive approach, descriptive and field research. We interviewed 500 individuals of whom 87% believed that the plant represents a local identity, 84% should be overthrown as cultural heritage of the Rio Grande and 63% said they are willing to pay / donate for the preservation / conservation of cultural heritage represented by the Rheingantz, resulting in an average willingness to pay R\$ 18.96 and total economic value of R\$ 5,682,600.00.

Keywords:

Heritage, Identity, Rheingantz, Economic Value, DAP

Lista de Ilustrações

Figura 1: Localização da Cidade do Rio Grande	24
Figura 2: Localização da fábrica Rheingantz	26
Figura 3: Anúncio da Rheingantz no Jornal Echo do Sul	31
Figura 4: Carlos Guilherme Rheingantz	32
Figura 5: Miguel Tito de Sá	32
Figura 6: Herman Vater	33
Figura 7: Instalações da fábrica Rheingantz e casa dos operários, sec. XIX	34
Figura 8: Novas máquinas espuladeiras automáticas	35
Figura 9: Tecelagem Rheingantz, início sec. XX	36
Figura 10: Secção de tecelagem	37
Figura 11: Desfile de moda da fábrica Rheingantz	38
Figura 12: Secção de Fio penteado	40
Figura 13: Saída dos funcionários – 1944	43
Figura 14: Complexo da fábrica Rheingantz	44
Figura 15: Cooperativa de Consumo	45
Figura 16: Sociedade Mutualidade	47
Figura 17: Berçário Rheingantz - 1956	47
Figura 18: Creche Rheingantz - 1956	48
Figura 19: Alunos e Professores do Grupo Escolar Comendador Rheingantz - 1957	49
Figura 20: Escritório Central e Fotografia do Arquiteto projetista Theodor Wiederspahn	51
Figura 21: Publicidade da fábrica Rheingantz	52
Figura 22: Publicidade da fábrica Rheingantz	53
Figura 23: Ações da Companhia Inca Têxtil e Industrial	55
Figura 24: Parte da fachada principal, cassino dos mestres e casa de operários	56
Figura 25: Fachada principal	57
Figura 26: Fachada principal	58
Figura 27: Cassino dos Mestres (vista lateral)	59

Figura 28: Cassino dos Mestres (vista frontal)	60
Figura 29: Interior do Cassino dos Mestres	60
Figura 30: Casa dos Mestres atualmente após incêndio	62
Figura 31: Apartamentos a venda no terreno da fábrica Rheingantz	99
Figura 32: Faixas de Renda	102
Figura 33: Faixa Etária	103
Figura 34: Escolaridade	103
Figura 35: Etnia	104
Figura 36: Estado Civil	104
Figura 37: O Patrimônio cultural deve ser preservado?	105
Figura 38 Representatividade patrimonial da fábrica Rheingantz	106
Figura 39: Opinião quanto ao tombamento da fábrica	106
Figura 40: Qual prédio do Complexo deveria ser recuperado primeiro	107
Figura 41: Participação no Fundesphic-Rheingantz	108
Figura 42: Percentual de pessoas que trabalharam ou tem parentes que trabalharam na Rheingantz	110
Figura 43: Disposição a Pagar Total x Disposição a pagar dos ex-funcionários	111
Figura 44: Valor Médio da DAP total x Valor Médio da DAP dos ex-funcionários	112
Figura 45: Motivos para não participar do Fundesphic-Rheingantz	113
Figura 46: Arranjo dos Bairros para análise da Disposição a Pagar	114
Figura 47: Localização e Disposição a Pagar da Região 1	115
Figura 48: Localização e Disposição a Pagar da Região 2	117
Figura 49: Localização e Disposição a Pagar da Região 3	120
Figura 50: Localização e Disposição a Pagar da Região 4	122
Figura 51: Localização e Disposição a Pagar da Região 5	124
Figura 52: Localização e Disposição a Pagar da Região 6	126
Figura 53: Localização e Disposição a Pagar da Região 7	128
Figura 54: Localização e Disposição a Pagar da Região 8	130
Figura 55: Localização e Disposição a Pagar da Região 9	132
Figura 56: Localização e Disposição a Pagar da Região 10	134

Lista de Quadros

Quadro 1: Estatística de algumas fábricas existentes no município do Rio Grande em março de 1918	30
Quadro 2: As maiores indústrias Têxteis do RS em 1895	42
Quadro 3: Movimento Cooperativo e Assistencial de julho de 1956	46
Quadro 4: Faixa Etária X Disposição a Pagar	108
Quadro 5: Sexo X Disposição a Pagar	109
Quadro 6: Escolaridade X Disposição a Pagar	109
Quadro 7: Renda X Disposição a Pagar	110
Quadro 8: Renda X Disposição a Pagar (Região 1)	116
Quadro 9: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 1)	116
Quadro 10: Sexo X Disposição a Pagar (Região 1)	116
Quadro 11: Estado Civil X Disposição a Pagar (Região 1)	117
Quadro 12: Renda X Disposição a Pagar (Região 2)	118
Quadro 13: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 2)	118
Quadro 14: Sexo X Disposição a Pagar (Região 2)	118
Quadro 15: Escolaridade X Disposição a Pagar (Região 2)	119
Quadro 16: Renda X Disposição a Pagar (Região 3)	120
Quadro 17: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 3)	121
Quadro 18: Sexo X Disposição a Pagar (Região 3)	121
Quadro 19: Escolaridade X Disposição a Pagar (Região 3)	122
Quadro 20: Renda X Disposição a Pagar (Região 4)	123
Quadro 21: Sexo X Disposição a Pagar (Região 4)	123
Quadro 22: Estado Civil X Disposição a Pagar (Região 4)	124
Quadro 23: Renda X Disposição a Pagar (Região 5)	125
Quadro 24: Sexo X Disposição a Pagar (Região 5)	125
Quadro 25: Estado Civil X Disposição a Pagar (Região 5)	125
Quadro 26: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 6)	127
Quadro 27: Sexo X Disposição a Pagar (Região 6)	127
Quadro 28: Renda X Disposição a Pagar (Região 7)	129
Quadro 29: Sexo X Disposição a Pagar (Região 7)	129
Quadro 30: Renda X Disposição a Pagar (Região 8)	130

Quadro 31: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 8)	131
Quadro 32: Sexo X Disposição a Pagar (Região 8)	131
Quadro 33: Renda X Disposição a Pagar (Região 9)	133
Quadro 34: Faixa Etária X Disposição a Pagar (Região 9)	133
Quadro 35: Estado Civil X Disposição a Pagar (Região 9)	133
Quadro 36: Renda X Disposição a Pagar (Região 10)	135
Quadro 37: Estado Civil X Disposição a Pagar (Região 10)	135
Quadro 38: Resultado Estimação MQO	136
Quadro 39: Resultado Estimação Modelo Logit	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – A FÁBRICA RHEINGANTZ	23
1.1 – Localização	23
1.2 – O Surgimento da Indústria no Brasil e o Pioneirismo da Rheingantz no Rio Grande do Sul	27
1.3 – A decadência de fábrica Rheingantz	51
1.4 – A “Fábrica” hoje: discussão judicial e o estado de conservação	56
CAPÍTULO 2 – O PATRIMÔNIO CULTURAL	64
2.1 – Conceito de patrimônio	64
2.2 – O Conceito no Brasil	71
CAPÍTULO 3 – VALORAÇÃO ECONÔMICA	78
3.1 – Os Métodos de Valoração Econômica	84
3.1.1. Método dos Preços Hedônicos	84
3.1.2. Método do Custo de Viagem	85
3.1.3. Método do Custo de Oportunidade	86
3.1.4. Método de Valoração Contingente (MVC)	86
3.2 – Os Métodos Econométricos para Valoração Econômica do Patrimônio	89
3.2.1. O Modelo linear Geral	89
3.2.2. O Modelo Probit	90
3.2.3. O Modelo Logit	93
3.3– O Método Aplicado a Fábrica Rheingantz	95
CAPITULO 4 – O VALOR ECONÔMICO DA FÁBRICA RHEINGANTZ	102
4.1 – Perfil sócio-econômico	102
4.2 – Valoração Econômica	105
4.3 – Análise por Bairros	114
4.3.1. Bairro Centro – Região 1	115
4.3.2. Bairros Lar Gaúcho, Navegantes e Parque Coelho – Região 2	117

4.3.3. Bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas – Região 3	120
4.3.4. Bairro Cidade Nova – Região 4	122
4.3.5. Bairro Parque – Região 5	124
4.3.6. Bairro Junção – Região 6	126
4.3.7. Bairro Trevo – Região 7	128
4.3.8. Bairro Parque Marinha – Região 8	130
4.3.9. Bairro Parque São Pedro – Região 9	132
4.3.10. Bairro Cassino – Região 10	134
4.4 – Análise Econométrica	136
Considerações Finais	139
Referências	144

Introdução

O Patrimônio Cultural representa uma parcela importante da riqueza de muitas cidades e regiões, embora, na maioria dos casos, não é visto como um bem de natureza econômica e, portanto, de natureza produtiva capaz de gerar além de uma série de serviços para sociedade, um ganho no bem-estar geral da população.

Entretanto, ao não estar associado ao sistema de mercado, esse ganho de bem-estar proporcionado pelo patrimônio cultural tem sua valoração dificultada, uma vez que para a teoria econômica tradicional, o valor está vinculado ou ao montante de trabalho socialmente incorporado a sua produção ou a sua utilidade – escolas marxista e neoclássica, respectivamente.

Adam Smith, em seu livro *Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*, de 1776, afirma que a palavra valor tem dois significados diferentes: “um, exprime a utilidade de um determinado objeto; outro, o poder de compra de outros objetos que a posse desse representa. O primeiro pode designar-se por valor de uso e o segundo por valor de troca”. Karl Marx segue a mesma linha afirmando que:

“A riqueza da burguesia aparece, à primeira vista, como uma imensa acumulação de mercadorias e a mercadoria, tomada isoladamente, como a forma elementar desta riqueza. Mas qualquer mercadoria se apresenta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca”. (MARX, 1977, p.12)

Contudo, existe a necessidade, como nexos orientador, de se fazer uma distinção entre valor e preço, uma vez que, no dia a dia, estes conceitos se confundem¹. Enquanto o preço de um bem é definido pelo mercado, o seu valor, geralmente, transcende ao preço, pois agrega a este uma série de critérios e julgamentos subjetivos. Por conseguinte, o preço ou expressão monetária de um bem privado se dá pelas leis de mercado, isto é, pelas leis da oferta e da demanda as quais determinam, em um sistema capitalista, o seu valor de troca. Por outro lado, o valor expressa a avaliação que os indivíduos fazem de forma subjetiva, levando em conta suas preferências, necessidades e ideologias.

Neste contexto, o patrimônio cultural deve ser considerado, desde o ponto de vista da análise econômica, como um bem público² ou semi-público³ e que, portanto, deve ser analisado de diferente forma que os bens privados. Assim, a formação do valor para os bens culturais é composta por distintos valores dos que compõem os bens privados.

Além dos valores histórico, artístico, etc., atribuídos ao patrimônio por Alöir Riegl em 1903, existem valores fundamentados no sentimento de pertencimento e no ganho de bem-estar que este proporciona. Estes estão diretamente relacionados ao

¹O próprio dicionário conceitua valor como sendo “a importância de determinado bem, estabelecida ou arbitrada de antemão; é o equivalente justo em dinheiro, mercadoria, etc, especialmente de bem que pode ser vendido ou comprado”. Ferreira, A. B. de H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 2 ed. 1986. 1838p.

² Segundo Pindyck e Rubinfeld (2008) um bem é considerado público quando beneficia todos os consumidores, mas cuja oferta de mercado é insuficiente ou inexistente. Os bens públicos possuem duas características: a **não-rivalidade** e a **não-exclusividade**. Um bem é denominada **não-rival** quando, para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é zero para cada consumidor adicional. Exemplificado, considere um farol que esteja construído e funcionando, seu uso por uma embarcação adicional não acrescentaria nada a seu custo operacional. Ou seja, são bens que podem ser tornados disponíveis para todos sem que seja afetada a oportunidade de consumo para qualquer pessoa. Um bem é **não-exclusivo** quando as pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Um exemplo de produto não-exclusivo é a defesa nacional. Uma vez que o país tenha providenciado tal defesa, todos os cidadãos poderão desfrutar de seus benefícios.

³ O conceito de espaço semi-público é uma derivação do conceito do espaço-público, corretamente definido como aberto a todos e possuindo, simultaneamente, uma dimensão física e simbólica. Não é algo previamente dado, mas que se institucionaliza à medida que seus usos e apropriações ocorrem. Já o espaço semi-público pressupõe restrições. Podem ser públicos ou privados e, ainda que se destinem ao uso público, restringem a entrada em determinados horários ou pressupõem alguma forma de pagamento ou constrangimento ao consumo. Em geral contam com um corpo vigilante público ou privado. Uma prova de que essas noções se embaralham na época contemporânea é que algumas dessas características aplicam-se hoje aos espaços públicos clássicos, como certas praças e parques que fecham em determinados horários ou dias da semana. (ANDRADE, 2009, p. 2)

reconhecimento do simbolismo que representam. Logo, o valor econômico dos bens públicos inclui um valor intangível que ultrapassa o valor de uso.

Atualmente, além do maior interesse e apreciação por parte dos cidadãos pelo uso e valor do patrimônio cultural, existe, também, um maior empenho de caráter econômico na sua habilitação, fruto das externalidades⁴ que estes geram.

Parece evidente que o patrimônio histórico provoca externalidades positivas, já que sua existência pode fazer com que determinadas pessoas ou agentes tenham incrementado sua qualidade de vida.

Como o valor econômico de uma catedral, de um prédio ou de um entorno histórico, artístico e cultural se fundamenta no bem-estar que a sociedade recebe através dos fluxos de bens e serviços que estes geram, o patrimônio cultural pode, também, motivar valores sociais oriundos do bem público para aqueles que fazem uso ou para os que apenas queiram preservá-lo para o aproveitamento de gerações futuras.

A valoração dos bens culturais tem neste estudo o objetivo de estimar a magnitude do valor subjetivo atribuído pela sociedade riograndina para o seu patrimônio cultural, mais especificamente, para o complexo da fábrica Rheingantz, pioneira na industrialização da lã no Estado do Rio Grande do Sul. Conseqüentemente, busca estabelecer um valor econômico, ou seja, um valor monetário para estes bens. Os valores que compõem o valor econômico, segundo Pearce & Turner (1990), são oriundos do uso direto e do uso passivo (não uso) dos bens. O valor de uso é atribuído pela sociedade em função da utilização do bem, enquanto que o valor passivo é composto pelos valores de opção e existência. O valor de opção (ou valor de uso potencial) é obtido pela possibilidade que a conservação de determinado bem oferece de

⁴ Mankiw (2008) afirma que a externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca um impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar ou receber nenhuma compensação por esse impacto. Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é chamado de externalidade negativa; se é benéfico é chamada de externalidade positiva. Vamos supor que as fábricas de alumínio emitam poluição. Para cada unidade de alumínio produzida, uma determinada quantidade de fumaça entra na atmosfera. Como a fumaça cria um risco para a saúde de quem respira este ar, é uma externalidade negativa. Por outro lado, podemos considerar, a título de exemplificação, a educação como uma externalidade positiva. Uma população mais instruída leva a um governo melhor, o que beneficia a todos.

sua utilização futura, e o valor de existência é aquele expresso pelo aumento no nível de bem-estar da população pelo simples conhecimento que determinado bem existe.

A primeira indústria capitalista do Rio Grande do Sul teve origem na cidade do Rio Grande no ano de 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. A “fábrica Rheingantz”, como é conhecida até hoje, situada na principal avenida de acesso ao centro da cidade, chegou a empregar 2.000 funcionários em uma área de 155 mil metros quadrados.

Essa estrutura criou uma nova dinâmica, com características próprias, alterando a paisagem local, uma vez que, para Berque (2004), sujeito e paisagem são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e autorreproduz.

O complexo da fábrica Rheingantz é formado pela planta industrial, pela vila operária, casas de mestres e técnicos, um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres, além de vias de deslocamento e construções originadas pelo trabalho industrial. Sua implantação foi fundamental na urbanização, no crescimento portuário e na expansão da malha férrea do Rio Grande. Esse conjunto de edificações que permanece erguido, em grande parte, apesar da degradação ambiental e econômica que vem sofrendo desde que a atividade entrou em declínio e chegou ao fim por volta da década de 1960⁵, configurou a ruína do espaço, bem como a retração da atividade econômica e consequente empobrecimento da cidade.

Conjuntamente com a memória construída ao longo de gerações, esse complexo representa um patrimônio cultural do país e, em função disso, deve ser preservado. Entretanto, todos os esforços já empreendidos nesse sentido, contudo fracassaram. A demora na implantação de uma política de proteção e do efetivo tombamento de estruturas arquitetônicas em geral e do complexo da fábrica Rheingantz, particularmente, tem efeitos devastadores não só para os bens edificados mas também,

⁵ “Afundada em dívidas e sentenças judiciais, a INCA têxtil, nome pelo qual foi registrada a Fábrica Rheingantz nos anos 1970, se manteve funcionando parcialmente até o final da década de 1980. Dos anos 1990 em diante, face ao agravamento das condições financeiras e impossibilidade de investir na manutenção básica dos prédios que compõem o complexo fabril, a INCA foi sendo abandonada a cada dia, o que ficava demonstrado tanto pela situação de comprometimento estrutural do edifício, como pelo desânimo e fim das expectativas de retorno aos velhos tempos, sentimento que, experienciado coletivamente por aqueles que ainda frequentavam a Rheingantz, parecia mantê-la ainda viva”. (FERREIRA, M., 2009, p.25)

para compreensão do processo histórico de formação da indústria e ocupação interiorana no Brasil.

O patrimônio arquitetônico é o componente concreto da memória coletiva e sua preservação propicia uma forma de coesão social, tornando-se um referencial identitário estimulador da participação da sociedade. Por outro lado, a destruição do patrimônio impossibilita que gerações vindouras desfrutem de bens culturais que deveriam estar sob a tutela da geração atual. Contudo, nem todos os bens que se enquadram na legislação patrimonial podem ser salvos e isso deve ser encarado com naturalidade. Lowenthal (2005) afirma que o patrimônio cultural não é estático nem diminui. Que novas descobertas e reconhecimentos mais que compensam o que é perdido por erosão, demolição e obsolescência.

“A busca pela preservação é um processo de diferentes e difíceis estágios, que ultrapassam a aplicação de ações institucionais e de instrumentos legais preservacionistas”. A efetivação dessa ação se dá quando existe o reconhecimento pela sociedade do valor do produto a ser preservado, levando-a a interagir no processo de preservação (ALMEIDA E BASTOS, 2006).

Assim sendo, a conformação do patrimônio se dá, segundo Santos (2010):

“[...] por um processo consciente e arbitrário, realizado do e para o presente, a partir de uma leitura de processos históricos e da seleção de elementos, aos quais se atribui significados, valores e funções, vinculadas ou não a uma identidade, mas que certamente constituem memórias que são compreendidas como importantes para os indivíduos no presente – por conta da sua utilidade material ou do interesse por sua dimensão simbólica, ou seja, de suas diferentes significações (políticas, históricas, artísticas, ambientais e efetivas)”. (SANTOS, 2010, p.02).

A importância da valoração econômica se justifica em virtude da necessidade de se fazer escolhas entre o que é imprescindível preservar e o que não é, em função dos recursos escassos. Por conseguinte, a valoração econômica do patrimônio cultural tem como finalidade proporcionar uma dimensão distintiva auxiliar para os gestores e/ou agentes patrimoniais na decisão sobre o que preservar, podendo subsidiar em relação ao contexto apurado, quais estratégias de conservação e proteção utilizar. Também tem a possibilidade jurídica, de representar um parâmetro aceitável em casos de danos causados aos bens culturais.

Apesar disto, segundo Moreno (1997) a intervenção pública se realiza sem o devido conhecimento dos resultados econômicos, o que geralmente leva a equívocos. Neste sentido, os interesses privados também devem ser levados em conta e introduzidos na análise ante a necessidade claramente contrastada do aporte privado no financiamento por parte do poder público para estes fins.

A Teoria do Valor Econômico (PEARCE, 1993; PAGLIOLA, 1996) foi criada para distinguir os diferentes valores que possuem um bem meio ambiental, o que, a princípio, possibilita sua aplicação ao patrimônio cultural devido às semelhanças existentes entre estes dois tipos de bens, já que a maioria deles são bens públicos que provocam externalidades.

Ademais, nos últimos anos do século XX, o Banco Mundial (PAGLIOLA, 1998) introduziu a dimensão econômica do patrimônio cultural na análise e execução de projetos que financia, para desenvolver a partir destas primeiras experiências, novas metodologias de análise.

A utilização de metodologias para a valoração econômica do patrimônio cultural, dentro do qual se encontra o patrimônio arquitetônico, é um fenômeno recente na análise econômica. Um dos primeiros e mais emblemáticos trabalhos desta natureza foi o de Navrud & Strand (1992), com a aplicação do método de valorização contingente para a Catedral de Nidaros, na Noruega, e que tinha por objetivo calcular os valores sociais perdidos devido a corrosão ocasionada pela contaminação atmosférica neste importante monumento histórico.

Outros exemplos importantes dentro do tema da valorização econômica de bens patrimoniais foram desenvolvidos pelo Banco Mundial. O primeiro data de 1997 e teve por objetivo valorar os benefícios da conservação da Medina de Fes⁶, em Marrocos. O projeto que previa valorar os benefícios da Medina de Fes foi realizado com a intenção de financiar a conservação e reabilitação desta Medina, com particular atenção sobre a reabilitação do conjunto de edificações de importância histórica, dando

⁶ Fes, a mais antiga das Cidades Imperiais do Marrocos, fundada em 789 D.C., foi capital do país por mais de 400 anos (ate 1912, quando a França decidiu mudar a capital para Rabat) é o principal centro cultural e religioso do país. Em 1981, foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (World Bank & Royaume Du Maroc, 1998).

o devido cuidado à qualidade do meio ambiente urbano. Sendo assim, o trabalho centrou esforços em descobrir a disposição a pagar dos possíveis beneficiados pela conservação da mesma.

O segundo, realizado em 1998, tratou da análise econômica da conservação do Centro Histórico de Split⁷, construída dentro das muralhas do Palácio do Imperador Romano Diocleciano, a mais de 1700 anos, localizada na costa da Croácia.

Atualmente, uma visão mais positiva por parte da população quanto à conservação e preservação do patrimônio cultural, tem possibilitado quantificar os valores que as pessoas atribuem de acordo com a estimativa que fazem da singularidade e da irreversibilidade da destruição do patrimônio, coligadas à incerteza do alcance de seus efeitos negativos (MATOS, 2004). Portanto, este estudo procura estabelecer o valor econômico do patrimônio cultural edificado da fábrica Rheingantz em Rio Grande, identificando se a população local tem noção sobre o que é o Patrimônio Cultural, se o valoriza, e, em quanto.

Para tanto, este estudo que está fundamentado em PEARCE (1993), PAGLIOLA (1996), CROPPER y OATES (1992), CARSON (1992) E ARROW e SOLOW (1993), entre outros, foi desenvolvido de acordo com o raciocínio dedutivo, buscando analisar o valor econômico do Patrimônio edificado da Fábrica Rheingantz – RS. Marconi e Lakatos (2006) enfatizam que o método dedutivo caracteriza-se pela conexão descendente entre a teoria e a ocorrência dos fenômenos – a teoria em evidência – neste caso, trata-se da verificação da disposição a pagar/doar pela conservação, preservação e/ou manutenção do Patrimônio Arquitetônico.

Quanto aos seus objetivos, o estudo classifica-se como pesquisa descritiva que, segundo Koche (1997), estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno, sem manipulá-las. Também constata e avalia essas relações à medida que essas variáveis se manifestam espontaneamente em fatos, situações e nas condições que

⁷ Split é uma cidade Croata de 200.000 habitantes que se encontra na Costa da Dalmacia. Split surgiu no ano de 245 a.C., localiza-se a mais de 1000 metros de altura e foi crescendo ao redor das dependências do Palácio de Diocleciano. Atualmente, a Catedral da cidade serve de túmulo para o Imperador Diocleciano. O centro histórico de Split é um Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, desde 1979.

já existem. Na pesquisa descritiva não há manipulação *a priori* das variáveis, mas sim, a constatação de sua manifestação *a posteriori*.

Quanto aos métodos de procedimento, classifica-se como pesquisa de campo que, de acordo com Oliveira (2001), consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente para posteriores análises, possibilitando o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições (variáveis independentes) e determinados eventos (variáveis dependentes) observados e comprovados.

Esta pesquisa, ao mesmo tempo, classifica-se como documental, pois conforme Gil (1991) existem os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico, tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas; e os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas e outros.

Para que os objetivos sejam alcançados foi utilizado o método de valoração contingente, que é uma das poucas técnicas capazes de estimar o valor de bens para os quais não existe mercado. Segundo Romeiro e Maia (2003) “esse método vem ganhando aceitabilidade à medida que novos estudos aprimoraram a técnica e forneceram base para a avaliação dos resultados. Atualmente, é aceito por diversos organismos nacionais e internacionais”. Foram aplicados 500 questionários aos residentes de diversos bairros da cidade do Rio Grande entre os meses de outubro e dezembro de 2010.

A Valoração Contingente é considerada uma forma de estimativa direta, já que se pergunta diretamente a uma amostra de população em quanto valora um determinado bem. Logo, este método tenta medir, em Reais, as mudanças no nível de bem-estar das pessoas devido a um incremento ou diminuição da quantidade e/ou qualidade de um bem. Visando cumprir o objetivo proposto, os modelos econométricos utilizados foram o linear geral e o logit.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o objeto do estudo, isto é, o complexo da fábrica Rheingantz. Faz um relato

histórico de sua formação e apresenta sua situação atual. O segundo capítulo aborda os aspectos conceituais do patrimônio cultural e sua trajetória evolutiva, tanto no Brasil como no exterior. O terceiro trata dos métodos de valoração econômica e sua aplicabilidade ao estudo do patrimônio cultural da fábrica Rheingantz. No quarto capítulo são apresentados os dados coletados para a identificação do valor econômico da fábrica Rheingantz e a análise dos resultados.

CAPÍTULO 1 – A FÁBRICA RHEINGANTZ

1.1. Localização

“Para todos os lados que se virar os olhos depara-se com um enorme cano de fábrica como que recortando os rolos de nuvens que passam pelo ar” (PEDRO DANTAS, 1893, descrevendo a paisagem rio-grandina no jornal Democracia Social).

A fundação de uma fortificação militar às margens do Estuário da Lagoa dos Patos, em 1737, enquadrava-se no contexto maior de colonização e proteção dos domínios da Coroa Portuguesa ao longo do extenso território que ia das terras do extremo sul do Brasil à Capitania de São Paulo. Assim surgiu o povoamento que deu origem à Vila do Rio Grande de São Pedro, depois Cidade do Rio Grande.

Após a fundação do reduto militar, em 1737, começou o deslocamento gradual de luso-brasileiros e portugueses para fixarem-se no povoado, que, em 1751 foi elevado à categoria de Vila.

A cidade passou por diferentes fases em seu processo de desenvolvimento econômico. Seja como suporte à economia agropecuária sulina no Século XVIII, seja como ponto central do comércio de importação-exportação ao longo do Século XIX, o Porto do Rio Grande foi de fundamental importância na definição da economia local e regional.

A principal atividade econômica do Rio Grande do Sul durante o Império foi a pecuária (charque). Esta era praticada de maneira extensiva e em grandes propriedades, onde se encontravam os melhores e mais valorizados campos de pastoreio e rebanhos do estado. Situava-se abaixo da linha formada pelos rios Ibicuí e Jacuí e junto à fronteira com o Uruguai, e tinha nas cidades de Rio Grande e Pelotas o papel de centro comercial. Nesta região, de melhores pastagens e melhores gados, situavam-se oito

dentre os 10 municípios com maior rebanho bovino do país em 1920, colonizados principalmente por portugueses e espanhóis (PEREIRA e ARENDT, 2002).

Atualmente, o município do Rio Grande conta com uma população de aproximadamente 205 mil habitantes e um PIB anual de mais de 06 bilhões de reais. Localiza-se na planície costeira sul do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como limites: ao Norte, o município de Pelotas e a Laguna dos Patos; ao Leste, o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; a Oeste, os municípios de Capão do Leão, Arroio Grande e a Lagoa Mirim; ao Sul, o Município de Santa Vitória do Palmar. Está sobre os paralelos 31° 47. 02./32° 39. 45. e os meridianos 52° 03. 10./52° 44. 10 (fig. 01). É o mais antigo município do Estado e está a 317km ao sul da capital, Porto Alegre.



Figura 1 – Localização da cidade do Rio Grande.
Fonte: www.riograndevirtual.com

O município apresentou uma multiplicidade de experiências históricas desde o início de seu povoamento em 1737. Enquanto primeiro núcleo sistemático de colonização luso-brasileira, no atual Rio Grande do Sul, a localidade acumulou ao longo do período colonial e imperial, historicidades inovadoras que se destacam no contexto regional e nacional (TORRES, 2004).

“Além do papel militar e geopolítico frente ao Rio da Prata e de porta de entrada colonizadora e econômica para o Continente do Rio Grande, a função administrativa foi de extrema relevância para o projeto de Portugal em implantar a civilização no Brasil Meridional” (TORRES, 2004, p. 9)

Com o passar do tempo, e utilizando-se do fato de possuir o único porto marítimo da região, a localidade desenvolve uma atividade comercial significativa, além de oferecer serviços de importação e exportação.

Segundo Torres (2004, p.10), “o ritmo comercial da vila redefine o seu papel histórico de praça militarizada passando para centro portuário de escoamento de toda a produção rio-grandense dirigida ao mercado interno brasileiro”.

O acúmulo de capital gerado a partir da atividade comercial proporciona, em certa parte, os primeiros investimentos industriais. Pesavento (1985) afirma que a esse processo de acumulação de capital, soma-se, também, os produtos da pecuária tradicional.

“Tanto este setor da economia, quanto o colonial/imigrante eram voltados para o abastecimento do mercado interno brasileiro, e neste sentido ambos geram acumulação de capital a partir da comercialização destes sendo, da mesma forma que o comerciante aparece como detentor de um capital-dinheiro que passou a ser investido na indústria na área coberta pela imigração, também os produtos da pecuária tradicional deu margem a que este processo acrescesse nos centros urbanos daquela região” (PESAVENTO, 1985, p.37).

O município do Rio Grande, juntamente com o de Pelotas, formam, no final do século XIX, o primeiro pólo produtor industrial do Rio Grande do Sul.

“No período comercial em Rio Grande formou-se uma elite econômica e social, que se consolidaria com a industrialização. Essa elite foi capaz de construir clubes, teatros, prédios suntuosos, assim como abrigar eventos culturais importantes de expressão nacional.” (MARTINS, 2007, p. 95).

No Século XIX, o desenvolvimento do comércio possibilitou um período de forte efervescência cultural, marcado pela criação de teatros e casas de espetáculos que recebiam artistas brasileiros e estrangeiros, e que chegavam através do Porto do Rio Grande (ALTMAYER & CARNEIRO, 2009).

Segundo Schmidt (1999), Rio Grande foi uma das primeiras cidades gaúchas a apresentar as marcas da sociedade urbano-industrial. Sobretudo nos primeiros anos, após a proclamação da República, onde se desenvolveram indústrias inovadoras e de diversos setores. A primeira delas, e objeto desse estudo, foi a Fábrica Nacional de Tecidos de Lã Rheingantz e Vater⁸, fundada em 1873 e localizada na Avenida Rheingantz, fig. 2.



Figura 2: Localização da fábrica Rheingantz
Fonte: www.riograndevirtual.com.br

O pioneirismo da cidade, no que se refere ao Patrimônio Cultural não é diferente. Rio Grande foi a primeira capital do Estado, sediou a primeira câmara de Vereadores (1761), a mais antiga loja maçônica do Rio Grande do Sul (1840), a primeira Câmara de Comércio (em 1844, quarta entidade de classe mais antiga do Brasil), a primeira biblioteca pública gaúcha (1846), o mais antigo farol (Farol Capão da Marca, inaugurado por Dom Pedro II em 1849), a primeira mulher formada em medicina no país (Rita Lobato Velho-1887) e o time de futebol mais antigo do Brasil, o Esporte Clube Rio Grande, fundado em julho de 1900.

⁸ Embora, para alguns historiadores a primeira “indústria” do Rio Grande do Sul tenha sido a Fábrica Lang de Sabão e Velas, fundada por Carlos Frederico Lang em 1864, em Pelotas, para outros tantos historiadores, a Rheingantz foi a primeira indústria a ter realmente os moldes capitalistas de produção.

1.2 O Surgimento da Indústria no Brasil e o Pioneirismo Industrial da Rheingantz no Rio Grande do Sul

As primeiras tentativas, geralmente infelizes, de organização de indústria capitalista haviam sido empreendidas no Brasil em meados do século XIX. Contudo, a formação dos primeiros focos de produção industrial começou especialmente a partir de 1885. Contribuíram para isso, a mão-de-obra originada pela imigração, em primeiro lugar, a abolição da escravatura e a intensa deterioração das estruturas pré-capitalistas. Mais de 55% da capacidade instalada da indústria, registrada pelo recenseamento de 1920, foi criada entre 1905-1919; aproximadamente um quarto delas, entre 1884-1894; e apenas 9,6%, até 1884⁹.

A partir da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira enfrenta uma série de mudanças. O Brasil muda política e socialmente, passando do regime monárquico constitucional parlamentarista do império do Brasil para a república federativa presidencialista. O trabalho escravo é substituído pelo assalariado e, segundo Azevedo (2010), juntamente com a assinatura da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que havia proibido o tráfico de escravos, proporciona consequências importantes para o desenvolvimento industrial:

“Os capitais que eram aplicados na compra de escravos ficaram disponíveis e foram aplicados no setor industrial. A cafeicultura, que estava em pleno desenvolvimento, necessitava de mão de obra. Isso estimulou a entrada de um número considerável de imigrantes, que trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados e foi a primeira mão de obra assalariada (organizada) no Brasil. Assim, esses trabalhadores vindos de fora constituíram um mercado consumidor indispensável ao desenvolvimento industrial, bem como força de trabalho especializada. O setor que mais cresceu foi o têxtil, favorecido em parte pelo crescimento da cultura do algodão, em razão da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (grande exportador desse produto) entre 1861 e 1865. Na década de 1880 ocorreu o primeiro surto industrial, quando a quantidade de estabelecimentos passou de 200, em 1881, para 600, em 1889” (AZEVEDO, 2010, p. 14/15).

⁹ Em 1884, havia no Brasil apenas 200 empresas industriais. REGO, J.M. & MARQUES, R.M. (org) Economia Brasileira. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Outro fator propulsor do surto industrial que surge no final do século XIX, conforme Schulz (1996), foi a política do encilhamento¹⁰: “Visto que a indústria se desenvolveu entre 1889-1891, sem dúvida, a demanda dos imigrantes e dos recebedores de empréstimos bancários estimularam à indústria”. No encilhamento, o governo republicano intensificou a emissão de papel-moeda e concedeu mais autonomia e responsabilidades aos bancos privados. Durante um período curto, o total de recursos financeiros em circulação mais que duplicou (REGO & MARQUES, 2006). Podem-se destacar ainda alguns fatores externos, como a guerra civil dos Estados Unidos, “que produziu um surto notável na cultura algodoeira do Brasil”, e a guerra do Paraguai, que impulsionou não apenas “a indústria de tecidos de algodão, mas atingiu vários outros setores” (LUZ, 1978).

A primeira indústria têxtil de tipo moderno surgiu no Brasil no ano de 1872 em São Paulo. A firma pertencia a Antônio Paes de Barros, Barão de Piracicaba, e funcionava com 30 teares, adquiridos da firma inglesa John Pratt & Sons e por intermédio do trabalho de, aproximadamente, 60 operários (REGO & MARQUES, 2006).

De acordo com Paulitsch (2008), a industrialização do Rio Grande do Sul é contemporânea a de São Paulo, porém São Paulo tinha como base o café, principal produto de exportação do país, enquanto o Rio Grande do Sul atrelava-se ao abastecimento do mercado interno. “Assim, o ponto de partida do mercado do Rio Grande do Sul era uma acumulação relativamente menor que a de São Paulo, mesmo que na época o mercado interno estivesse em ascensão”.

A indústria gaúcha estava dividida em dois pólos produtores distintos, um na região sul, basicamente em Rio Grande e Pelotas, e outro na região de Porto Alegre e Caxias do Sul. Estava também voltada ao mercado regional e nacional desde o seu surgimento nas últimas décadas do século XIX. Este caráter regional e nacional da indústria gaúcha teve na área da cafeicultura “um escoadouro para sua produção”, o que fomentou no sul, um “impulso industrializador” (SINGER, 1984). Na cidade do Rio Grande, ela se caracterizou por apresentar grandes estabelecimentos, com índices de

¹⁰ Maiores informações, ver: FRANCO, Gustavo H. B. Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1987 e LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, 1978.

capital e mão de obra empregada acima da média nacional, e com diversificação dos ramos industriais (TORRES, 2001).

Para Singer (1984), “o café proporcionou a aglutinação de uma boa porção do território ao redor de São Paulo, que se tornou, por isso, o centro de acumulação do capital industrial”. Targa (1988), por sua vez, afirma que:

“Devido à configuração geoeconômica do Brasil durante o século XIX e ao tipo de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, a transição do escravismo para o capitalismo deu lugar ao desenvolvimento de (pelo menos) dois tipos diversos de acumulação de capital durante a primeira metade do século XX – um na região cafeeicultora e outro no Rio Grande do Sul” (TARGA, 1988, p. 148).

Na historiografia gaúcha do período colonial, a cidade do Rio Grande é vista como baluarte fronteiriço e porto seguro para os planos de ampliação dos domínios de Portugal na América, bem como ponto de proteção das terras portuguesas da invasão espanhola. A própria ocupação e fundação do Presídio e Colônia do Rio Grande de São Pedro, em 1737, é fruto do cerco espanhol à Colônia do Sacramento.

A importância econômica do Rio Grande, no início do século XIX, deve-se ao valor do seu porto marítimo e à expansão da produção do charque na região de Pelotas, que havia se emancipado do Rio Grande em 1812. Segundo o comerciante inglês John Luccock¹¹, neste período, a Vila do Rio Grande era o “maior mercado do Brasil meridional”, com grande comércio de produtos europeus e “interior, o mais lucrativo de que São Pedro gozava e que se achava em franco progresso”. A atividade comercial e a acumulação do capital proporcionado por essa atividade foram as bases para o desenvolvimento da região. Por pressão da elite comercial que se formava na Vila do Rio Grande, a Alfândega foi instalada na localidade, em 1804. Posteriormente, a dragagem do canal, em 1823, permitiu ao porto receber navios maiores e com mais capacidade de carga¹². Em 1844, por sua vez, cria-se a Câmara de Comércio do Rio Grande.

Todos esses investimentos, financiados em grande parte pela fortuna dos comerciantes, sinalizavam a prosperidade local e colocaram a Vila do Rio Grande como

¹¹ LOCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil. São Paulo: Itatiaia, 1975. P. 122.

¹² Maiores informações em Queiroz (1987).

pólo de desenvolvimento regional. “Com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus caes regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul” (DREYS, 1990). Entretanto, até 1880, Rio Grande contava apenas com estabelecimentos artesanais, sua importância era principalmente comercial. Contudo, a fixação de estrangeiros, a peculiaridade do conjunto costeiro com um porto marítimo e hidrovias e a alfândega riograndina, somados ao forte comércio com a Europa e ao capital acumulado pelos comerciantes, faz com que surja um impulso industrialista (COPSTEIN, 1975).

Pesavento (1985) confirma esse impulso elencando alguns dos empreendimentos no período. Além da Rheingantz em 1873, foi criada a fábrica de Charutos Pook & Cia., e a Moinhos Rio-grandense em 1891, a Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande, as Indústrias Reunidas Leal Santos, além de correarias, fábricas de biscoitos e de alimentos em conservas, frigoríficos, entre outros.

Nome da fábrica	Localização	Produtos	Pessoal empregado	Produção	Mercado
Companhia União Fabril (sucessora da Rheingantz)	Rua Rheingantz	Algodões, lãs, cobertores e ponchos	983	Lã 4.000kg diariamente; algodão 336.000kg anualmente	Brasil e Montevideú
Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira	Senador Correa n°1	Tecidos de algodão branco, tinto e cru	600	2.500.000 m por ano	Brasil
Leal Santos & C.	Ruas Gen. Portinho n°1 e Aquidaban n°44	Biscoitos e conservas	300	1.500.000 latas de conservas, 300.000kg de biscoitos	RS, Norte do Brasil e Inglaterra (carnes)
Charutos Pook	Senador Correa n°51	Charutos finos e entrefinos	150	5.000.000 charutos por ano	Brasil, Argentina, Uruguai e Chile

Quadro 01: Estatística de algumas fábricas existentes no município do Rio Grande em março de 1918.

Fonte: ROCHE (1969)

A “fábrica Rheingantz”, como é chamada até hoje pela população da cidade do Rio Grande, foi fundada em novembro de 1873, com a denominação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, embora tenha começado a produzir efetivamente, em 1874 (figura 3). Os fundadores foram o descendente de

alemães Carlos Guilherme Rheingantz¹³ (figura 4), o português Miguel Tito de Sá¹⁴, (figura 5) e o Alemão Hermann Vater (figura 6).



Figura 3 – Anuncio da Rheingantz no Jornal Echo do Sul – 1º março de 1884
Fonte: Paulitsch, 2008.

Carlos Guilherme começou sua ligação com a cidade do Rio Grande a partir de 1º de março de 1873, quando se uniu a Maria Francisca de Sá, natural do Rio de Janeiro, mas residente em Rio Grande. Maria Francisca de Sá era filha de Miguel Tito de Sá, o que proporcionou a constituição da sociedade em comandita que originou a fábrica Rheingantz.

¹³ Carlos Guilherme Rheingantz (1849 – 1909), que foi agraciado com o Título de Comendador, no ano de 1893, pelo Imperador D. Pedro II, era filho do Alemão Jacob Rheingantz, fundador da Colônia Alemã de São Lourenço, atual cidade de São Lourenço do Sul e de Maria Carolina Von Fella.

¹⁴ O coronel Miguel Tito de Sá (1828 – 1875), além de empresário, foi presidente e diretor da Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, da Santa Casa local e fundador do Educandário Coração de Maria.



Figura 4: Carlos Guilherme Rheingantz

Fonte: Impressões do Brazil no Século Vinte in:

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g41g72.htm> - Acesso em 22/02/2012

Inicialmente, as instalações da fábrica situavam-se próximo ao antigo presídio, entre as ruas Coronel Sampaio, General Câmara, Almirante Barroso e Conde de Porto Alegre (NORRO, 1995).



Figura 5: Miguel Tito de Sá

Fonte: Educandário Coração de Maria

Em pouco tempo, a atividade produtiva passa a ser desenvolvida na “Antiga Estrada da Mangueira”, que, em janeiro de 1886, passou a chamar-se Rua Rheingantz.

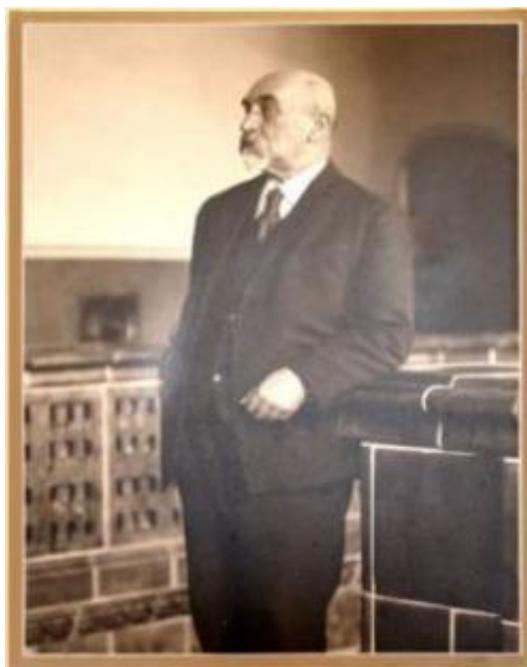


Figura 6: Herman Vater

Fonte: <http://www.schkeuditz.de/schkeuditz/content/54/20100312124037.asp> -
Acesso em 22/02/2012

Conforme Martins (2007), a sociedade industrial foi formada com noventa contos de réis. As instalações de 43 mil metros quadrados foram construídas em um terreno de 143 mil metros quadrados, cedido pela municipalidade. Em 1881, a sociedade é dissolvida, ficando sob administração de Carlos Guilherme Rheingantz que assumiu o ativo e passivo da empresa e em 11 de fevereiro de 1884 alterou a denominação para Rheingantz & Cia, com um capital de 600 contos de réis.

Paralelamente foram ampliadas as instalações fabris, com a montagem do setor destinado a fabricação de algodão. O autor afirma ainda que, em 1891, foram compradas áreas pastoris e rebanhos para obtenção de lã, passando a denominação para Companhia União Fabril e Pastoril, com elevação de capital para 5.000 contos de réis. Entretanto, com a Revolução Federalista (1893-95), o rebanho é praticamente dizimado, pondo fim ao projeto de expansão. Após esses imensos prejuízos, a empresa muda novamente sua denominação, passando a chamar-se Companhia União Fabril, nome que se manteve até o final da década de 1960.



Figura 7: Instalações da fábrica Rheingantz e casa dos operários, Séc. XIX.
Fonte: Biblioteca Riograndense

Novas ampliações nas instalações continuaram a acontecer ao longo do tempo, propiciando melhores condições de trabalho, maior eficiência e rendimento. Isto pode ser visto no trecho a seguir:

“As velhas paredes tombam por terra. Em seu lugar brotam colunas que sustentam poderosas vigas. Pesados telhados. E, não são somente as paredes que estão passando por tão grandes transformações. Também as máquinas são removidas de seus antigos lugares; desde os abridores de lã cardada até os selfatores; desde as instalações de fio penteado até o depósito de fios; desde as urdições, engomadores e tecelagem até a exposição. Com a demolição das paredes mais amplos se tornaram os salões. Nelas haverá mais luz, mais ventilação, condições mais propícias ao trabalho. E, acima de tudo, haverá maior aproveitamento da área. Mais espaço para as novas máquinas, obtendo maior rendimento. Com isso, a matéria prima e a produção chegarão com mais rapidez e menos desperdício. As distâncias entre os diversos setores de trabalho serão encurtadas e, automaticamente, a mão de obra ficará mais barata. O operário caminhará menos produzindo mais; e produzindo mais será melhor remunerado” (BOLETIN CUF, 1957).

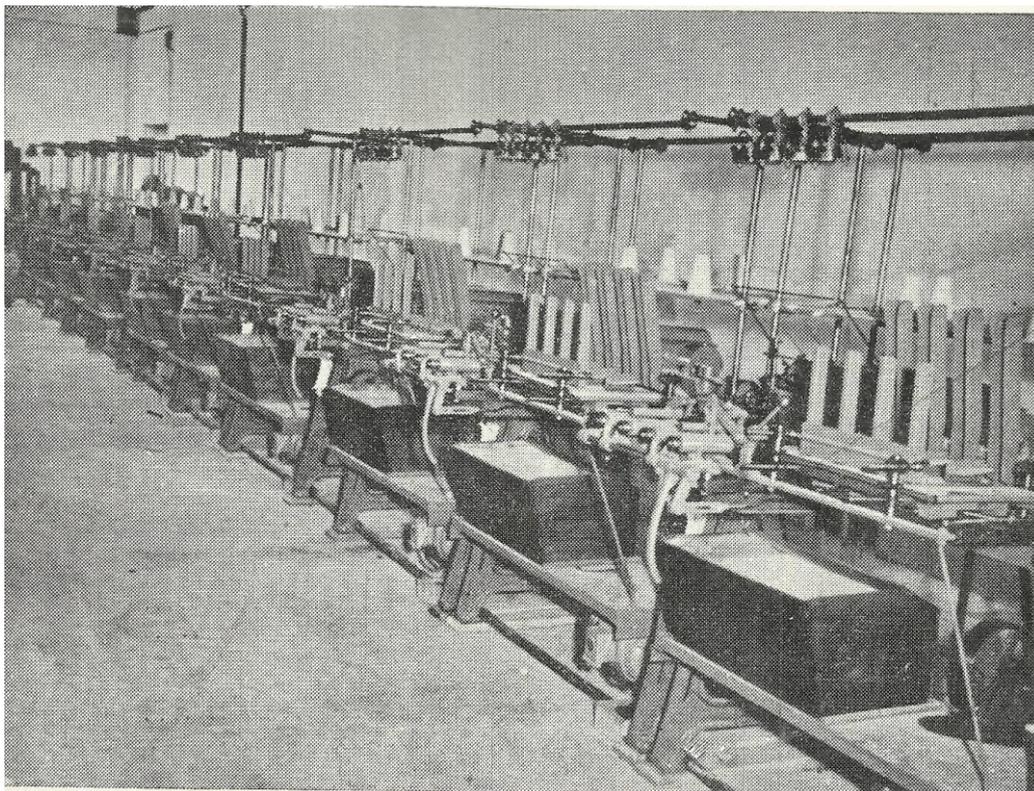


Figura 8: Novas máquinas espuladeiras automáticas da fábrica Rheingantz

Fonte: Boletim CUF - 1956

E, um maior conforto aos funcionários, conforme esclarece o Boletim CUF, órgão de circulação interna das fábricas da Companhia União Fabril:

“As oficinas estão instaladas em pavilhões isolados, paralelos uns aos outros, bem arejados, sendo que as construções mais recentes dispõem de cobertura ‘shed’ com condições ótimas de iluminação natural. Além de ambiente condicionado, com calor e umidades controladas por motivos técnicos naturais ao trabalho, as salas onde o serviço não exige continua movimentação dos operários, dispõem de sistema de calefação. A propriedade da Companhia possui 155.000m² de superfície, medindo 43.000m² a área coberta. O acesso à fábrica dá-se pelo portão central, situado em baixo e ao lado dos escritórios, por onde entra a matéria prima em caminhões e saem os produtos acabados, depois de cuidadosamente elaborados por um conjunto de operários que, juntamente com os empregados administrativos somam 2.000 pessoas e que operam num parque de máquinas entre as quais se encontram as da mais moderna fabricação” (BOLETIM CUF, 2/1956).



Figura 9 – Tecelagem Rheingantz, Rio Grande – RS, início do séc. XX.
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

Sua principal atividade baseava-se na produção de tecidos de lã, algodão e na confecção de tapetes (figura 10), destinados basicamente, ao comércio exterior e aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, conforme se pode observar em uma nota do Jornal Correio do Povo de 28 de março de 1931, existia um local junto à fábrica para venda no varejo.

“A convite da gerencia do Varejo Rheingantz, estivemos hontem, em visita a esse estabelecimento. Nessa ocasião, tivemos o ensejo de apreciar as varias secções entre as quaes contam-se especialmente o atelier de modas e a alfaiataria. Esta, conforme já tínhamos noticiado, acha-se sob a direcção de um novo cortador, especialmente contratado e muito experimentado na arte. Dispõe esse departamento, de bons elementos e trabalha, exclusivamente no que diz respeito a lãs, com tecidos fabricados pela Companhia União Fabril (Fabrica Rheingantz), estando habilitado a aprontar um traje ou sobretudo ate dentro de 24 horas. O Atelier de modas, administrado por uma modista denominada, mme. Déserbelles, dedica-se a alta costura e confecções finas para senhoras. A secção esta esplendidamente montada na galeria da loja, com bellas installações que bem condizem com o fim elegante a que se destina. O Varejo Rheingantz além dos últimos desenhos em tecidos de lã possui grande stock de sedas e rendas, estando já recebendo grande variedade de tecidos próprios para a próxima estação de inverno, todos fabricados no Rio Grande, portanto genuinamente brasileiros” (CORREIO DO POVO, 28/03/1931 – ANNO – XXXVII N. 73 P. 4).

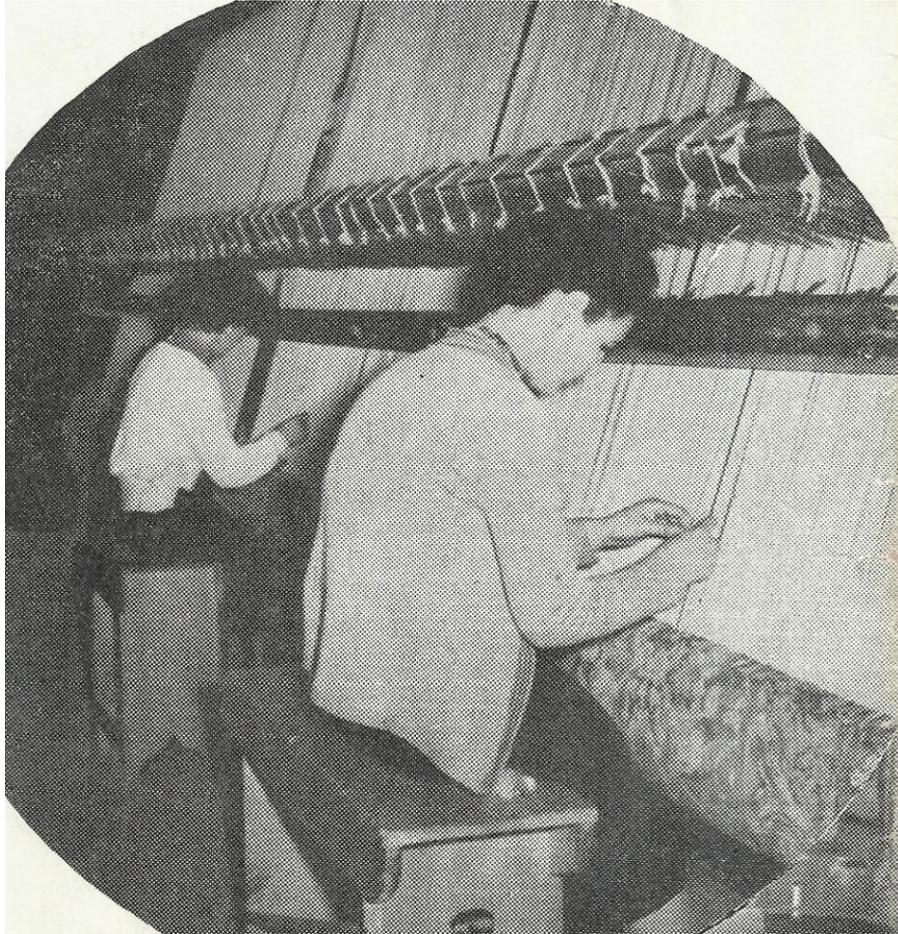


Figura 10: Secção de Tecelagem da fábrica Rheingantz
Fonte: Informativo das Indústrias Wallig – 1957

Segundo observa-se no Boletim CUF, também eram realizados diversos desfiles de moda (figura 11) com os trajes confeccionados na Rheingantz:

“Ultrapassou todas as expectativas mais otimistas, o desfile de modas com tecidos Rheingantz, realizado na maravilhosa praia do Cassino, no magnífico Hotel Atlântico, diante dos olhares experimentados das mais brilhantes figuras da sociedade brasileira, especialmente da sociedade gaúcha. Modelos primorosos e originais, de indiscutível bom gosto, que em nada ficam inferiores aos mais destacados e famosos modelos de Paris, Londres ou New York” (BOLETIN CUF, 02/1957).

No Dominio da Moda Feminina

Desfile "Rheingantz"

Um acontecimento social impar

Ultrapassou todas as expectativas mais otimistas, o Desfile de modas com tecidos "Rheingantz", realizado na maravilhosa praia do Cassino, no magnífico Hotel Atlântico, da

ostentando com graça extrema, modelos primorosos e originais, de indiscutível bom gosto, que em nada ficam inferiores aos mais destacados e famosos modelos de Paris, Londres ou New York. Graças ao cuidado com que foram dirigidos e coordenados todos os elementos indispensáveis, pelo Sr. Dr. João M. Rheingantz e sua excelentíssima esposa, Sra. D. Maria Helena Rheingantz, a festa resultou o mais brilhante acontecimento dos últimos tempos. Os mais belos tecidos fabricados nesta Empresa, sob a chancela famosa da marca "Rheingantz", foram vistos



Sta. Floriza Magalhães, Miss Cassino 1957, exibindo o deslumbrante modelo "ESTORIL", e o manteaux em lã camêlo.

Companhia Balnear Atlântica. Num ambiente de requintadíssima elegância, e diante dos olhares experimentados das mais brilhantes figuras da sociedade brasileira, especialmente da sociedade gaúcha, teve lugar o extraordinário acontecimento social, em que fulguraram, como estrelas de primeira grandeza, 16 moças de mais alta sociedade do Estado,



Sta. Maria Conceição Lima, da sociedade de Uruguiana, com o ravissant modé "Bois de Boulogne", em cetim de lã verde azulado e manteaux em angorá ma

Figura 11: Desfile de moda da fábrica Rheingantz

Fonte: Boletim CUF - 1957

Da mesma forma, a importância e o pioneirismo da Rheingantz é destacado pelo informativo das Indústrias Wallig, de Porto Alegre, em sua publicação de janeiro de 1957.

“Quem visita a União Fabril constata que um dos fatores do sucesso da empresa, é a assistência dispensada aos que ali trabalham. Os que diariamente cruzam os portões das fábricas da grande indústria rio-grandina, trabalham satisfeitos. A União Fabril, a primeira fábrica de tecidos de lã fundada no Brasil, possui uma cooperativa de consumo e muitos outros serviços assistenciais, o que demonstra a preocupação de seus dirigentes em relação ao bem-estar dos que ali trabalham. Cerca de 1.800 pessoas exercem atividades nesta empresa que, desde 1873, se dedica à fabricação de tecidos em geral” (INFORMATIVO WALLIG, 1957).

E, por Copstein (1974) ao afirmar que:

“Em 1873, sediava a 1ª fábrica brasileira de fiação e tecelagem de lã. Foram Guilherme Rheingantz, brasileiro de ascendência e formação alemãs e Herman Vater, alemão, os criadores do que posteriormente se denominou Cia. União Fabril. O empreendimento ampliou-se para incluir uma tecelagem de algodão, englobar uma fábrica de chapéus” (COPSTEIN, 1974, p. 25).

Ferreira (2009), por sua vez, destaca o “perfil empreendedor do primeiro Rheingantz”, enfatizando o seu caráter social que vai “desde a construção da Vila Operária a projetos que atendessem o trabalhador na íntegra, ou seja, buscando cobrir com ações propostas pela empresa suas necessidades fundamentais e seu lazer”.

“A adoção de um conjunto de medidas que visavam beneficiar e criar vínculos fortes do operário com a empresa resultou na fundação da Sociedade de Mutualidade, mantida por contribuição dos empregados da empresa e atuando no atendimento à saúde do operário e sua família, na concessão do auxílio pecuniário aos sócios temporariamente impedidos de trabalhar e do Auxílio funeral. O surgimento do Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz será o ponto máximo dessas ações, instaurando benefícios tidos como extraordinários, tais como aqueles concedidos em razão da viuvez feminina, do amparo concedido aos filhos menores, da invalidez resultante de algum acidente na fábrica, e do casamento de operárias, formalmente consentido pelos pais. A organização de uma biblioteca e das aulas, direcionadas as empregados, são reflexos desse perfil do fundador” (FERREIRA, 2009, p.197).

Já o Ministro da Agricultura, T. J. Coelho de Almeida afirmava, em 1877, que os nossos mercados já são supridos de variados e numerosos produtos, que a pouco tempo eram exclusivamente importados do estrangeiro. Além disso, citava fábricas de produtos químicos, de instrumentos óticos e náuticos, de calçado, chapéus, marroquim, oleados e couros envernizados, de vidro, papel e encadernação, rapé, tabaco, charutos e cigarros; referia-se à existência de fundições que, no conjunto, empregavam 700 operários, de 39 fábricas de chapéus e 30 mais importantes de tecidos, especialmente a fábrica de tecidos

de lã e algodão Rheingantz, com um capital de 131:059\$120, 20 teares, 2 máquinas de fiar com 1.000 fusos e empregando de 40 a 50 pessoas¹⁵.

Seu pioneirismo vai, além de ser a primeira indústria de lã do Rio grande do Sul, em também ser a primeira do Brasil a instalar uma secção de fiação penteada (figura 12), em 1904, o que propiciou a confecção de tecidos finos e casimira.



Figura 12: Secção Fio Penteado
Fonte: Boletim CUF - 1956

No ano de 1875, a Rheingantz participou da exposição provincial conjuntamente com outras firmas do Rio Grande do Sul, destacando-se com a exposição de produtos de lã. Segundo os dados da exposição:

¹⁵ T.J. Coelho de Almeida, Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas (Rio de Janeiro, 1877), 49. In: Luz, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, 1978.

“Os produtos são muito bem preparados e preferíveis aos importados. Esta fábrica merece o apoio público e mesmo a proteção do comércio. (...) A matéria-prima é produto da criação de ovelhas da província (...). Compradas em estado bruto e transformando-as em suas oficinas mediante processos de lavagem, cardagem, fiação, tecelagem, tinturaria e apresto, em cobertores encarnados e escuros, baetas de todas as cores, flanelas, chales de diferentes padrões, casimiras, panos etc. (PESAVENTO, et al, 1987, p.70-78)¹⁶

Em 1881, participou da Exposição Brasileira-Alemã. Esta foi uma exposição internacional de agricultura, indústria e comércio, realizada em Porto Alegre na qual, mais uma vez, a Rheingantz foi o destaque, conforme pode-se observar no trecho do seu relatório:

“Rheingantz e Cia (...) trabalha a cerca de oito anos sempre em movimento progressivo. É um estabelecimento sui generis, o primeiro e único de sua classe que existe no império” (CATÁLOGO, 1881).

A produção artesanal de tapetes rendeu a Rheingantz uma série de prêmios no Brasil e no exterior. Foram eles: MEDALHA DE BRONZE, RIO DE JANEIRO (1875); MEDALHA DE BRONZE, FILADÉLFIA (1876); DIPLOMA DE HONRA, RIO DE JANEIRO (1891); TRÊS MEDALHAS DE OURO, PRATA E BRONZE, PORTO ALEGRE (1881); MEDALHA DE PRATA, BUENOS AIRES (1882); GRANDE DIPLOMA, BERLIM (1882); DIPLOMA DE MÉRITO, RIO DE JANEIRO (1889); DUAS MEDALHAS DE OURO, PORTO ALEGRE (1901); DUAS MEDALHAS DE OURO E PRATA, SAINT LOUIS (1904); DOIS GRANDES PRÊMIOS, RIO DE JANEIRO (1908); GRANDE PRÊMIO, TURIM (1911); DOIS GRANDES PRÊMIOS, RIO DE JANEIRO (1922); GRANDE PRÊMIO, SEVILHA (1930); TRÊS GRANDES PRÊMIOS, ANTUERPIA (1930)¹⁷.

Como fica claro no quadro 02, a Rheingantz era, em 1895, a maior indústria têxtil do Rio Grande do Sul, com um capital de \$3.500 contos e mais de 1000 funcionários diretos e indiretos.

¹⁶ Catálogos das exposições de 1875 e 1881 In: PESAVENTO et al, 1987.

¹⁷ Catálogo de 1881 e [HTTP://theatropolytheama.blogspot.com/2010/09/as-industrias.html](http://theatropolytheama.blogspot.com/2010/09/as-industrias.html) acessado em 09/05/2011.

	Nome	Atividade	Capital	Produção	Operários
1 -	Cia. União Fabril (Ex Rheingantz & Vater)	Têxtil	3.500 Contos	5.000 Contos	907 + 102 costureiras
2 -	Cia. de Fiação e Tecidos Portoalegrense	Têxtil	2.400 Contos	2.100 Contos	263
3 -	Cia. Fabril Portoalegrense	Têxtil	200 Contos	*	100

Quadro 2: As maiores indústrias Têxteis do Rio Grande do Sul em 1895
Fonte: ROCHE (1969)

No final do século XIX, empregava 900 operários e 102 costureiras entre homens, mulheres e crianças¹⁸ e exportava para o Rio de Janeiro cerca de 65% de sua produção¹⁹. Também, empregava “os presos da cadeia no serviço de rever as peças e tirar a mão os restos de carrapicho e as órfãs do asilo da cidade do Rio Grande na operação de torcer as franjas dos xales” (CATÁLOGO, 1881).

Para Stein (1957), a contratação de mulheres e crianças era vista pela sociedade como filantropia, como pode ser observado no trecho:

Os empresários da indústria têxtil algodoeira recrutavam a sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguraram o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e os observadores da época” (STEIN,1957, p.66).

¹⁸ COPSTEIN (1974)

¹⁹ SINGER (1977, p. 172)



Figura 13 – Saída dos funcionários da Tecelagem Rheingantz em 1944.
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

Roche (1969) afirma que “os capatazes e contramestres e toda a mão-de-obra especializada haviam sido importados da Alemanha ao mesmo tempo que as máquinas”. Mas não havia apenas alemães trabalhando na Rheingantz. A “fábrica”, que chegou a empregar no início do século vinte mais de 1200 pessoas – se levarmos em consideração que neste período residiam na cidade pouco mais de 20 mil pessoas, podemos vislumbrar a dimensão e importância dessa indústria –, em 1956, chegou a empregar 2.000 pessoas, segundo dados oficiais da fábrica, expostos no Boletim CUF de fevereiro do mesmo ano. Também era um local onde, de acordo com Paulitsch (2008), “brasileiros, portugueses, italianos, alemães, norte-americanos e espanhóis mesclavam-se num emaranhado de sotaques e tradições”.

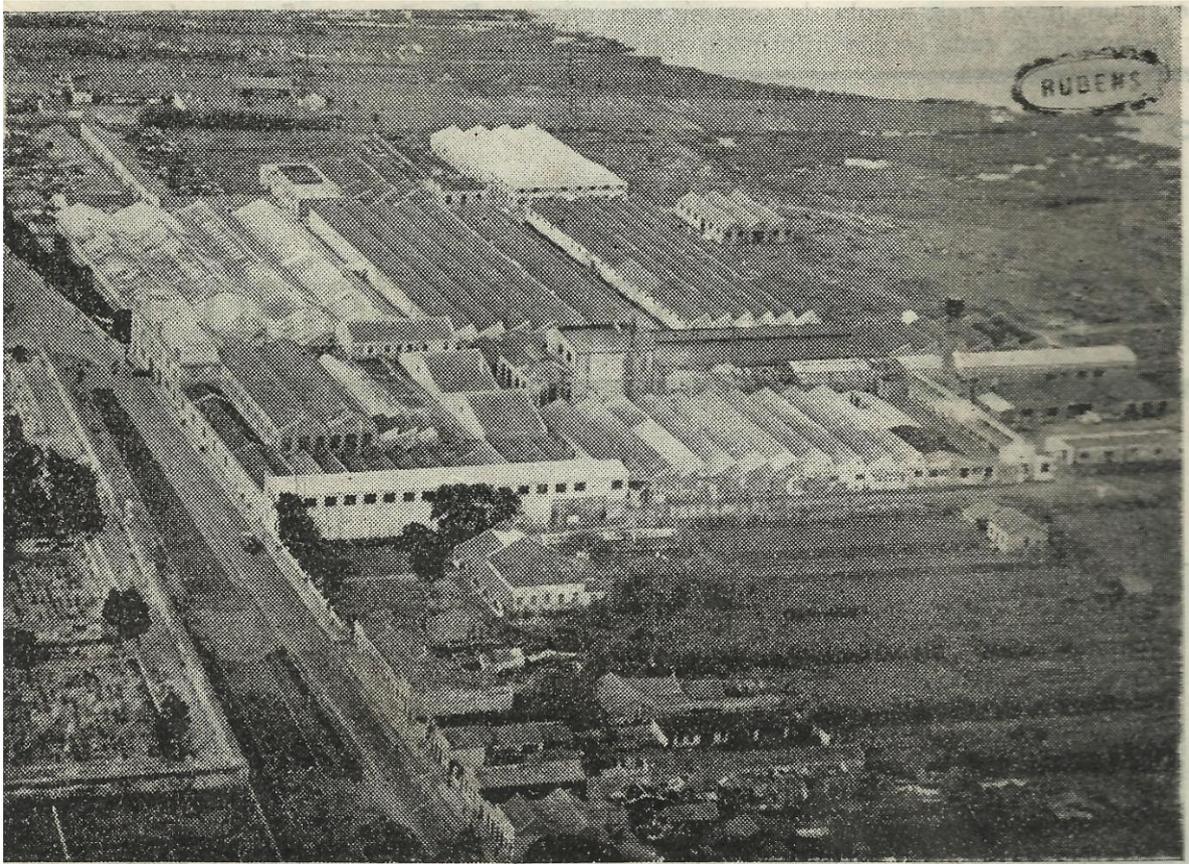


Figura 14 – Complexo da Fábrica Rheingantz.
Fonte: Boletim CUF, 1956

Praticamente desde o início de suas atividades a Rheingantz já possuía uma política de incentivos e de responsabilidade social. Organizou, por exemplo, uma cooperativa de consumo dos operários da empresa (figura 15) “que, nesta altura, conta com mais de 2000 associados e foi instalada com a adoção dos modernos preceitos do cooperativismo, com gêneros adquiridos em suas fontes de produção com benefícios à economia dos operários” (BOLETIM CUF, 1956). Ainda de acordo com o Boletim:

“Fundada com o forte apoio financeiro da empresa, a Cooperativa de Consumo dos Empregados, que está em franco funcionamento, com um índice mensal de vendas, de Cr\$ 1.500.000,00, e, como é de geral conhecimento, vendendo realmente barato, sendo que os artigos mais necessários, como o feijão, o arroz, a farinha, o sabão, lenha, carvão e combustíveis líquidos, tecidos e roupas – por preço de custo” (BOLETIM CUF, 1955).



Figura 15: Cooperativa de Consumo dos Empregados da Rheingantz
Fonte: Boletim CUF - 1958

Assistência médica, enfermagem e farmácia e muitos outros serviços relevantes para os operários, conforme se observa no quadro 03, que destaca o movimento cooperativo e assistencial da fábrica no mês de julho de 1956. Tal contexto fica claro no Boletim CUF de 1955:

“A Sociedade Mutualidade continua incessantemente o seu programa de assistência aos empregados, 4 médicos em especialidades diversas, atendem aos associados, sempre que necessário. Clínica, cirurgia, Otorino-laringologia, e num ambulatório perfeitamente equipado, 2 enfermeiros prestam os seus serviços no trabalho de curativos e aplicação de injeções. É ainda prestada ajuda para casos de hospitalização. Às parturientes é concedida assistência de parteira gratuitamente. E é, em caso de morte, prestada ajuda para funeral” (BOLETIM CUF, 1955).

Movimento Cooperativo e Assistencial			
no mês de Julho			
COOPERATIVA DE CONSUMO "CUFIBRAS"			
Vendas no mês ..	Conf. e Tecidos	Cr\$	960.899,50
	Gêneros	Cr\$	1.194.412,30
			2.155.311,80
CRÉCHE E ABRIGO		Cr\$	2.155.311,80
Berçário	16	crianças por dia
Abrigo	26	crianças por dia
RESTAURANTE			
Diariamente no Refeitório		106	peessoas
Refeições em Marmitas		460	peessoas
SOCIEDADE MUTUALIDADE			
Chamados a Domicílio		Consultas em Consultório	
Dr. Walter Brum	3 Chamados	Dr. Walter Brum	168 pessoas
Dr. Espindola	76 Chamados	Dr. Espindola	89 pessoas
Dr. Nello Germano	83 pessoas
Dr. Altmaier	30 pessoas
Serviço feito pela Irmã:		Serviço de Enfermagem feito pelo nosso	
Injeções - homens	51	Enfermeiro em domicílio	
Injeções - mulheres	60	Injeções - homens	48
Injeções - crianças	31	Injeções - mulheres ...	70
Visitas em domicílio	50	Injeções - crianças	31
Serviço de Enfermagem feito no Ambulatório			
Injeções - homens	360	Curativos - homens	271
Injeções - mulheres	412	Curativos - mulheres ...	304
Injeções - crianças	26	Curativos - crianças	41
Serviço de Obstetria:			
(a cargo da Parteira da Sociedade)			6 partos

Quadro 03: Movimento Cooperativo e Assistencial de julho de 1956
 Fonte: Boletim CUF – 08/1956

Também era oferecido, pela Mutualidade (figura 16), o serviço de uma “biblioteca, aulas noturnas, uma farmácia devidamente instalada, uma banda de música, bilhar e outros jogos” (BOLETIM CUF, 1956).



Figura 16: Sociedade Mutualidade Rheingantz
Fonte: Biblioteca Riograndense



Figura 17: Berçário Rheingantz
Fonte: Boletim CUF – 1956

A empresa oferecia ainda uma creche com berçário (figuras 17 e 18), conforme podemos observar no fragmento abaixo:

“Continuando a desempenhar suas funções, a Creche, sob a direção eficiente das Irmãs de São José, tem visto crescer sempre as atribuições que lhe cabem. Atualmente, o Berçário recebe diariamente, cerca de 20 crianças, enquanto que o Abrigo, para as crianças maiores, que funciona junto e que presta toda a assistência, alimentar, higiênica, médica e até educacional a essas crianças, recebe diariamente de 40 a 45 crianças, - ao todo, 65 crianças por dia” (BOLETIM CUF, 1955). O horário de atendimento é das 6h às 17h30min. As 7h30min é servida a primeira das diversas refeições do dia. Das 8h às 10h30min, são proporcionados às crianças brinquedos, jogos, e noções das primeiras letras. Das 10h30min às 11h, recreio no pátio, seguido de almoço, sesta, demais refeições etc.” (BOLETIM CUF, 1956).

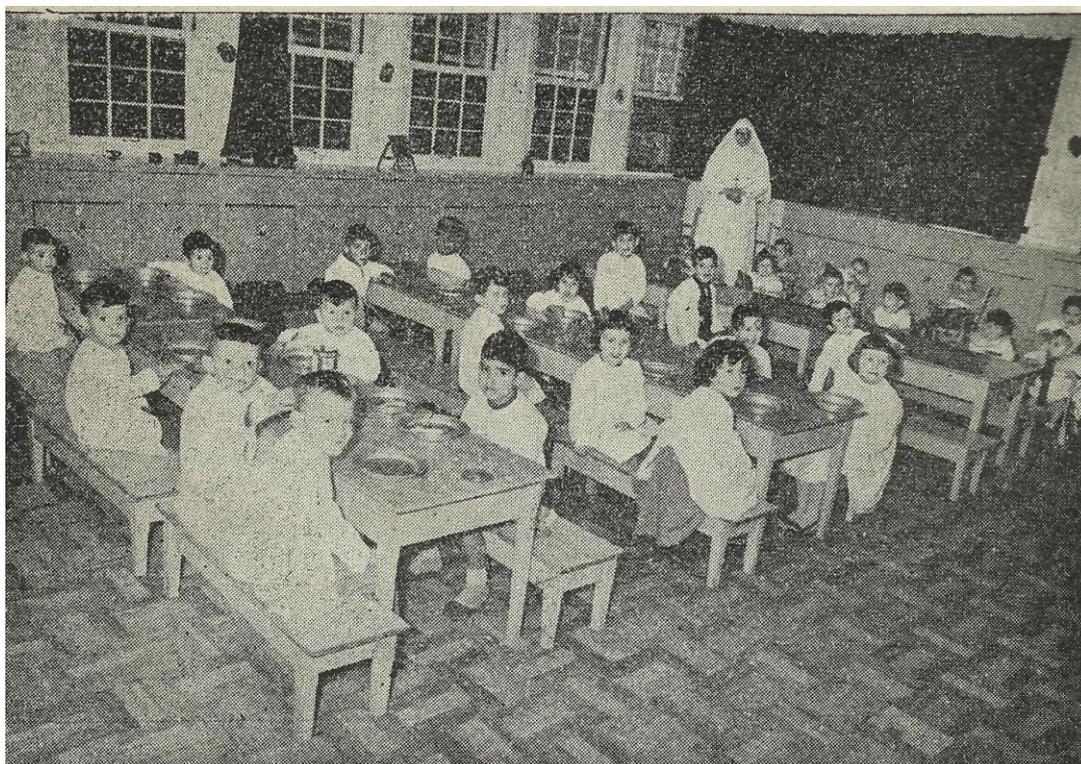


Figura 18: Creche Rheingantz
Fonte: Boletim CUF - 1956

Uma escola primária (figura 19).

“Em virtude do acordo feito com o governo do Estado, a empresa cedeu, por empréstimo, o seu amplo edifício da escola Comendador Rheingantz, para ali ser instalada, com todos os recursos do programa oficial de instrução, um Grupo Escolar. Foi-lhe assegurado, porém, em face da cessão referida, a preferência de matrícula para todos os filhos de seus empregados. Como se sabe, em face do crescimento da

população da cidade e do número restrito de Grupos escolares oficiais, se torna dia a dia mais problemática e difícil. Sendo assim, a maior parte dos alunos são filhos de empregados desta empresa” (BOLETIM CUF, 1955).

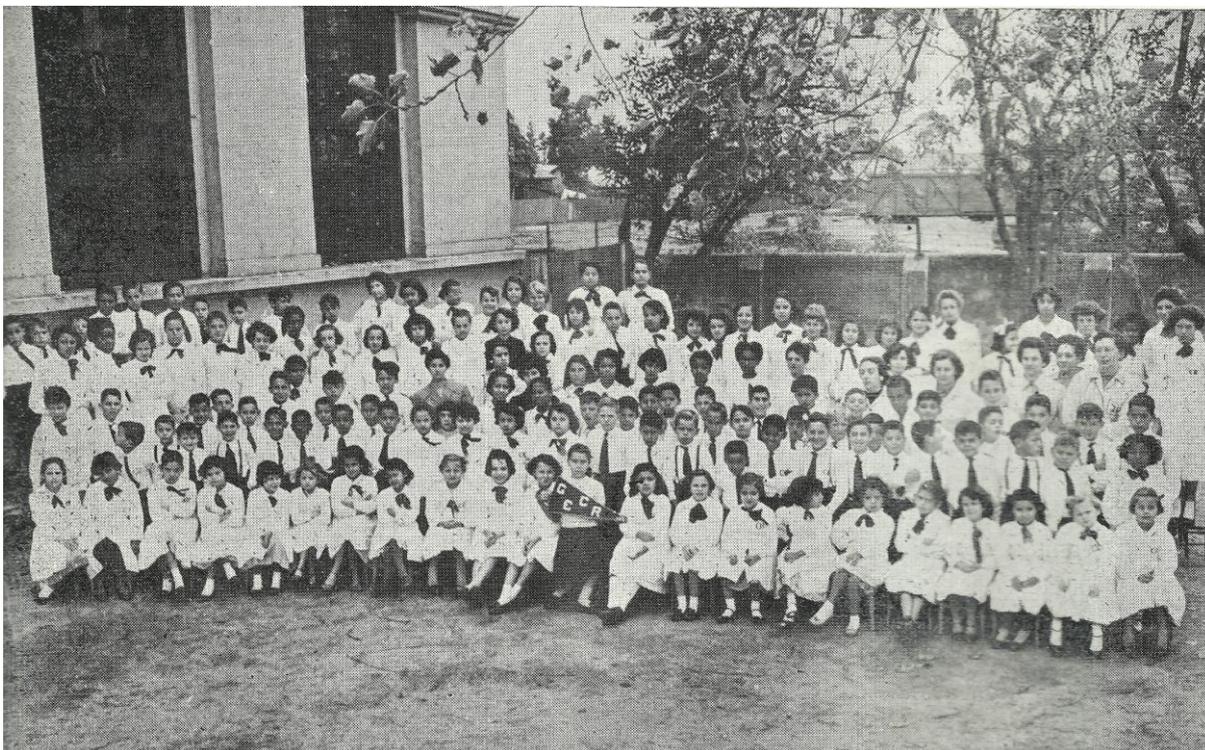


Figura 19: Alunos e Professores do Grupo Escolar Comendador Rheingantz
Fonte: Boletim CUF, 1957

A fábrica também disponibilizava aos alunos destaque, diversos prêmios e bolsa de estudo integral, para darem continuidade aos estudos no Colégio Santa Joana D'Arc.

“Diversos prêmios foram conferidos aqueles que melhor se distinguiram, tanto na aplicação como no comportamento. Entre estes consta a doação pela CIA UNIÃO FABRIL, de bolsas de estudos a três estudantes destaques além da oferta de cadernetas da Caixa Econômica Federal, pelo esporte União Fabril, aos que obtiveram melhor média entre os demais companheiros da escola” (BOLETIM CUF, 1955).

Outro ponto a ser destacado, refere-se à distribuição de presentes por conta do Natal aos filhos dos funcionários; “mais de um milhar de olhinhos inocentes se fixaram na vasta quantidade de brinquedos doados pela CIA UNIÃO FABRIL” (BOLETIM CUF, 1958).

Construíram-se casas para operários e mestres, cassino dos mestres, etc. Enquanto as casas dos operários, contíguas a fábrica, foram construídas tipo fita, enfileiradas, alinhadas ao limite do terreno, as dos mestres e contramestres eram isoladas, com recuo e predominância do estilo germânico²⁰. Também foi construído o cassino dos mestres, que servia para hospedar técnicos vindos de outras regiões e para o lazer dos empregados com cargos hierarquicamente superiores. O escritório central²¹ foi outra instalação erigida no mesmo período. Todas estas construções mudaram a paisagem local e deram início à expansão da cidade, figura 24.

Embora que, para Pesavento (1988) tais práticas escamoteavam, por meio de medidas assistencialistas, a coerção econômica imposta aos trabalhadores, isto é, estabelecia um controle extra-fábrica.

Situada na principal avenida de acesso ao centro histórico da cidade, viu surgir em seu entorno vias de acesso, bairros e etc. Segundo Copstein (1982), a cidade do Rio Grande tinha uma área de aproximadamente 175 hectares em 1878, expandindo-se para 458 hectares no final do século XIX. Conforme Martins (2006), a empresa teve sob sua administração 169 propriedades.

Enfim, a fábrica Rheingantz atende a todos os requisitos e critérios determinados pelos estudiosos da área para ser considerada e tombada como patrimônio cultural, inclusive conforme os critérios de Poulot (2008): “*que envolve um conjunto de bens que cumpre identificar como transmissíveis, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou*

²⁰ As "casas da fábrica" foram construídas a partir de 1884. Entre os anos de 1903 e 1922, foram construídas mais residências para os funcionários nas ruas Presidente Vargas, América, 1º de maio e Raul Barlém (ex – Rua Brasil) (PAULITSCH, 2008).

²¹ O cassino dos mestres é de autoria do Escritório de R. Ahrons, estando à frente do projeto o arquiteto Theodor Wiederspahn. O projeto foi construído em 1911. O escritório central supõe-se que tenha sido iniciado em 1909 e finalizado em 1911, baseando-se nos jornais da época e nos relatórios da fábrica, e é também de autoria do mesmo construtor, bem como a escola datada de 1912 e o jardim de infância do ano de 1911 (PAULITSCH, 2008). Theodor Alexander Josef Wiederspahn (1878 – 1952) foi um arquiteto alemão que executou muitas obras no Brasil, inclusive na cidade do Rio Grande. Formou-se na Escola de Construção de Wiesbaden, em 1894 e migrou para o Brasil em 1908, para trabalhar na Viação Férrea, o que acabou não acontecendo por problemas de contrato. Passou então a trabalhar como arquiteto no escritório de engenharia de Rudolf Ahrons. Posteriormente, abriu seu próprio negócio (<http://jefferson65.blogspot.com/2010/08/theo-wiederspahn-e-rheingantz.html> - Acessado em 15/05/2010). Maiores informações sobre o arquiteto Theodor Alexander Josef Wiederspahn, consultar em: BICCA, P. Arquiteto Theo Wiederspahn: um eclético no sul do Brasil. Letras de Hoje, Porto Alegre, V. 45, n. 4, p. 48-53, out/dez 2010.

susceptível de reconhecê-los como seus e um conjunto de valores que permitam articular os legados do passado à configuração de um futuro”.

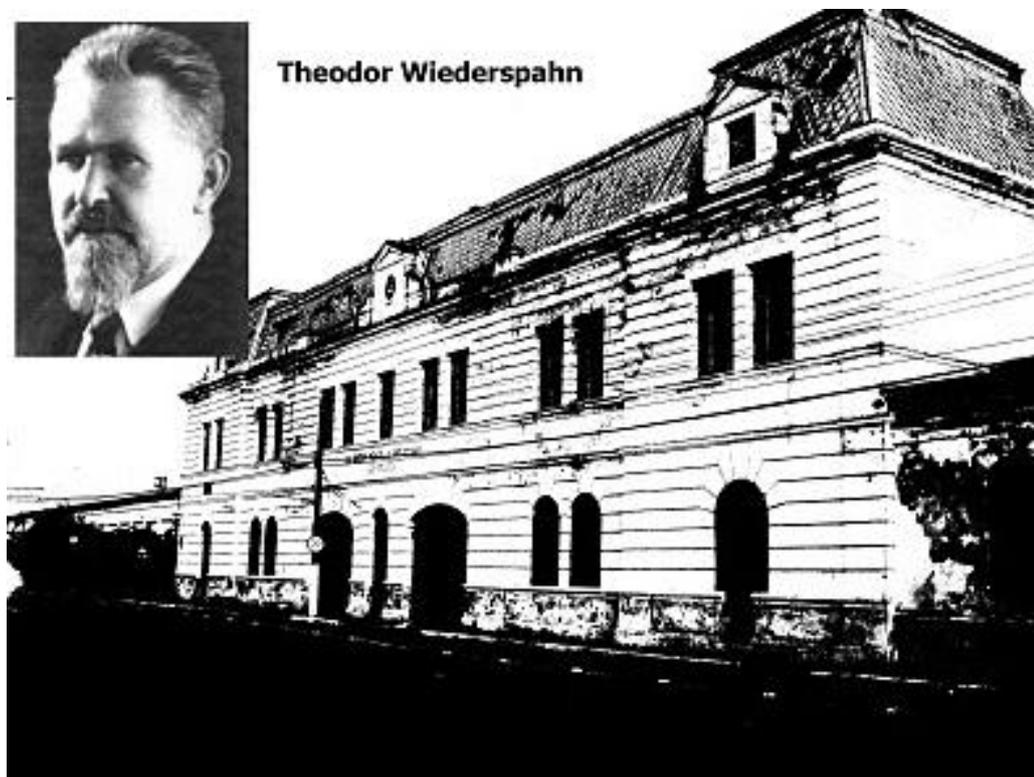


Figura 20: Prédio da Fábrica Rheingants – Escritório central – Fotografia do Arquiteto Theodor Wiederspahn possível autor do projeto arquitetônico do prédio.

Fonte: <http://jefferson65.blogspot.com/2010/08/theo-wiederspahn-e-rheingantz.html> - Acesso em 15/05/2010

1.3 Decadência da Fábrica Rheingantz

Até o final da década de 1950 é possível encontrar com certa frequência nos jornais da cidade e em documentos produzidos pela própria Cia, propagandas sobre a fábrica. Estas notas destacavam a pujança do empreendimento e os diversos títulos conquistados mundo afora, conforme mostram as figuras 21 e 22.



Figura 21: Públicidade da fábrica Rheingantz

Fonte: - Revista O Cruzeiro (1949).

Entretanto, a década de 1960 começa com uma conturbada atividade política e com o esgotamento do crescimento econômico a partir da industrialização de bens duráveis o que, conseqüentemente, leva o país a estagnação e recessão.



Tecidos de lã

RHEINGANTZ

Rio Grande do Sul

12L-011

Figura 22: P ublicidade da fábrica Rheingantz
Fonte: - Boletim CUF, 1957.

Embora, já se pudesse perceber alguns sinais de dias difíceis para a atividade econômica brasileira na segunda metade dos anos 50, conforme se observa no trecho do Boletim CUF, edição especial de 1955:

“Estamos no fim de mais um ano de atividades. No balanço de nossas ações, frente ao trabalho desenvolvido neste período, encontramos, em todos os setores, um esforço apreciável para o nosso desenvolvimento e expansão, prejudicado embora por uma série extensa e complexa de fatores, que peiaram, como é de conhecimento geral, o bom andamento dos negócios no país, - em especial aqueles adstritos à indústria. Uma paralisação crescente no mercado dos tecidos, - especialmente dos tecidos de lã, - tornou impossível a concretização integral dos objetivos que se visavam. Temos que fazer votos, pois, que, agora no ano novo que se avizinha este estado de coisas se modifique, para que a justa aspiração de todos, no sentido do progresso particular e geral, se realice” (BOLETIM CUF, 1955).

As publicidades desaparecem a partir do início dos anos de 1960, substituídas por rumores sobre possíveis dificuldades da empresa. Uma nota no Jornal Rio Grande, de 11 de fevereiro de 1967, demonstra essa preocupação:

“Operários da tradicional Cia. União Fabril reuniram-se no sindicato de classe e tomaram deliberações com vistas a salvarem seus interesses e promover a recuperação daquele importante estabelecimento fabril, cuja situação atual é de crise” (JORNAL RIO GRANDE, 11/02/1967).

Em março do mesmo ano, outra matéria do mesmo jornal evidencia ainda mais a crise da Rheingantz ao tornar público a incapacidade desta em pagar os salários dos funcionários:

“Na próxima quinta-feira deverá estar em Rio Grande o Ministro do Trabalho com a missão de apreciar, in loco, a situação criada na União Fabril, onde empregados estão com seus vencimentos atrasados desde dezembro de 1966, tendo recebido referente a este mês apenas uma parte dos salários” (JORNAL RIO GRANDE, 1º/03/1967).

Apesar dos esforços locais em buscar soluções para a crise que enfrentava a empresa, inclusive com as tentativas fracassadas de recorrer aos governos regional e nacional, as dificuldades aumentam. Conforme noticiado no jornal Rio Grande, na edição publicada nos primeiros dias de 1968.

“A situação dos operários da Cia União Fabril, apresenta-se cada vez mais difícil. Até agora as soluções apresentadas não conseguiram triunfar e os trabalhadores continuam com salários em atraso e o fantasma da miséria começa a rondar oitocentos lares em Rio Grande” (JORNAL RIO GRANDE, 03/01/1968).

Segundo Paulitsch (2008), uma das causas que levaram à fábrica à falência foi a concorrência de confecções e magazines que utilizavam matéria-prima importada do Uruguai a preços mais baixos que os custos de produção da Rheingantz. De acordo com a autora:

“Isso ocorreu por volta de 1968, quando a fábrica foi comprada pela firma João Abdala & Cia., de São Paulo. Em 1970 a fábrica foi vendida a um grupo de Pelotas, da família Loréa, adquirindo o nome de Companhia Inca Têxtil, com 81% das ações – os 19% restantes em poder dos operários, como forma de indenização pela falência e desemprego em massa” (PAULITSCH, 2008, p. 65).

Cabe salientar também que a maioria dos ex-funcionários da fábrica Rheingantz jamais conseguiu resgatar o valor de suas ações (figura 23) e, portanto, nunca receberam o que tinham direito pelo trabalho efetuado.



Figura 23: Ações da Companhia Inca Têxtil e Industrial
Fonte: Arquivo do autor

Outros motivos para os problemas são apontados por Martins (2007, p. 163), como a “precariedade do transporte de cabotagem, dificuldade de renovação do parque

produtivo e a concorrência desigual frente às novas indústrias que se consolidavam no sudoeste”.

Já Ferreira (2009), atribui a situação problemática à má gestão familiar e a introdução do fio de nylon ao processo produtivo no Brasil.

1.4. A “fábrica” hoje: discussão judicial e estado de conservação

O complexo arquitetônico da fábrica Rheingantz está em forte processo de deterioração, conforme demonstram as figuras apresentadas neste trabalho.



Figura 24 – Parte da fachada principal, Cassino dos Mestres e algumas casas de operários ao fundo.

Fonte: Autor em 15/05/2010.

Todo esse complexo (figura 13) que, através da produção fabril ajudou a impulsionar a economia local e está marcado na memória da população como parte

integrante de sua identidade, encontra-se abandonado, sem qualquer função²², abrigando desocupados e sendo alvo de vândalos.



Figura 25 – Fachada principal.
Fonte: Autor em 15/05/2010.

Como se pode observar na fachada principal (figuras 25 e 26), a ação do tempo e do homem estão atuando inexoravelmente para o total comprometimento da estrutura, como vidros quebrados, portas destruídas, roubos de peças e maquinários e cobertura ruindo.

²² Parte das instalações do prédio central está sendo utilizado como garagem coletiva. Para tanto, aberturas foram fechadas por tijolos, a cobertura que estava em ruínas foi retirada e foram construídos vários boxes para automóveis. Entretanto, esta não é uma atividade “legal”, pois não foi solicitada a licença de exploração a nenhum órgão responsável pelo patrimônio cultural.



Figura 26 – Fachada principal
Fonte: Autor em 20/02/2012

Enfim, embora a estrutura do complexo e sua história, em grande parte, resista ao tempo e a degradação, ainda hoje, apesar do péssimo estado de conservação de algumas casas, como é o caso do Cassino dos Mestres²³ (figs. 27 e 28), e algumas casas de Mestres (figura 30), se nada for feito, rapidamente, corremos o risco de perder um dos últimos sítios industriais urbano histórico do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém parte de sua estrutura edificada.

²³ Prédio construído em estilo enxaimel que se encontra praticamente em ruína.



Figura 27 – Cassino dos mestres (vista lateral).
Fonte: Autor em 22/02/2012.

Conforme notícia vinculada no Jornal Correio do Povo de 24 de julho de 2011, em agosto de 2009, a Justiça Federal doou o imóvel à Prefeitura do Rio Grande, para que fosse restaurado e transformado em um espaço cultural ou educacional em benefício da comunidade. Também estabeleceu prazos para elaboração do projeto de restauração e captação dos recursos para execução da obra., os quais não estão vigorando porque o repasse da propriedade para o Município ainda não foi efetivado, apesar de ter sido oficializado em agosto de 2009.

“Segundo o secretário municipal de Coordenação e Planejamento, Paulo Renato Cuchiara, o contrato está pronto e deve ser assinado em breve. A gerente regional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Rose Carla Correia, já fez contato com o prefeito Fábio Branco, que deverá marcar uma data para assinatura do contrato. Independente disso, o projeto para restauração do prédio, localizado na esquina da avenida Rheingantz com a rua 2 de Novembro, está pronto, e integra a lista das obras para as quais foi solicitado apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em abril deste ano” (JORNAL CORREIO DO POVO, 24/07/2011).



Figura 28 – Cassino dos mestres (vista frontal).
Fonte: Autor em 22/05/2010.

Como é possível observar, através das figuras 28 e 29, até o momento nada foi feito. O interior do prédio (fig. 29) não tem mais piso e continua sendo utilizado por todo tipo de delinquentes como local de drogadição e outros delitos.



Figura 29: Interior do Cassino dos Mestres
Fonte: Autor em 15/05/2010

No dia 20 de dezembro de 2011, um incêndio consumiu boa parte do que restava de um dos casarões do complexo da Rheingantz (figura 30), onde, por último, funcionou

a Central do Bip, na avenida Rheingantz. A casa estava desocupada há algum tempo e, nela, cerca de 10 pessoas, todas moradores de rua, encontraram abrigo.

Os vizinhos da Rheingantz salientaram que, ultimamente, a casa era utilizada por usuários de drogas e até por assaltantes (JORNAL AGORA, 20/12/2011). A figura 30, mostra a situação atual do prédio.

Em 22/12/1994, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ingressou com Ação Civil Pública em desfavor do Município do Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul, buscando declarar a relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da fábrica Rheingantz, e a condenação dos réus a realizarem o tombamento ou instaurarem o procedimento de tombamento do prédio da fábrica Rheingantz, incluindo a Vila Operária interna e o Grupo Escolar Comendador Rheingantz. Os réus também são obrigados a estabelecer o entorno. Da mesma forma, condenava o Estado-réu a estabelecer por ato próprio a delimitação do entorno, com relação aos bens para o tombamento e a condenação do Município-réu a indenizar os danos causados ao patrimônio cultural, histórico, estético, arquitetônico e urbanístico em razão de ter autorizado a demolição de dois prédios que estavam elencados como bens de interesse sócio-cultural.

Depois de muitos anos de discussão, a sentença foi proferida em 10/05/2006. Na oportunidade, a julgadora decidiu pela extinção do processo sem julgamento do mérito quanto aos pedidos de inventário, de vigilância, de declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da fábrica Rheingantz e de delimitação pelo Estado-réu do entorno dos bens já tombados. Todavia, julgou procedente ao efeito de condenar os réus a instaurarem procedimento de tombamento do conjunto urbano da Rheingantz, disciplinando o entorno, no prazo de um ano, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais. Da mesma forma, condenou os réus (o Estado no que tange aos bens por ele tombados e o Município no que se refere aos prédios relacionados como de interesse sócio-cultural) a fiscalizá-los, expedindo relatório das condições em que se encontram e das providências que serão adotadas, no prazo de três meses, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais. Por fim, determinou improcedente o pedido contra o Município do Rio Grande de indenização pela demolição dos prédios referidos.



Figura 30 – Casa dos Mestres após o incêndio em 20/12/2011.
Fonte: Autor em 25/12/2011.

Descontentes com a sentença, o Município do Rio Grande e o Estado do Rio Grande do Sul apelaram. Diante disso, em 29/08/2007, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu, por maioria, negar provimento às apelações, em razão de não merecer correções à sentença prolatada. Ainda não satisfeito, o Estado moveu embargos de declaração, sustentando que haveria contradição na decisão do Tribunal, sob o fundamento de que ora seria afirmado que o tombamento já estaria determinado e ora daria a entender que este estaria determinado apenas com a instauração do procedimento de tombamento. Assim, o Tribunal manifestou-se, mais uma vez, esclarecendo que o ente federado está obrigado a instaurar o procedimento de tombamento, contudo, não obrigatoriamente precise decretá-lo, até porque este tem a natureza de um ato discricionário. Nesses termos, foi proposta a execução da sentença, a qual perdura até hoje.

Cabe resaltar que o complexo, que é uma massa falida, pertence a diversos proprietários, sendo eles pessoas naturais, descendentes de antigos trabalhadores que nunca receberam suas indenizações após a falência da fábrica, os descendentes dos proprietários da indústria, bancos, entre outros.

Conforme descrito até aqui, o valor histórico e cultural dos imóveis que fazem parte do complexo da fábrica Rheingantz é inquestionável, tanto que já foram declarados como integrantes do “Patrimônio Cultural do Estado”, por meio da Lei Estadual n.º 11.585/2001. Entretanto, conforme evidencia Ferreira (2009, p. 29), o declínio e consequente esvaziamento da fábrica como unidade produtiva, bem como o avanço da degradação dos prédios e maquinários, geraram um sentimento de luto e a necessidade de reter alguns desses vestígios do passado, lugares de memória que se transformaram. A autora acresce que a ação do Estado sempre se caracterizou como de omissão e negligência, cabendo aos antigos funcionários cumprirem uma espécie de função guardião da empresa, atuando em diversas frentes, como o resguardo ao prédio (os casos de roubos de fios de cobre havia se tornado frequente), a apropriação de objetos pequenos que eram levados para serem guardados nas residências dessas pessoas, a luta pelo reconhecimento do lugar como portador de uma memória da cidade.

Nesse contexto, com inteira razão o Ministério Público trouxe o tema à discussão, fundamentando-o em vasta legislação existente, seja em nível federal ou estadual, no que concerne ao dever de preservação do patrimônio cultural, evidenciando, inclusive, medidas como a de tombamento para que a Administração Pública possa conservar tais sítios. Dessa forma, agir com descaso com imóveis que retratam a cultura do nosso povo seria um verdadeiro crime contra a história.

No entanto, apesar disso, o processo de execução remonta mais de três anos e já foram realizadas audiências públicas com a população local e com as autoridades, no sentido de dar uma solução ao impasse, o que, até o presente momento, não aconteceu. Por conta deste fato, e observando o estado de ruína do complexo da fábrica Rheingantz, a proposta desta pesquisa foi identificar o valor econômico deste complexo, que representa um período de opulência da região sul do Brasil e, por sua longevidade produtiva, acolheu em seus quadros funcionais várias gerações das famílias rio-grandinas, e subsidiar os agentes e gestores patrimoniais na tomada de decisão.

CAPÍTULO 2 – O PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1 Conceito de Patrimônio

Nos primeiros anos do século XXI, tem-se acentuado a importância do conceito de patrimônio cultural como uma categoria de pensamento, destacando-o nas mais diversas áreas do conhecimento. Proporcionalmente, observamos também consideráveis mudanças conceituais que afetaram sua abrangência. Até o século XVIII, o patrimônio cultural era basicamente constituído de objetos gregos e romanos. A Revolução Francesa consolida politicamente a idéia de patrimônio vinculando a identidade nacional, composto essencialmente pela concepção renascentista de excepcionalidade²⁴. Por sua vez, a modernidade incluiu no conceito o patrimônio imaterial, protegendo os saberes e as manifestações populares.

Como sustenta Gonçalves (2009) “parece não haver limite para o processo de qualificação desta palavra”. Patrimônio certamente é uma das palavras mais usadas na atualidade, relacionada aos aspectos econômicos, financeiros, contábil e imobiliário, entre outros. Originalmente a palavra latina *patrimonium* fazia referência à noção de paternidade e pátria ainda que, de alguma forma, poderia ser associada à idéia de herança, legado e posse. Em inglês, *heritage*, refere-se àquilo que herdamos ou transmitimos a nossos herdeiros. No Brasil, o termo faz referência a qualquer espécie de bens pertencentes a uma pessoa, instituição ou empresa²⁵. Epistemologicamente, advém da herança paterna. O direito romano, por sua vez, o define como o conjunto dos bens familiares considerados não segundo seu valor pecuniário, mas na sua condição de bens-a-transmitir, remetendo, portanto, a bem de herança²⁶.

O conceito de patrimônio, como processo, é algo que está sendo construído ao longo dos anos, a partir da complexa transformação do modo comportamental da sociedade quanto a seus sentidos, gostos, preferências e valores. O conceito foi

²⁴ Monumentos nacionais avaliados por percepções históricas ou estéticas e obras de arte produzidas pela genialidade humana.

²⁵ Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Editora Delta S. A. 5ª Edição, 1964.

²⁶ POULOT, Dominique, 2008.

passando de uma definição redutora, materialista e tradicionalista para uma visão mais antropológica. Neste sentido, Prats (1998) adverte sobre o caráter polissêmico que tem adquirido o termo definindo patrimônio cultural como tudo aquilo que socialmente se considera digno de conservação independente de seu interesse utilitário. Afirma ser, portanto, uma invenção (capacidade de gerar discurso) e uma construção social (legitimação do discurso – determinação de significado e valor).

“Podríamos decir, pues, que ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado por el poder...” (PRATS, p. 64, 1998)

O patrimônio “*ativa-se*”, pois toda a construção patrimonial tem em si uma finalidade. Assim, o legado patrimonial reinterpreta o passado, recria histórias e transmite “*mitos de origem e de continuidade exclusivos, dotando um grupo seletivo de prestígio e propósitos comuns*” (LOWENTHAL, 1998, p.128). Portanto, o conceito não é algo monolítico, depende de culturas vivas.

Arévalo (2004) assegura que:

“El patrimonio remite a símbolos y representaciones, a los lugares de la memoria, es decir, a la identidad. Desde este punto de vista el patrimonio posee un valor étnico y simbólico, pues constituye la expresión de la identidad de un pueblo, sus formas de vida. Las señas y los rasgos identificatorios, que unen al interior del grupo y marcan la diferencia frente al exterior, configuran el patrimonio”. Es la reflexión sobre nuestro pasado y presente (ARÉVALO, 2004, P. 929).

A primeira configuração de valorização do patrimônio surgiu como forma de ostentar prestígio, luxo e poder através de coleções particulares e antiquários franceses. Foi na França onde o conceito se desenvolveu. O termo patrimônio, como utilizado pela primeira vez neste país, faz referência às propriedades que passam a pertencer à nação a partir da expropriação dos bens do clero, dos imigrados e da monarquia. A análise feita nos documentos da época da Revolução Francesa evidencia os objetivos a serem alcançados e revelam os valores que constroem o patrimônio nacional ainda embrionário (CHOAY, 2001).

A partir da revolução de 1789²⁷, a república pregava a igualdade entre os indivíduos e, para tanto, necessitava que os valores e costumes fossem comuns a todos. Essa cumplicidade adquirida através do compartilhamento de uma língua e uma cultura, uma origem e um território dão ascendência ao Estado nacional²⁸. Os objetos patrimonializáveis ganham *status* de coisa pública à disposição da coletividade²⁹. Isso ocorre principalmente devido à nacionalização de coleções privadas, da igreja e da monarquia, culminando com a criação do Louvre, o primeiro museu nacional Europeu, em 1793.

Na mesma linha, Fonseca (2005) afirma que:

“a idéia de nação decorreria da atribuição, a esses bens, de valores da ordem da cultura – basicamente o histórico e o artístico. A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação”. (FONSECA, 2005, p.37)

Por muito tempo, o conceito de patrimônio esteve relacionado ao bem nomeado como tal, por exemplo, histórico, artístico, edificado, enfim, cultural. Isto possibilitou um sentido amplo e, por conseguinte, uma vasta variedade de definições. Para Choay (2001), o termo patrimônio histórico “designa um fundo destinado ao usufruto de uma

²⁷ Considera-se a Revolução Francesa de 1789 o acontecimento político e social mais espetacular e significativo da história contemporânea. Foi o maior levante de massas até então conhecido que fez por encerrar a sociedade feudal, abrindo caminho para a modernidade. Assinala a Revolução de 1789 a inauguração de uma nova era, um período em que não se aceitaria mais a dominação da nobreza, nem um sistema de privilégios baseado nos critérios de casta, determinados pelo nascimento. Só se admite, desde então, um governo que, legitimado constitucionalmente, é submetido ao controle do povo por meio de eleições periódicas. O lema da revolução, "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" (*Liberté, Egalité, Fraternité*) universalizou-se, tornando-se no transcorrer do século seguinte uma bandeira da humanidade inteira. Em www.educatererra.com.br/voltaire/mundo/rev_francesa.htm Acessado em 15/04/2011.

²⁸ Funari e Pelegrini, 2006.

²⁹ Embora grande parte dos autores que abordam este tema afirme que o acesso aos bens culturais continuou sendo um privilégio da Aristocracia e da Burguesia. A expressão “bens culturais” foi usada pela primeira vez pela UNESCO, em 1954, na Convenção de Haia, com o objetivo de tornar mais abrangente e atualizado o conceito de patrimônio histórico-artístico, incluindo nesta categoria os bens móveis e imóveis.

comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado”. Segundo Souza Filho (2008), “tanto a lei brasileira de 1937 como a constituição de 1988, as leis de diversos países e os tratados internacionais consagram o termo patrimônio, ora chamado de artístico, histórico ou paisagístico, ora o denominando de forma genérica de cultural”. No entanto, este autor afirma ser:

“[...] nítida a tendência a mudar o adjetivo para cultural, em substituição a histórico, artístico, paisagístico ou outros, já que a palavra abrange os demais com a vantagem de não limitar o bem à sua relação com os fatos históricos, com critérios estéticos etc”. (SOUZA FILHO, 2008, p. 45/6).

Inicialmente o patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como, objetos de alto valor material e simbólico para a nação. Em um segundo momento, o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade, passa também a fazer parte dos critérios de patrimonialização³⁰.

No século XIX, o conceito e a valorização do patrimônio se desenvolve, segundo González-Varas (2000), por três motivos: *i*) uma interpretação ideológica ou espiritualista, que dotou os monumentos do passado de uma forte carga emocional e simbólica, consideradas como manifestações gloriosas da cultura nacional; *ii*) um progressivo interesse turístico em conhecer o patrimônio cultural de cada país; e, *iii*) o desenvolvimento da História da Arte como disciplina científica para o estudo dos monumentos e obras de arte do passado, tanto em seus aspectos estéticos como testemunhais, ideológicos, culturais, etc.

Paulatinamente, o conceito foi se tornando mais amplo e universal. Universalidade esta que para Prats (1998) faz referência a “naturaleza, la história y la generalidad hija de la inspiración creativa”.

“Los criterios enunciados constituyen los lados de un triángulo dentro del cual se integran todos los elementos potencialmente patrimonializables en el contexto de una dinámica de inclusión considerablemente rígida. Quiero decir con ello que cualquier cosa procedente de la naturaleza, de la historia o de la genealogía se incluye dentro de los límites del triángulo y cualquier cosa que no tenga esta procedencia no”. (PRATS, 1998, p. 65).

³⁰ Funari e Pelegrini, 2006.

Logo em seguida, surgem as instituições patrimoniais, museus e os serviços de proteção através de legislações específicas.

A ênfase do patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras eclodem sob o impulso do nacionalismo. Esta fase foi superada com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas em 1945. (FUNARI e PELEGRINI, 2009, ps. 20 e 21).

Cada vez mais a conservação do patrimônio ganha dimensões mais generalistas apoiadas em legislações e regulamentações abrangentes.

Ao longo do século XX, por sua vez, a noção de conservação encerra claramente uma representação da historicidade. Os registros ideológicos, econômicos e sociais ultrapassam amplamente as fronteiras disciplinares, como mostra, ao longo dos anos 1970-1980, o reconhecimento de novos patrimônios. Esse é o caso da conservação dos recursos intangíveis, ou a conservação cultural definida no início da década de 1990, e que agrupa uma profusão de esforços, públicos e privados, em favor de comunidades múltiplas. (POULOT, 2008)

Neste contexto, a Carta de Veneza, de 1964, admitia que “as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido com o tempo uma significação cultural” poderiam ser patrimonializadas. A inserção de novos elementos ao conceito de patrimônio a partir dos anos 1970, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO), culminou com a elaboração de uma lista de dez itens que conduzem ao reconhecimento patrimonial. A Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, em seu artigo 1º, explicita:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os locais de interesse: Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

O texto acrescenta também o caráter indissociável entre o homem e a natureza, através do conceito de patrimônio misto cultural e natural, bem como, no reconhecimento do patrimônio mobiliário, nos artigos 46, 47 e 48:

- São considerados patrimônio misto cultural e natural os bens que respondem a uma parte ou à totalidade das definições de patrimônio cultural e natural que constam no artigo 1º.

- As paisagens naturais são bens culturais e representam as obras conjuntas do homem e da natureza a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas.

Como é possível perceber, a Convenção de 1972 da UNESCO continuou privilegiando o patrimônio tangível. Entretanto, o reconhecimento da diversidade de culturas e sua valorização nos âmbitos nacional, estadual e municipal propiciaram uma maior participação da população na eleição dos bens patrimoniais, assim como na sua gestão. O patrimônio torna-se “mais substancial, mais secular e mais social (Lowenthal, 1998b, p.14). Funari e Pelegrini (2009) afirmam que:

“com o despertar para importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir a excepcionalidade. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio”. (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 24).

Contudo, nem todos os bens patrimonializáveis possuem o mesmo valor, uma vez que isso depende de sua importância simbólica, ou seja, do quão representativo é

este símbolo para as instituições e para os agentes para os quais é fator identitário. Le Goff (1996) assegura que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado”.

Neste cenário, cabe ao poder político em todas as suas esferas, associado ou não a sociedade civil, ativar os repertórios patrimoniais, conforme elucida Prats (1998):

“Quien activa repertorios patrimoniales son en primer lugar los poderes constituidos. El poder político fundamentalmente, los gobiernos locales, regionales, nacionales. También pueden ser activados desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos, aunque, para salir adelante, siempre deberán contar con el soporte, o, cuando menos, el beneplácito del poder. Sin poder, podríamos decir en términos generales, no existe el patrimonio. (PRATS, 1998, p. 66 e 67).

Arévalo (2004), por sua vez, explica que:

“Se considera ahora el valor simbólico, es decir la capacidad de representatividad, de los distintos referentes y elementos patrimoniales, el patrimonio como expresión de la identidad, y ésta como asunción de la tradición y una continuidad generacional particular, la herencia cultural. De manera que el patrimonio remite a una realidad *icónica* (expresión material), *simbólica* (más allá de la cosificación y la objetualidad) y *colectiva* (expresión no particular, sino de la experiencia grupal); porque el patrimonio cultural de una sociedad está constituido por el conjunto de bienes materiales, sociales e ideacionales (tangibles e intangibles) que se transmiten de una generación a otra e identifican a los individuos en relación contrastiva con otras realidades sociales”. (ARÉVALO, 2004, p. 929/30).

Já a UNESCO, através da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural imaterial, de 2003, ratificada por mais de trinta países em 2006, em seu artigo 2º, define:

“Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável”.

2.2 O Conceito no Brasil

No Brasil, a primeira iniciativa na defesa da memória nacional, data de 1732, tendo por origem uma carta do Conde de Galvéias, André de Melo e Castro – vice-rei do Brasil, direcionada a Luis Pereira Freire de Andrade, então governador da capitania de Pernambuco. No texto, ele expressa sua oposição e inconformidade com a determinação de Mauricio de Nassau de instalar quartéis no Palácio das Duas Torres, no Recife, em nome da preservação de “memória tão ilustre e da glória de toda a nação”. (POERNER, 2000 *apud* RODRIGUES, 2006).

Rodrigues (2006) assegura que no período imperial encontra-se, de forma isolada, a iniciativa do Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império, que ordena aos presidentes das províncias, “para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional, e ao diretor de obras públicas que tivesse cautela na execução de reparos de monumentos, evitando destruir inscrições neles gravadas”. Já nas primeiras décadas do século XX, manifestações por parte de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima e Mário de Andrade contra a perda de parte do patrimônio colonial contribuíram para a promulgação do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, à categoria de Monumento Nacional³¹. O poeta paulista Mário de Andrade, em uma viagem ao interior do Estado de Minas Gerais, em meados da década de 1920, teve, segundo Kersten (2000):

“aguçado o interesse pelas especificidades das expressões culturais do país, tornando-se fonte para a criação erudita e orientadora da visão de patrimônio nacional. O abandono das edificações mineiras e das obras de Aleijadinho fortaleceram o interesse de Mario e de seu grupo de amigos em lutar pela preservação do que já consideravam exemplares do patrimônio histórico brasileiro”. (KERSTEN, 2000, p.70).

A constituição de 1934, no seu art. 10, afirma ser de competência dos Estados e da União “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

³¹ BRASIL. Decreto nº 22.928, 22 jul. 1933. SPHAN – Processo n. 70-T, Inscrição n. 38 no Livro de Belas Artes, fls. 8, 20 abr. 1938. Citado por Rodrigues (2006).

A pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade elabora, em 1936, o anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional. O anteprojeto tinha como pontos principais: a criação de um órgão de proteção denominado Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), a definição de categorias patrimoniais dos bens culturais, e as normas para o registro destes bens em quatro livros de tomo. Entretanto, o projeto de Mário de Andrade não tem o apoio que se esperava³², sendo preterido pelo projeto de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, criador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual dirigiu até 1967, que culminou na expedição do Decreto-Lei nº 25/37.

O conceito de patrimônio cultural é definido oficialmente pelo Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Os bens que observassem esses critérios seriam registrados em quatro livros de tomo, assim denominados: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas Artes; 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

De acordo com o decreto citado, a preservação se daria através do tombamento, embora a proposta “fosse muito ampla e não se comprometesse com a preservação da cultura em sentido lato, excluindo as manifestações dos diversos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira” (RODRIGUES, 2006). A noção de patrimônio, neste momento, privilegia a herança luso-brasileira, especialmente igrejas e prédios do período colonial (FONSECA, 2008). Esta evolução conceitual passa, segundo Rodrigues (2006), pela reunião de três fatos específicos, quais sejam: a semana de Arte Moderna de 1922³³, O Estado Novo³⁴ e a Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

³² SANT’ANNA (2009, p. 54) afirma que “o conceito revolucionário e visionário de patrimônio do poeta paulista não vingou naquela época, nem chegou a ser codificado em termos legais. Mas Mario de Andrade foi, na prática, um pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural, pois documentou sistematicamente manifestações dessa natureza ao longo de sua vida, deixando para a posteridade fotografias, gravações e filmes que realizou em suas famosas viagens ao nordeste”

³³ Inserida nas festividades em comemoração ao centenário da independência do Brasil, em 1922, a Semana de Arte Moderna apresenta-se como a primeira manifestação coletiva pública na história cultural

Artístico Nacional (SPHAN), que entre seus membros contava com intelectuais oriundos do movimento de 22, como é o caso de Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade. Corroborando, Fonseca (2005) afirma terem sido os intelectuais da época que:

“assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país. Nesta tarefa, exerceram, ao mesmo tempo, a função de intelectuais e de homens públicos, e marcaram sua presença no serviço iniciado em 1936 – mais, talvez, que em qualquer outra instituição estatal de que tenham participado naquele período – de forma tão profunda e duradoura que, até hoje, para alguns, o Sphan dos anos 30-40, o Sphan “de doutor Rodrigo”, é o verdadeiro Sphan, tendo se tornado praticamente sinônimo de patrimônio. (FONSECA, 2005, p.81/2)

Nos primeiros anos do SPHAN, a partir da expedição do Decreto-Lei nº 25/37, conhecido como fase heróica – em função dos poucos recursos, do número reduzido de pessoal, da estrutura ineficiente e do elevado montante de trabalho – o valor histórico foi preterido ao valor estético e, para Fonseca (2005), os critérios de legitimação destes valores se davam: *i)* através da autoridade dos técnicos sem a necessidade de justificativas mais elaboradas; *ii)* o privilégio aplicado ao caráter estético, fundamentado nos cânones da arquitetura modernista e, *iii)* o valor histórico era relegado a um segundo plano, salvo relativamente à autenticidade das fontes. Portanto, o conceito de cultura estava associado aos bens móveis e imóveis. Sua proteção concentrava-se “a tombamentos e inscrições de obras que, ou eram belas, sob o conceito de beleza de um grupo de tecnocratas, ou traduziam fatos marcantes da história do Brasil, sob o critério meramente empírico, sem qualquer fundamento científico” (RODRIGUES, 2006).

brasileira a favor de um espírito novo e moderno em oposição à cultura e à arte de teor conservador, predominantes no país desde o século XIX. Maiores informações sobre a Semana de arte moderna em: http://www.pitoresco.com.br/art_data/semana/index.htm . Acessado em 07 de abril de 2011.

³⁴ Informações sobre o tema consulte: REZENDE, Neide. A Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1993. 80p; PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

Com o ingresso de Renato Soeiro³⁵ na direção do SPHAN, em 1967, substituindo a Rodrigo Melo Franco de Andrade, a preocupação passa a ser com os conjuntos, substituindo a política anterior que priorizava as construções individuais. Além disso, surge da necessidade de buscar recursos para a concretização de políticas de preservação e conservação do patrimônio, o processo de descentralização, onde estados e municípios assumiriam a proteção dos bens de valor regional e local. Fonseca (2005) explica que:

“A participação de outros setores do governo federal e estadual na política de proteção foi concretizada com a criação, em 1973, [...] do Programa Integrado de Reconstrução as Cidades Históricas. Voltado inicialmente para o atendimento de nove estados do Norte e Nordeste, em 1977 o programa foi estendido ao Sudeste. O PCH, como ficou conhecido, tinha como objetivo criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda par regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação. A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do Iphan³⁶ [...]. Propiciou, por outro lado, a criação durante as décadas de 1970 e 1980, de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização. (FONSECA, 2005, p. 143).

Outro ponto importante para a mudança de rumo na política de proteção do patrimônio foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – órgão independente, não vinculado ao IPHAN – que tinha por objetivos “criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros” (FONSECA, 2005).

³⁵ O próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade escolheu como substituto o arquiteto Renato Soeiro, que já era funcionário do SPHAN, como seu sucessor, em função da grande dedicação que este tinha com a instituição. Figueiredo, Alexandre. Lembrança dos 110 anos de nascimento do fundador do IPHAN. (2008). Em: [HTTP://patrimoniais.fotopages.com/?entry=1859585](http://patrimoniais.fotopages.com/?entry=1859585). Acessado em 08 de abril de 2011.

³⁶ No texto, Fonseca (2005) faz referência ao Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cabe elucidar que ao longo dos anos, o SPHAN sofreu inúmeras mudanças tanto em nomenclatura como em estrutura administrativa conforme segue: 1946 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); 1970 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 1979 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); 1985 – SPHAN Pró-Memória; 1990 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e, 1994 – retorna a nomenclatura de 1970, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Maiores informações na página do IPHAN.

Foram os trabalhos desenvolvidos no CNRC que serviram de suporte para a inclusão na Constituição Federal de 1988 de novos conceitos, mais abrangentes, e que incorporam os produtos culturais brasileiros, bem como os bens de natureza imaterial. O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 explicita que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

Segundo Magalhães³⁷ (1985) *apud* Fonseca (2005):

“A aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo, e, de certo modo, com uma concepção elitista. A igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto. São o resultado mais apurado da cultura. O CNRC procurava trabalhar de baixo para cima. Pela própria razão de ser uma atividade popular não tem consciência de seu valor. Quem faz uma igreja sabe o valor do que faz. Mas quem trabalha com couro, por exemplo, nem sempre. Desse contraponto, pode surgir uma hipótese – a de que o CNRC começava a tocar nas coisas vivas, enquanto o Iphan se preocupava principalmente com as coisas mortas. Pelo contrário, é através das coisas vivas que se deve verificar que as do passado não devem ser tombadas como mortas. (MAGALHÃES *apud* FONSECA, 2005, p.154)

Falcão (2005) *apud* (Rodrigues, 2006), por seu turno, afirma que os tombamentos efetuados pelo SPHAN entre os anos de 1938 e 1981 foram, basicamente, monumentos vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca, da religião católica, do Estado e da sociedade da elite política e econômica do país. Neste período, cerca de 803 bens foram tombados, “sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais” (FONSECA, 2005).

No final da década de 1990, foi editado o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, responsável pela criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil – cabe salientar o pioneirismo do IPHAN neste tema, uma vez que a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO é de 2003, portanto, três anos após o Decreto nº 3.551. O Artigo 1º deste Decreto expõe que:

³⁷ MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985.

Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro de Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro de Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas;

§3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo. (DECRETO Nº 3.551 de 04 de agosto de 2000)

Atualmente, o número de bens imateriais registrados no Brasil são 13, conforme relação no IPHAN.

No que concerne ao patrimônio cultural o grande destaque fica por conta da Carta de Nizhny Tagil, de junho de 2003. A referida carta define com patrimônio industrial como:

“Os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios englobam edifícios e maquinários, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, In: FERREIRA, 2009)³⁸

O reconhecimento oficial da diversidade cultural, agora elencada como bens imateriais, possibilitou a mudança conceitual de patrimônio histórico para patrimônio cultural.

No âmbito estadual, o Rio Grande do Sul a preservação do patrimônio cultural está garantido na Constituição estadual, nos artigos 220 a 223, além das Leis nº

³⁸ Disponível em: [HTTP://www.mnactec.cat/ticcih/industrial_heritage.htm](http://www.mnactec.cat/ticcih/industrial_heritage.htm)

7.231/78 (dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Estado) e nº. 10.116/94 (lei de desenvolvimento urbano).

Art. 220 - O Estado estimulará a cultura em suas múltiplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos bem como o acesso a suas fontes em nível nacional e regional, apoiando e incentivando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo único - É dever do Estado proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade rio-grandense.

Além da tutela nacional e estadual, é necessário que a política de preservação do patrimônio chegue a esfera municipal, a partir de instrumentos de proteção como a Lei Municipal de Tombamento e a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, por exemplo. A cidade do Rio Grande, além de contar com seu Plano Diretor, conta com uma Lei Orgânica Municipal, onde dispõe, em seu artigo 7º, de medidas que visam à preservação do patrimônio cultural da cidade.

Art. 7º - É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar, o exercício das seguintes medidas:

II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

III - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, sendo vedado conter dizeres estranhos à figura homenageada;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

CAPITULO 3 – VALORAÇÃO ECONÔMICA

A atribuição de valor aos bens e serviços constitui a razão principal das duas maiores escolas do pensamento econômico – a escola marxista e a escola neoclássica. Marx afirmava que o valor de um bem era determinado pela quantidade de trabalho socialmente incorporado em sua produção, enquanto que, para a escola neoclássica, o valor de um bem é determinado por sua utilidade³⁹.

A ciência econômica por muito tempo atribuiu valor apenas às “coisas” que eram consumidas de forma direta. “Havia pouco ou nenhum espaço no pensar econômico para a ideia de que algo que nunca pudesse ser visto, tocado ou de alguma forma experimentado poderia ter valor para o indivíduo” (KRUTILLA, 1967, p. 777)

A evolução do conceito de valor ao longo do tempo permitiu a sociedade identificar e valorar também, bens que não são consumidos diretamente, ou seja, para os quais não existe mercado. Mas a questão é: o que dá valor as coisas? Aos recursos

³⁹ Utilidade é uma medida abstrata da satisfação ou felicidade que o consumidor obtém de um conjunto de bens. Os economistas dizem que um consumidor prefere um conjunto de bens a outro, se o primeiro oferece maior utilidade que o segundo (MANKIW, 2008, p. 462). Para Vasconcellos (2008), a utilidade em economia é a qualidade que os bens econômicos possuem de satisfazer as necessidades humanas. Como está baseada em aspectos psicológicos ou preferências, a utilidade difere de consumidor para consumidor (uns preferem uísque, outros, cerveja).

A teoria do valor-utilidade contrapõe-se à chamada teoria do valor-trabalho, desenvolvida pelos economistas clássicos (Malthus, Adam Smith, Ricardo e Marx). *A teoria do valor-utilidade pressupõe que o valor de um bem se forma por sua demanda*, isto é, pela satisfação que o bem representa para o consumidor. Ela é, portanto, *subjetiva* e considera que *o valor nasce da relação do homem com os objetos*. Representa a chamada visão utilitarista, em que prepondera a soberania do consumidor, pilar do capitalismo.

A teoria do valor-trabalho considera que o valor de um bem se forma do lado da oferta, por meio dos custos do trabalho incorporados ao bem. Os custos de produção eram representados basicamente pelo fator mão-de-obra, em que a terra era praticamente gratuita (abundante) e pouco significativa. Pela teoria do *valor-trabalho, o valor do bem surge da relação social entre homens, dependendo do tempo produtivo (em horas) que eles incorporam na produção de mercadorias*. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho é *objetiva (depende de custos de produção)*.

A teoria do valor-utilidade veio complementar a teoria do valor-trabalho, pois não era mais possível prever o comportamento dos preços dos bens apenas com base nos custos da mão-de-obra (ou mesmo custos em geral) sem considerar o lado da demanda (padrão de gostos, hábitos, renda, e outros). Além disso, a teoria do valor-utilidade permitiu distinguir o valor de uso do valor de troca de um bem. *O valor de uso é a utilidade que ele representa para o consumidor. O valor de troca se forma pelo preço no mercado, pelo encontro da oferta e da demanda do bem.*

naturais? Ao Patrimônio Cultural? Por mais bucólico que pareça, a resposta existe uma série de conceitos, de possibilidades e teorias que demonstram que essa resposta não é tão simples assim. Azqueta (1994) apresenta algumas possibilidades:

En uno de los extremos encontramos todas aquellas posturas derivadas de la ética de la tierra de Aldo Leopold, para las que la naturaleza no humana tiene un valor intrínscico, inherente, y posee por tanto derechos morales y naturales (Pearce y Turner, 1990, cap. 15). Es más, podría llegar a afirmarse que las cosas (incluida la vida humana) tienen valor, em tanto em cuanto contribuyen a la integridad, estabilidad y belleza de la comunidad biótica. Es decir, las cosas tienen valor em si mismos. En el otro extremo encontramos la ética antropocêntrica, para la que lo que confiere valor a las cosas es su relación com el ser humano: las cosas tienen valor en tanto en cuanto y en la medida en la que se lo den las personas. (AZQUETA, 1994, p. 56 – 57).

A partir dessas possibilidades, de se identificar o que dá valor as coisas, os economistas estão mais próximos da ética antropocêntrica, pois a natureza e o patrimônio cultural proporcionam ao ser humano uma série de valores instrumentais, como: valor de uso, de opção e de existência (sobre os quais trataremos adiante). Portanto, como afirma Azqueta (1994), os economistas acreditam no que se poderia denominar de “ética antropocêntrica estendida”.

Valorar economicamente os recursos naturais, as praças públicas, o ar puro e o patrimônio cultural, por exemplo, proporciona um indicador de sua importância no bem estar da sociedade, possibilitando assim medir a rentabilidade social que a preservação desses bens públicos geram para a população. Também, nas palavras de Azqueta y Ferreiro (1994), permite compará-los com outras possibilidades alternativas de investimentos públicos e privados, uma vez que utiliza um denominador comum de medida – o dinheiro.

Determinar o valor de bens para os quais não existe mercado exige um esforço integrado de várias áreas do saber. Entretanto, conforme Hanemann (1997), “como economistas, uma de nossas obrigações diretas é medir, explicar e prever como indivíduos e instituições gerenciam os sistemas de recursos naturais, como valorizam a diversidade biológica e tomam decisões que afetam sua preservação”.

Em outros termos, os economistas têm a difícil missão de converter os benefícios e os custos oriundos de uma decisão política, de preservar ou não um determinado bem

público em valores monetários para, a partir desse, poderem avaliar qual é a melhor alternativa.

A ideia básica da valoração econômica consiste no fato de que as pessoas atribuem valores ou, no mínimo, formam uma “lista” de preferências de acordo com uma escala de importância e significados individuais de todo tipo de “coisas”. Sendo assim, é possível dimensionar, de forma numérica, os elementos dessa lista, definindo sua ordem de prioridade e importância.

Randall et. al. (1999) partem do princípio de que cada ser humano tem bem definido suas preferências de consumo e que essas preferências são ordenadas racionalmente. “As pessoas chegam às suas preferências através de um processo que envolve aprendizado, aquisição de informação e introspecção. O que o indivíduo deseja é presumivelmente bom para ele”. Na mesma linha, Motta (2006, p. 12) esclarece que “o consumidor, dada sua restrição orçamentária e preferências, escolhe a cesta de consumo que maximiza seu bem estar comparando preços e/ou ganhos de satisfação”.

Logo, as pessoas têm bem definido e ordenado que elementos, produtos e paisagens melhoram seu bem estar. A partir disso, conseguem determinar monetariamente sua importância e, por conseguinte, sua disposição a pagar/doar para manutenção e ou ampliação do seu bem estar.

Segundo Motta (1995), a teoria econômica conceitua como disposição para pagamento, a soma de dinheiro que as pessoas estão dispostas a sacrificar para poderem consumir um bem ou serviço. Da mesma forma, é possível também mensurar a soma de dinheiro que as pessoas estão dispostas a aceitar como compensação por não terem acesso ao consumo de um determinado bem ou serviço.

A disposição a pagar dos indivíduos pela manutenção de determinados bens patrimoniais a partir de sua escala de utilidade marginal⁴⁰ proporciona grandezas de

⁴⁰ A utilidade marginal de qualquer bem é o aumento de utilidade que o consumidor obtém de uma unidade adicional do bem em questão. Supõe-se que a maioria dos bens exibe uma utilidade marginal decrescente: quanto mais de um bem o consumidor tem, menor a utilidade marginal proporcionada por uma unidade a mais do mesmo bem (MANKIW, 2008, p. 462). Como exemplo, podemos dizer que gostamos muito de chocolate e já comemos duas barrinhas, mas decidimos comer uma terceira e se for possível uma quarta. A utilidade marginal da primeira barrinha de chocolate é maior que a da segunda, a

medidas de bem estar. Azqueta (1994) alerta para a diferença entre valoração monetária e valoração de mercado. Na verdade a valoração monetária busca um denominador comum que se considere conveniente para refletir as mudanças heterogêneas no bem-estar da sociedade. Enquanto que a valoração de mercado determina o valor (preço) em que um determinado produto será vendido.

O termo valor de um bem público “é entendido como sendo a expressão monetária dos benefícios obtidos de sua provisão do ponto de vista pessoal de cada indivíduo. Tais benefícios poderão ser advindos do uso direto e do uso passivo de tais bens e serviços” (AZQUETA, 1994, p. 74).

Conforme Mattos (2004), é importante fazer a distinção entre os vários tipos de valor econômico que compõe o valor de uso e o valor intrínseco. O valor de uso é atribuído pelas pessoas que realmente usam ou usufruem o meio ambiente (do patrimônio) em risco, já o valor intrínseco compreende os valores potenciais de algum bem. O valor de uso é determinado pela soma dos valores de uso direto e de uso indireto. O valor de uso direto, como parece óbvio, está associado à real utilização do recurso natural ou patrimonial, enquanto o uso indireto refere-se aos benefícios funcionais oriundos dos recursos.

Para Azqueta (1994), no valor de uso a pessoa utiliza o bem e se vê afetada, portanto, por qualquer mudança que ocorra com respeito ao mesmo. No caso de um parque natural, por exemplo, este tem valor de uso para aqueles que o visitam simplesmente pelo prazer de desfrutar da natureza ou por qualquer outro motivo. Quanto ao valor de uso indireto, Mattos (2004) afirma que o mesmo inclui os benéficos

da segunda maior que a da terceira, e com certeza a da terceira será maior que a da quarta. Vasconcellos (2008) esclarece que, ao final do século passado, alguns economistas elaboraram o conceito de utilidade marginal e dele derivaram a curva da demanda e suas propriedades. Com isto, tem-se que a *utilidade total tende a aumentar quanto maior a quantidade consumida do bem ou serviço*. Entretanto, a *utilidade marginal, que é a satisfação adicional (na margem) obtida pelo consumo de mais uma unidade do bem, é decrescente, porque o consumidor vai perdendo a capacidade de percepção da utilidade proporcionada por mais uma unidade do bem, chegando à saturação*. O chamado paradoxo da água e do diamante ilustra a importância do conceito de utilidade marginal. Por que a água, mais necessária, é tão barata, e o diamante, supérfluo, tem preço tão elevado? Ocorre que a água tem grande utilidade total, mas baixa utilidade marginal (é abundante), enquanto o diamante, por ser escasso, tem grande utilidade marginal.

derivados basicamente dos serviços que o ambiente proporciona para suportar o processo de produção e consumo.

Os indivíduos que no presente não usufruem dos bens públicos por qualquer motivo, “também podem valorá-lo em relação a usos futuros, seja para elas mesmas ou para gerações futuras”. Esse valor é referido como valor de opção (Mattos, 2004). Portanto, valor de opção é a quantia que os consumidores estão dispostos a pagar por um bem público não utilizado, simplesmente para evitar o risco de não ter como utilizá-lo no futuro.

Outra modalidade de valor é o de não-uso, ou de uso passivo que, de acordo com Pearce e Moran (1994), está relacionado com a disposição positiva em pagar, mesmo que o indivíduo não usufrua o bem público nem tenha a intenção de fazê-lo no futuro. Faz parte do valor de não-uso o valor de existência, que, como o nome está dizendo, acontece quando as pessoas atribuem valor a um bem natural ou patrimonial único e insubstituível para a manutenção de sua existência. Logo, o valor de existência refere-se ao quanto os indivíduos valorizam os ativos naturais/patrimoniais, independente de seu uso. Autores como Mota (2003), Norton (1997), Marques e Comune (1996) e Pearce e Turner (1994) relacionam, neste caso, a disponibilidade a pagar diretamente ao sentimento de altruísmo e responsabilidade das pessoas em relação à manutenção dos bens públicos.

“A noção de que um bem tem valor apenas pela sua existência, ou seja, que propicia serviços/benefícios não *in situ*, tem muitos desdobramentos. Na maioria dos casos, os recursos são valorados pelo seu uso. O valor de existência existe apenas na extensão em que prevaleçam as noções altruístas ou de legado” (McCONNELL, 1983, p. 45). Isso porque o valor de existência não se revela por complementaridade ou substituição a um bem privado, uma vez que o valor de existência não está associado ao uso do recurso e, sim, a valores com base unicamente na satisfação altruísta de garantir a existência do recurso” (MOTTA, 1998, p. 12).

O conceito de valor de existência que foi introduzido na literatura econômica por John Kutrilla em 1967, tinha como justificativa para sua existência o altruísmo das pessoas em simplesmente querer que se preserve o recurso pela satisfação de saber que ele existe e/ou para deixá-lo a disposição para as gerações futuras. Atualmente, alguns autores, dividiram o valor de não-uso ou uso passivo em valor de existência e valor de legado. Entretanto, nos fundamentamos em May et. al. (2003), para o qual o valor de

não-uso ou valor de existência está relacionado com a satisfação pessoal, em saber que o recurso está lá, sem que o indivíduo tenha vantagem direta ou indireta dessa presença.

Todos estes valores empregados na valoração ambiental se adaptam perfeitamente à análise do patrimônio cultural, uma vez que, para Mathieu (2000), na problemática da valorização é praticamente irrelevante a diferença que possa haver entre um benefício recreativo decorrente de uma pescaria ou ainda, a diferença entre o benefício em termos de beleza cênica ao se contemplar uma árvore ou um prédio do século passado. O processo de valoração adota o conceito de valor econômico total.

Para May et. al. (2003) apud Gonçalves (2006), o valor econômico total (VET) de um bem público é representado pela soma dos valores de uso (VU) e de existência ou não-uso (VNU).

$$VET = VU + VNU$$

Por sua vez, o valor de uso é obtido a partir da soma dos valores de uso direto (VUD) e indireto (VUI) e valores de opção (VO).

$$VU = VUD + VUI + VO$$

Como o valor de não-uso é constituído pelo valor de existência (VE), o valor econômico total fica representado por:

$$VET = VUD + VUI + VO + VE$$

Para calcular o valor econômico dos bens públicos, segundo Steigleder (2010), foi publicada, em 26 de fevereiro de 2009, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT a norma brasileira - NBR 14653-7, dedicada a estabelecer metodologias para a avaliação de bens dotados de valor histórico e artístico. A norma, orientada pelo disposto em sua 6ª parte⁴¹, afirma que os métodos comparativo direto de dados do mercado⁴², involutivo⁴³, evolutivo⁴⁴, de custo⁴⁵ e de capitalização da renda⁴⁶ podem ser

⁴¹ A NBR 14653 - 6ª parte dedica-se a estabelecer metodologias para valoração de recursos naturais.

⁴² Conforme a NBR 14653-1, o método comparativo direto de dados do mercado identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

⁴³ Conforme a NBR 14653-1, o método involutivo identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante

utilizados na avaliação de bens dos patrimônios histórico e artístico. A seleção do método e da abordagem a serem empregados dependem da disponibilidade de dados necessários à aplicação de cada um deles. A norma orienta que, quando houver um mercado consumidor para os bens a serem avaliados, se dê preferência pelo método comparativo direto de dados do mercado, seguindo-se as prescrições da NBR 14653-2, NBR 14653-3, NBR 14653-5, conforme a natureza do bem a ser avaliado. Para os demais casos, a NBR 14653-7 indica a utilização de metodologias amparadas na disposição a pagar (DAP): método de preços hedônicos, método do custo de viagem, método da avaliação contingente, método do custo de oportunidade.

Baseados nesta normatização, apresentamos, a seguir, uma breve introdução aos métodos amparados na disposição a pagar, que servirão como fundamento para o desenvolvimento deste estudo.

3.1 Os Métodos de Valoração Econômica

3.1.1. Método dos preços hedônicos

Segundo Ortiz (2003), este método indireto permite estimar o preço implícito das características ambientais dos bens que são comercializados no mercado. Este método pode ser utilizado sempre que exista a possibilidade de capturar essas características nos preços dos imóveis.

Maia et. al. (2004) explica que a função de preços hedônicos é função das características estruturais da residência, das características da região onde está instalada a residência e das características ambientais de sua localização (proximidade a parques,

hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições de mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

⁴⁴ Conforme NBR 14653-1, o método evolutivo identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização.

⁴⁵ Conforme a NBR acima, os métodos para identificar o custo do bem dividem-se em método comparativo direto de custo, dedicado a aferir o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos comparáveis, constituintes da amostra, e método da quantificação de custo, que identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.

⁴⁶ Conforme a NBR acima, a capitalização de renda identifica o valor do bem com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se os cenários viáveis.

praças, indústrias poluidoras, etc). Assim, a valoração econômica seria dada pela variação das características ambientais no preço do imóvel.

De acordo com Pearce e Moran (1994), para encontrar a função de preço hedônico utiliza-se “técnicas de regressão múltiplas de dados sobre valores de propriedade e atributos associados a propriedade”.

“Estamos assim aptos a encontrar o coeficiente da função de preço hedônico sobre o atributo de interesse (por exemplo, a qualidade do ar), e este coeficiente é conhecido como o preço implícito marginal do atributo; ele dá o montante de dinheiro adicional que tem de ser pago pelo indivíduo para comprar um bem de mercado idêntico, mas com o nível mais alto de atributo ambiental” (PEARCE & MORAN, 1994, p. 104).

Maia et. al. (2004) afirma que a função de preços hedônicos de uma residência (i) pode ser representada a partir de:

$$P(i) = P(Ri, Sei, Ai)$$

Onde:

$P(i)$: Preço da residência;

Ri : Representa as características da residência (cômodos, banheiros, área construída, etc);

Sei : Características socioeconômicas da região onde está localizado o imóvel;

Ai : Características ambientais do local (proximidade a praças, parques, indústrias).

Assim, a valoração econômica permitiria identificar a diferença de preço do imóvel através da variação marginal da característica ambiental.

$$\partial P(i) / \partial Ai = P(Ri, Sei, Ai)$$

3.1.2. Método do Custo de viagem

O método do custo de viagem foi sugerido, inicialmente, por Harold Hotelling, em 1947, em seu estudo sobre os parques nacionais nos Estados Unidos. Entretanto, o modelo teve sua primeira aplicação em 1956, quando Trice & Wood estimaram em aproximadamente dois dólares por visitante/dia o valor dado ao uso recreativo de um rio

norte-americano (RIERA, 1994). O método busca estimar a utilidade obtida por esse recurso, a partir das despesas (custos) efetivadas pelos indivíduos para chegar até o recurso ambiental ou cultural escolhido para sua recreação ou lazer.

Segundo Mathieu (2000), “é utilizado essencialmente nas avaliações de benefícios provenientes de lugares turísticos e de lazer. Os dados necessários são geralmente coletados através de pesquisas realizadas diretamente nos sítios junto aos visitantes”.

Quando um indivíduo se desloca até um determinado local, como, por exemplo, o museu da Baronesa, em Pelotas, ele tem custos com o transporte, com o valor do ingresso, com alimentação, tempo de deslocamento, tempo de permanência, souvenirs, etc. Estes custos podem, em certa medida, refletir a utilidade que esse indivíduo atribui a esse bem cultural.

3.1.3. Método do Custo de Oportunidade

Segundo Pearce e Moran (1994), este método não utiliza uma avaliação direta dos benefícios oriundos do recurso natural, mas sim os benefícios da atividade que causa a deterioração no recurso natural. Por exemplo, no caso da utilização de uma determinada área para o desenvolvimento de habitação, quais deveriam ser os benefícios ambientais para que a utilização desse espaço não valesse a pena.

“Manifestamente, está não é uma técnica de avaliação, mas bem manobrada, pode ser uma aproximação poderosa a uma forma de avaliação de julgamento. É usada para indicar os tipos de dividendos econômicos que tem de ser assegurados pelo uso da biodiversidade se tais uso da terra forem economicamente preferidos ao uso alternativo da terra” (PEARCE & MORAN, 1994, p. 115).

3.1.4. Método de Valoração Contingente(MVC)

A valoração contingente é um dos mais utilizados e mais eficientes métodos para valoração econômica do meio ambiente e, mais recentemente, do patrimônio cultural. Este método emprega a técnica de criar um mercado hipotético para o bem público que

pretende valorar. A partir daí, busca calcular a disposição dos indivíduos a pagar para preservação de um determinado recurso natural ou patrimonial.

A análise do patrimônio cultural a partir do método de valoração contingente permite identificar os valores de opção e existência (como vimos, estes valores são fundamentais para valorar os bens públicos), sendo esta a grande vantagem desse método sobre os demais.

“Esta técnica pode, *a priori*, ser usada para a valoração de qualquer benefício ambiental. Além disto, sendo que, ao oposto das demais técnicas, não se trata de deduzir preferências a partir de dados, pode-se pensar que a medida do valor assim obtida é mais acurada por ser ela deduzida de perguntas específicas, precisas e diretas, a respeito do benefício potencial do projeto analisado. Inicialmente utilizada para estimar benefícios de ordem estética, a valoração contingente é essencialmente empregada quando se pretende captar valores de existência” (MATHIEU, 2000, p. 93).

A utilização da técnica de questionário permite perguntar direta ou indiretamente aos indivíduos qual o valor que atribuem ao bem público. Motta (1997) apresenta as formas de eliciação do valor:

- a) *Lances livres ou forma aberta (“open-ended”)* - onde o questionário apresenta a seguinte questão: “quanto você está disposto a pagar?”. Esta forma de pergunta produz uma variável contínua de lances (“bids”) e o valor esperado da DAP pode ser estimado pela sua média. Para verificação dos resultados em relação a variáveis explicativas que influenciam a resposta dos indivíduos, utilizam-se geralmente técnicas econométricas de regressão. Esta foi a forma pioneira do MVC. Existem outras formas abertas de eliciação que incluem mecanismos como os cartões de pagamento ou os jogos de leilão (“bidding games”), onde valores iniciais são sugeridos e, dependendo da resposta, estes valores são alterados até serem aceitos pelo entrevistado.
- b) *Referendo (escolha dicotômica)* - onde o questionário apresenta a seguinte questão: “você está disposto a pagar R\$ X”? A quantia X é sistematicamente modificada ao longo da amostra para avaliar a frequência das respostas dadas frente a diferentes níveis de lances. Esta forma de eliciação é a mais usada atualmente e é considerada

preferível em relação à eliciação aberta, porque (i) permite menor ocorrência de lances estratégicos dos entrevistados, que procuram defender seus interesses ou beneficiarem-se da provisão gratuita do bem (“o problema do carona”⁴⁷), e (ii) aproxima-se da verdadeira experiência de mercado, que geralmente define suas ações de consumo frente a um preço previamente definido. Entretanto, esta aproximação produz um indicador discreto de lances e o valor esperado da medida monetária (DAP) tem que ser estimado de forma bastante mais complexa com base em uma função de distribuição das respostas “sim” e sua correlação com uma função de utilidade indireta, geralmente assumida como logística, conforme será analisado mais adiante.

- c) *Referendo com acompanhamento (mais de um valor)* - recentemente, observa-se a utilização de uma outra forma mais sofisticada de escolha dicotômica. Conforme a resposta dada à pergunta inicial, é acrescida uma segunda pergunta iterativa. Por exemplo, se o entrevistado responde que está disposto a pagar R\$ X será perguntado em seguida se pagaria R\$ 2X (ou R\$ 0,5X, se respondeu “não” na pergunta inicial).

Entretanto, argumenta-se que este processo iterativo apresenta uma tendência a induzir respostas na medida em que o entrevistado pode se sentir obrigado a aceitar os valores subsequentes (viés de obediência) ou negá-los, por admitir que o primeiro valor é o “correto” (viés do ponto de partida).

Segundo Pearce e Moran (1994) existem, ainda, varias formas de perguntas estruturadas e várias formas de jogo de apostas, envolvendo respostas sim ou não a questões relativas à máxima disposição a pagar. E que para determinar o valor dos estudos são utilizadas técnicas econométricas nos resultados para encontrar a média dos valores de oferta de disponibilidade em pagar, o que possibilita medir as preferências do indivíduo para mudança proposta.

As técnicas econométricas mais utilizadas são apresentadas a seguir.

⁴⁷ Um “carona” é aquele indivíduo que recebe um determinado benefício sem pagar pelo mesmo. Neste caso, como os indivíduos não podem ser excluídos por usar os benefícios de um bem público, eles podem decidir não pagar por esse bem na esperança que outros paguem; ou pagar um valor abaixo do que realmente acreditem ser o valor merecido.

3.2 Os Modelos Econométricos para Valoração Econômica do Patrimônio Cultural

O modelo econométrico a ser utilizado na pesquisa de valoração econômica dependerá, em grande medida, do tipo de questionário empregado. Quando se quer analisar os dados de valoração a partir de uma pergunta aberta – Qual o valor que você estaria disposto a pagar para preservação desse bem patrimonial? – é possível utilizar o método dos mínimos quadrados ordinários relacionando as características socioeconômicas e demográficas com a disposição a pagar.

Entretanto, para os questionários que utilizam questões de escolha dicotômicas utiliza-se modelos capazes de explicar a probabilidade de um indivíduo dar uma resposta afirmativa. Os modelos de escolha discreta geralmente empregados para calcular o valor econômico dos bens públicos são os modelos Logit e Probit.

3.2.1. O Modelo Linear Geral

O linear geral,⁴⁸ na verdade, é uma extensão do modelo linear simples. A diferença entre um e outro reside no número de variáveis explicativas consideradas. O modelo linear geral inclui K variáveis explicativas e sua equação tem, em termos gerais, a seguinte expressão:

$$Y_i = b_0 + b_1X_{1i} + b_2X_{2i} + \dots + b_kX_{ki} + u_i$$

Onde $i = 1, 2, \dots, n$ e $j = 0, 1, 2, \dots, k$, sendo n o tamanho da amostra e k o n DP_i

$$DP_i = f(R_i, E_i) \quad (i=1,2,3, \dots,316)$$

Onde:

DP_i = disposição a pagar pela preservação/conservação;

R_i =Nível de renda dos entrevistados;

E_i = Anos de estudo dos entrevistados;

⁴⁸ Baseado em Matos (1995)

úmero de variáveis explicativas. O modelo tem, portanto, $k + 1$ parâmetros.

3.2.2. O Modelo Probit

A função Probit é relacionada com a distribuição gaussiana de probabilidade e defini-se por⁴⁹:

$$f(z) = p[Z \leq z] = \int_{-\infty}^z \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp\left\{-\frac{1}{2}u^2\right\} du$$

Sendo a função de densidade de probabilidade da variável aleatória normal padronizada z :

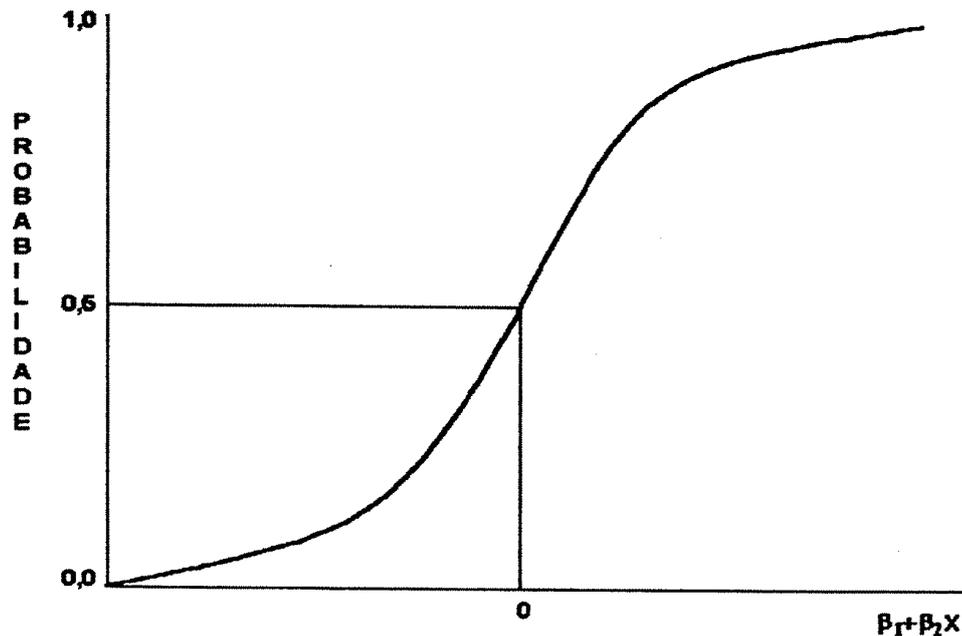
$$f(z) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp\left\{-\frac{1}{2}z^2\right\}$$

A relação funcional entre uma variável aleatória qualquer X e sua probabilidade p , tem a forma de S. Conforme o gráfico abaixo, a medida que X cresce, a curva de probabilidade inicialmente cresce de forma acentuada passando, a partir de certo ponto, a crescer de maneira menos acentuada. “A variação na probabilidade correspondente à variação de uma unidade em X é dada pelo coeficiente angular desta curva, coeficiente este que, portanto, não é constante: a probabilidade depende do valor de X ” (MATHIEU, 2000, p. 48).

A probabilidade de p de y tomar o valor 1 no modelo estatístico Probit é expresso por:

$$p = p[Z \leq \beta_1 + \beta_2 x] = F(\beta_1 + \beta_2 x)$$

⁴⁹ Os modelos Probit e Logit apresentados aqui estão fundamentados em Mathieu (2000).



A autora afirma ainda que o modelo admite como hipótese que o valor que cada indivíduo está disposto a pagar (DAP) pela preservação de um bem patrimonial ou natural “depende, além de sua vontade, de uma série de variáveis exógenas que condicionam seu comportamento e suas referências” (MATHIEU, 2000, p.50). Estas podem ser expressas por:

$$DAP = X\beta - \varepsilon$$

Onde X representa a matriz das observações, β é um vetor de coeficientes e ε é o erro aleatório normalmente distribuído com média 0 e variância constante σ^2 .

Como o valor que o indivíduo pagará (ou não) pela preservação do bem público é não observável, trabalha-se com a variável discreta Y que reflete a disposição a pagar. Assim, no caso do indivíduo aceitar pagar o valor oferecido (VALOF), a variável binária assume o valor 1, em caso contrario assume o valor 0 (zero). Em outros termos, para o entrevistado i, tem-se:

$$Y_i = \begin{cases} 1 & \text{se } DAP_i \geq VALOF_i \\ 0 & \text{se } DAP_i < VALOF_i \end{cases}$$

Sendo a probabilidade de sucesso $p_i = p(Y_i = 1)$, tem-se:

$$E(Y_i) = p_i \quad \text{e} \quad \text{Var}(Y_i) = p_i(1-p_i)$$

Por definição das variáveis do tipo Bernoulli. A partir daí, pode-se reescrever da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} p_i &= p(DAP_i \geq VALOF_i) = p(X_i\beta - \varepsilon_i \geq VALOF_i) \\ &= p\left(\frac{\varepsilon_i}{\sigma} \leq \frac{X_i\beta - VALOF_i}{\sigma}\right) = \Phi\left(\frac{X_i\beta - VALOF_i}{\sigma}\right) \end{aligned}$$

Onde Φ é a função de probabilidade acumulada. A partir de n observações, pode-se então escrever a função de verossimilhança:

$$\begin{aligned} L(p_1, \dots, p_n | y_1, \dots, y_n) &= \prod_{i: y_i=1} p_i \prod_{i: y_i=0} (1-p_i) = L(\beta, \sigma | X, VALOF) \\ &= \prod_{i: y_i=1} \Phi\left(\frac{X_i\beta - VALOF_i}{\sigma}\right) \prod_{i: y_i=0} \left[1 - \Phi\left(\frac{X_i\beta - VALOF_i}{\sigma}\right)\right] \end{aligned}$$

Estima-se então os coeficientes β através da maximização desta função para obter os valores da DAP tais que:

$$\hat{DAP} = X\hat{\beta}$$

3.2.3. O Modelo Logit

O modelo logit é baseado na função logística acumulada de probabilidade, definida por:

$$p_i = F(Z_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) = \frac{1}{1 + \exp\{-Z_i\}} = \frac{1}{1 + \exp\{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)\}}$$

Existe uma grande semelhança entre o modelo Logit e o modelo Probit. “A diferença mais relevante entre os dois modelos diz respeito à hipótese de normalidade do erro assumida no Probit. O modelo Logit, por sua vez, assume que os termos aleatórios seguem uma distribuição logística” (MATHIEU, 2000, p.55).

$$DAP = X\beta - \varepsilon \quad \text{com } \varepsilon \sim \text{Logística}(0, \sigma^2).$$

Como no modelo anterior, a variável não observável DAP é captada através da variável binária Y definida por:

$$Y_i = \begin{cases} 1 & \text{se } DAP_i \geq VALOF_i \\ 0 & \text{se } DAP_i < VALOF_i \end{cases}$$

Sendo a variável de sucesso $p_i = p(y_i = 1)$, tem-se:

$$E(Y_i) = p_i \quad \text{e} \quad \text{Var}(Y_i) = p_i(1 - p_i)$$

Por definição das variáveis do tipo Bernoulli. Reescrevemos da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
p_i &= p(\text{DAP}_i \geq \text{VALOF}_i) = p(X_i \beta - \varepsilon_i \geq \text{VALOF}_i) \\
&= p\left(\frac{\varepsilon_i}{\sigma} \leq \frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right) = F\left(\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right) \\
&= \frac{\exp\left\{\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right\}}{1 + \exp\left\{\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right\}} \text{ (logit)}
\end{aligned}$$

A partir de n observações, obtém-se a função de verossimilhança:

$$\begin{aligned}
L(P_1 \dots P_n | y_1 \dots y_n) &= \prod_{i: y_i=1} p_i \prod_{i: y_i=0} (1-p_i) = L(\beta, \sigma | X, \text{VALOF}) \\
&= \prod_{i: y_i=1} \left[\frac{\exp\left\{\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right\}}{1 + \exp\left\{\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right\}} \right] \prod_{i: y_i=0} \left[\frac{1}{1 + \exp\left\{\frac{X_i \beta - \text{VALOF}_i}{\sigma}\right\}} \right] \\
&= 1 - \frac{F\left(\frac{\ln(\text{VALOF}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right)}{F\left(\frac{\ln(\text{RENDA}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right)} = 1 - \frac{\frac{\exp\left\{\frac{\ln(\text{VALOF}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right\}}{1 + \exp\left\{\frac{\ln(\text{VALOF}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right\}}}{\frac{\exp\left\{\frac{\ln(\text{RENDA}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right\}}{1 + \exp\left\{\frac{\ln(\text{RENDA}_i) - X_i \beta}{\sigma}\right\}}}
\end{aligned}$$

Portanto, a partir do método da máxima verossimilhança, estima-se o valor de coeficientes β para obter os valores da disposição a pagar.

$$D\hat{A}P = X\hat{\beta}$$

3.3 O MÉTODO APLICADO A FÁBRICA RHEINGANTZ

Pearce e Moran (1994) afirmam que as causas da destruição da biodiversidade e o patrimônio cultural, como bem público, podem ter as mesmas causas de destruição, isto é, a disparidade subjacente entre os custos e benefícios privados e os custos e benefícios sociais no uso e conservação desse tipo de bens. “Os custos e os benefícios privados referem-se àquelas perdas e ganhos enquanto perceptíveis pelo utilizador imediato. Os custos e benefícios sociais referem-se aqueles ganhos respeitantes à sociedade enquanto um todo”. Como em geral os interesses sociais divergem dos interesses privados, tem-se um conflito, afinal, “embora, aquilo que é bom para o mundo seja bom para mim, aquilo que é bom para mim como indivíduo pode impor custos para a sociedade – as ditas externalidades”. Logo, as causas da destruição do patrimônio estão estritamente relacionadas com “fatores econômicos, institucionais e sociais”.

A incompatibilidade de interesses privados e sociais quanto aos recursos econômicos destinados por instituições para a conservação do patrimônio cultural podem ser minimizados a partir da valoração econômica dos bens patrimoniais. Conforme conceituado na introdução deste estudo, o valor de um bem transcende o seu preço. O valor incorpora critérios e julgamentos subjetivos. Com a intenção de estimar, ou seja, de estabelecer uma magnitude monetária representativa dos valores de uso e não uso, que são atribuídos pela sociedade rio-grandina ao seu patrimônio cultural, representado pela fábrica Rheingantz, utilizou-se o método de valoração contingente (MVC), já que este é o único capaz de captar os valores subjetivos.

Pearce e Moran (1994) asseguram que o método da avaliação contingente – que tem como metodologia a utilização de um questionário sofisticado – ao medir as

preferências individuais reveladas através da *disposição a pagar/doar* para conservação dos bens públicos, consegue captar os valores de uso e de não-uso.

“Os valores de uso têm a ver com a avaliação situada no recurso, pois o inquirido usufrui dele ou pode querer fazê-lo no futuro. Os valores de não-uso, ou valores de uso passivo como também são chamados, estão relacionados com a disponibilidade positiva em pagar, mesmo que o inquirido não usufrua dele nem tenha intenção de o fazer no futuro”. (PEARCE e MORAN, 1994, p. 63).

Como vimos no capítulo anterior, existe uma série de métodos que podem ser utilizados com o propósito de valorar o patrimônio cultural. Os métodos diretos de valoração estimam o valor a partir da disposição da população a pagar/doar pela conservação de determinado produto ambiental ou cultural, uma vez que sua diminuição ou desaparecimento pode causar um efeito negativo no bem estar dos indivíduos. Os métodos indiretos consistem em valorar bens ambientais a partir da função de produção, ou seja, como modificações no recurso ambiental afetam outros produtos no mercado.

Nesse sentido, a ideia básica do MVC é quantificar o quanto as pessoas valorizam o patrimônio. A teoria econômica demonstra que para poderem consumir os bens e serviços disponíveis no mercado, os indivíduos necessitam desembolsar uma soma em dinheiro. Da mesma forma, faz referência aos diferentes graus de preferência ou gostos dos consumidores por distintos bens ou serviços, o que se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Portanto, ao comprá-los expressam sua *disposição a pagar* (DAP) por esses bens ou serviços. O MVC quantifica a disposição a pagar do consumidor, ou seja, o quanto ele está disposto a desembolsar para evitar que a fábrica Rheingantz desapareça (situação hipotética), acreditando que o critério utilizado por ele, neste caso, seja idêntico ao que utiliza quando vai ao mercado real.

O filósofo Bryan Norton, em sua obra “Mercadoria, comodidade e moralidade: Os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade”, trouxe exemplos simplificados de como os economistas atribuem valores monetários como unidades de valor, dividindo-os em valor de mercadoria, valor de conveniência (comodidade) e valor moral. Além disso, Norton explica que um bem tem valor de mercadoria quando pode ser transformado em um produto que pode ser comprado ou vendido no mercado. Nesta categoria, os jacarés tem valor potencial na fabricação de sapatos, mas também tem um

valor de mercadoria indireto se sapatos de vinil que imitam o couro de jacaré venderem mais que os sapatos de vinil que não imitam o couro de jacaré.

O autor explica ainda que o valor de conveniência é aquele que nos permite um ganho de bem-estar. Ou seja, aquele cuja existência faz com que nossa vida melhore de alguma maneira não material, por exemplo, “quando nos deliciamos com a visão de um beija-flor”. Finalmente, o valor moral que está intrínseco em cada espécie.

Outro valor que pode ser aplicado aos valores anteriormente listados é o valor de opção. Segundo Norton, o valor de opção permite que uma espécie (ou bem) sem “utilidade hoje”, venha, a partir de mudanças no nível de apreciação estética ou da descoberta de novos usos, se tornarem “úteis” no futuro. “O valor de opção é, portanto, definido como o benefício presente de deixar em aberto a possibilidade de que algumas espécies, que talvez erradicássemos hoje, venham a ter valor no futuro” (FISHER e HANEMANN apud NORTON, 1997).

Neste método, o questionário tem a função de simular um mercado aos indivíduos, possíveis consumidores potenciais. A Valoração Contingente é considerada uma forma de estimativa direta, já que se pergunta diretamente a uma amostra de população em quanto valora um determinado bem para o qual não existe mercado. Logo, este método tenta medir, em Reais, as mudanças no nível de bem estar das pessoas, devido a um incremento ou diminuição da quantidade e/ou qualidade de um bem. No caso dos que não implicam um custo monetário direto para o consumidor, a disposição a pagar pelo bem equivale ao benefício que tal consumidor obtém. Por exemplo, uma pessoa que desfruta de uma praça pública perto de sua residência, a qual não precisa pagar entrada, terá como benefício para cada visita o equivalente ao que estaria disposta a pagar como máximo em conceito de preço de entrada. (RIERA, 1994)

Sendo assim, através das entrevistas, é coletado um conjunto de valores, um por cada pessoa que tenha respondido a pergunta de valoração. Para que se possa apurar o valor correspondente para o conjunto da população, costuma-se optar ou bem pela média, ou bem pela mediana dos valores obtidos nas entrevistas.

Logo, a disposição média a pagar, neste estudo, pode ser expressa como:

$$DP_m = \sum_{t=1}^n DP^t (1/n)$$

Onde:

DP_m = disposição média a pagar (considerando todos os indivíduos amostrados);

n = indivíduos entrevistados;

DP = disposição a pagar individual.

E, a disposição total a pagar como:

$$DP_t = DP_m (ni/n)(Pop)$$

DP_t = disposição total a pagar;

Pop = População residente;

ni = indivíduos entrevistados, dispostos a pagar/doar.

Para atingir o objetivo do trabalho, foi aplicado um questionário com modalidade de entrevista pessoal, composto por três partes. Na primeira parte, foi apresentado, de forma sucinta, o conceito de patrimônio cultural e a descrição dos bens a valorar por intermédio da exposição de um banner contendo diversas fotografias da construção histórica. A intenção é familiarizar as pessoas entrevistadas com os bens, no caso, a fábrica Rheingantz da cidade do Rio Grande, antes de chegar à questão de disponibilidade a pagar/doar.

A segunda etapa consiste em aplicar o método de valoração dos bens, criando, para isso, um mercado hipotético. Para a simulação de mercado hipotético, na aplicação do método de valoração contingente, se induziu a população residente na cidade do Rio Grande a acreditar que estava fazendo parte de uma pesquisa realizada por um órgão público do município, onde se afirmava que a fábrica Rheingantz corre sérios riscos e que, inclusive, existe a intenção por parte de investidores externos de construir

residências no terreno onde atualmente está localizada a fábrica, conforme se pode observar na figura 31.



Figura 31: Apartamentos a venda no terreno da fábrica Rheingantz (hipotético)
Fonte: Elaborado pelo autor

Caso nada seja feito, parte desse patrimônio cultural poderá se perder para sempre. Por este motivo, a cidade do Rio Grande busca alternativas, através de parcerias e cooperação com a iniciativa privada, planejando executar um extenso projeto de restauração e manutenção de seu patrimônio cultural.

Este programa inclui as seguintes atividades:

- 1º. Melhorar a aparência geral da cidade a partir dos prédios históricos, sendo estes restaurados, limpos e conservados.
- 2º. Preservar o caráter histórico da cidade para as futuras gerações.
- 3º. Assegurar que o patrimônio cultural se mantenha bem conservado, possibilitando assim, o desenvolvimento futuro da atividade turística, além de propiciar uma melhoria no bem estar de todos que vivem nesta cidade.

Este plano é bastante custoso não podendo ser implementado, em sua totalidade, apenas pelo governo local. Por esta razão, pensa-se em criar um **FUNDO ESPECIAL**, para a preservação da fábrica Rheingantz, denominado **“Fundo Especial para a Preservação do Patrimônio histórico Cultural - Rheingantz”** (FUNDESPHIC-RHEINGANTZ), destinado exclusivamente à restauração e à conservação desse patrimônio cultural de nossa cidade. Este Fundo, que terá duração de 10 anos e será recolhido juntamente com a conta de energia elétrica, não poderá ser utilizado para nenhum outro propósito.

Cabe salientar que durante a aplicação do questionário piloto (visando a calibração do instrumento) ficou evidente que a população em geral ainda não percebeu a evolução do conceito de patrimônio histórico para patrimônio cultural. Por esse motivo, preferiu-se manter o termo *“histórico”* na nomenclatura do fundo especial.

Na parte principal da entrevista, foi utilizado o método dominante na literatura econômica; perguntas abertas (*open ended questions*) e perguntas guiadas (*referendum com follow up*). As principais perguntas são:

“Para você é importante que o patrimônio histórico cultural seja preservado?”

“Você estaria disposto a colaborar de forma efetiva com o Fundesphic-Rheingantz?”

“Então, quanto você estaria disposto a pagar/doar para que a “fábrica” seja e se mantenha preservada?”

Se esse valor não for suficiente para salvar a Rheingantz, qual o valor máximo que você pagaria?”

Finalmente, a terceira parte recolhe as informações socioeconômicas e geográficas da pessoa entrevistada.

O Tamanho da mostra foi estimado com base na metodologia proposta por Gil (2005):

$$N = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

Onde,

N é o tamanho da mostra;

α^2 é o nível de confiança escolhido – 0,5;

p é a probabilidade do fenômeno ocorrer;

q probabilidade complementar e,

e^2 erro máximo permitido – 5%.

O método de Valoração Contingente, aplicado a este projeto, consiste de 500 questionários, efetuados a residentes na cidade do Rio Grande, e foi desenvolvido em vários bairros do município. Em cada bairro foi escolhido como ponto de partida a rua principal (até mesmo por questões de segurança) e a partir do primeiro domicílio visitado saltava-se os dois a seguir. Foram excluídos da amostra menores de 18 anos. A partir da apuração dos dados, foram descartados cerca de 10% dos questionários por problemas no preenchimento, incoerência entre os dados, etc.

O modelo econométrico utilizado foi linear geral para a pergunta aberta e o logit para as dicotômicas. O software utilizado foi o Eviews, e a disposição a Pagar dos indivíduos em relação à preservação do patrimônio histórico foi expressa por:

$$DP_i = f(R_i, E_i) \quad (i=1,2,3, \dots, 316)$$

Onde:

DP_i = disposição a pagar pela preservação/conservação;

R_i =Nível de renda dos entrevistados;

E_i = Anos de estudo dos entrevistados;

Os resultados esperados são de coeficientes positivos uma vez que parece ser lógico, que pessoas com maior nível de renda e anos de estudo estejam dispostos a contribuir de forma mais efetiva pela preservação, conservação e ou manutenção do patrimônio cultural.

CAPITULO 4 – O VALOR ECONÔMICO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

4.1 Perfil sócio-econômico

O perfil sócio-econômico apresenta as informações relativas à faixa etária, ao sexo, a naturalidade, a etnia, ao estado civil, ao nível de escolaridade e ao nível de renda dos entrevistados, conforme figuras abaixo. Os entrevistados foram, na sua maioria (73%), rio-grandinos de nascimento. Cerca de 70% dos abordados estão empregados com carteira assinada ou tem negócio próprio. Quanto ao perfil sócio-econômico, podemos afirmar que a renda da maioria dos entrevistados está na faixa salarial entre 1 e 5 salários mínimos (fig. 32), vigente durante o período de coleta dos dados.

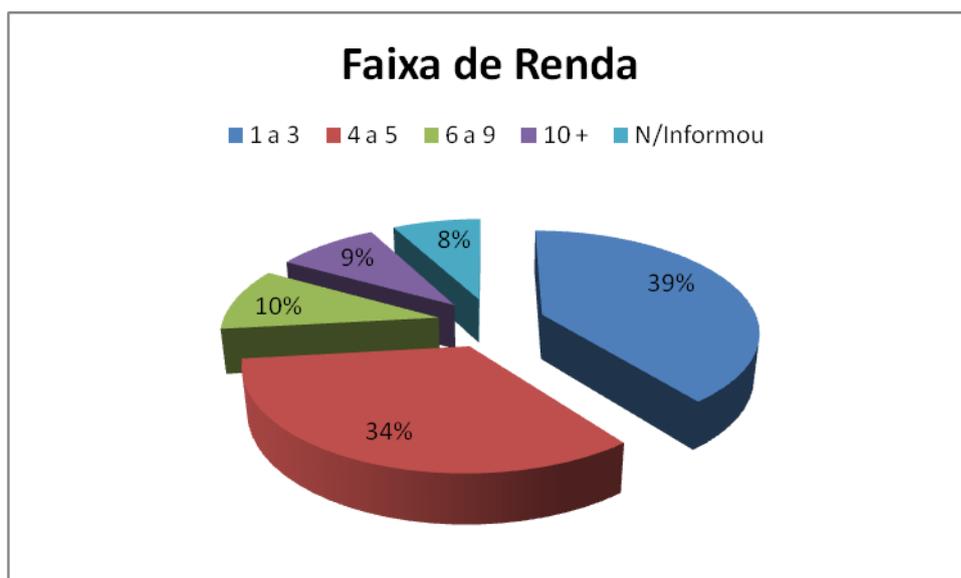


Figura 32 – Faixas de Renda (autor).

A faixa etária de 50% dos indivíduos que participaram do estudo está entre 18 e 39 anos (fig. 33). O nível de instrução (fig. 34) de 33% é de até o ensino fundamental completo, seguido por 39% com até o ensino médio completo. Dos demais, 16% declararam estarem matriculados em uma instituição de ensino superior e 12% afirmam

serem graduados. O número de participantes com pós-graduados foi insignificante – menos de 1%.

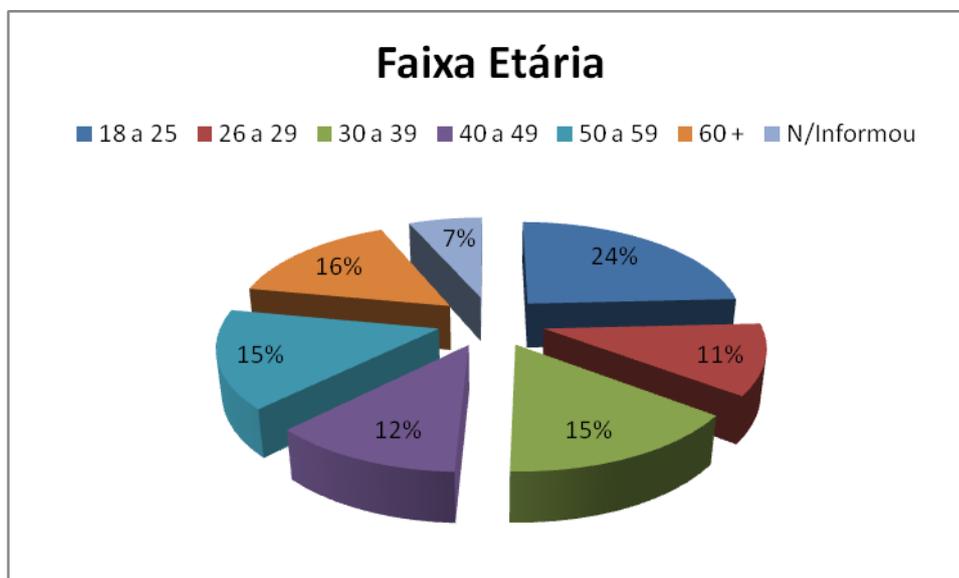


Figura 33 – Faixa Etária (autor).

A pesquisa foi composta por 47% de elementos do sexo masculino e 53% do sexo feminino, coerente com o senso municipal de 2010.

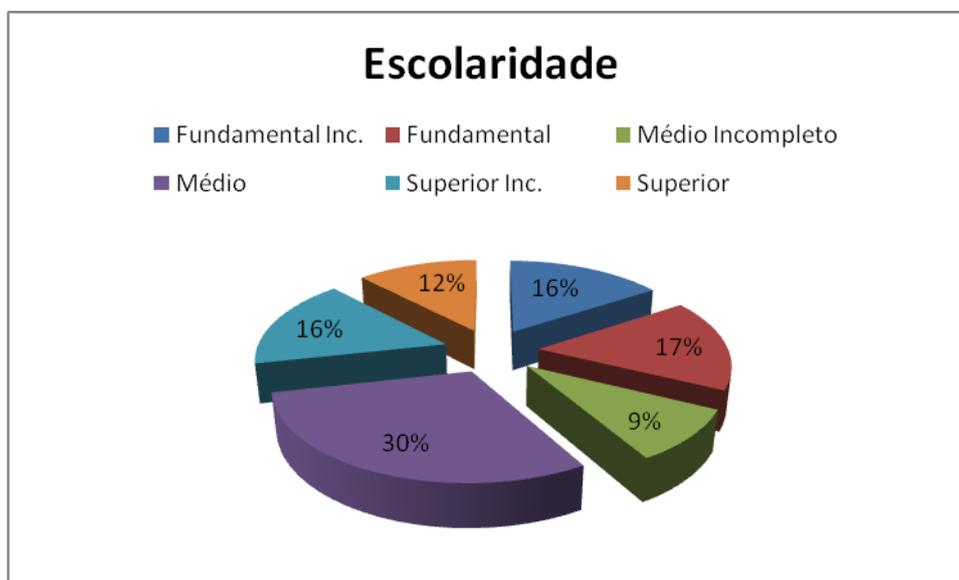


Figura 34: Escolaridade (autor).

Quanto à etnia (fig. 35), 76% se declararam brancos, 13% negros, 5% pardos, 2% mulatos e, 4% das pessoas preferiram não se identificarem etnicamente.

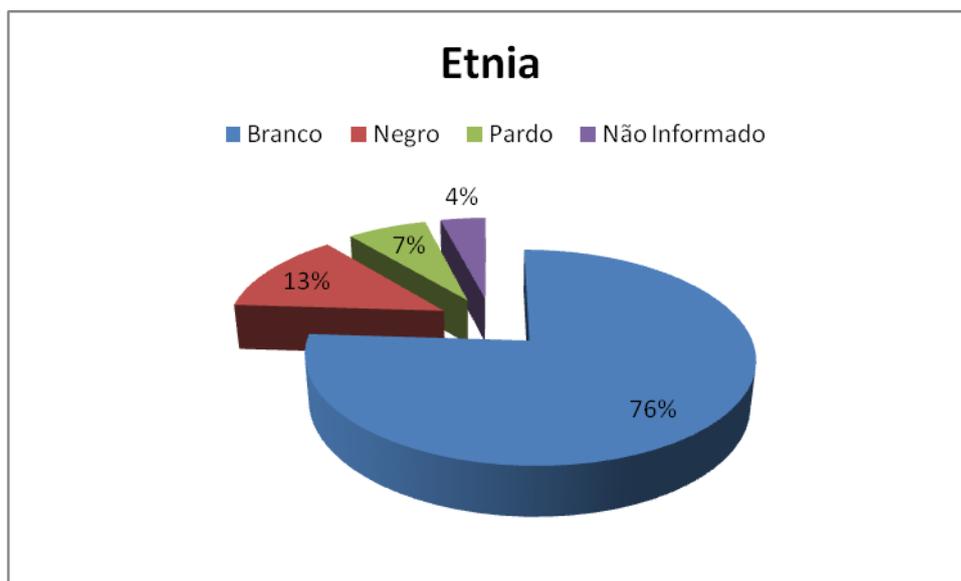


Figura 35 – Etnia (autor).

Em relação ao estado civil, 59% são solteiros, 31% casados, 4% viúvos e 6% divorciados – fig. 36.

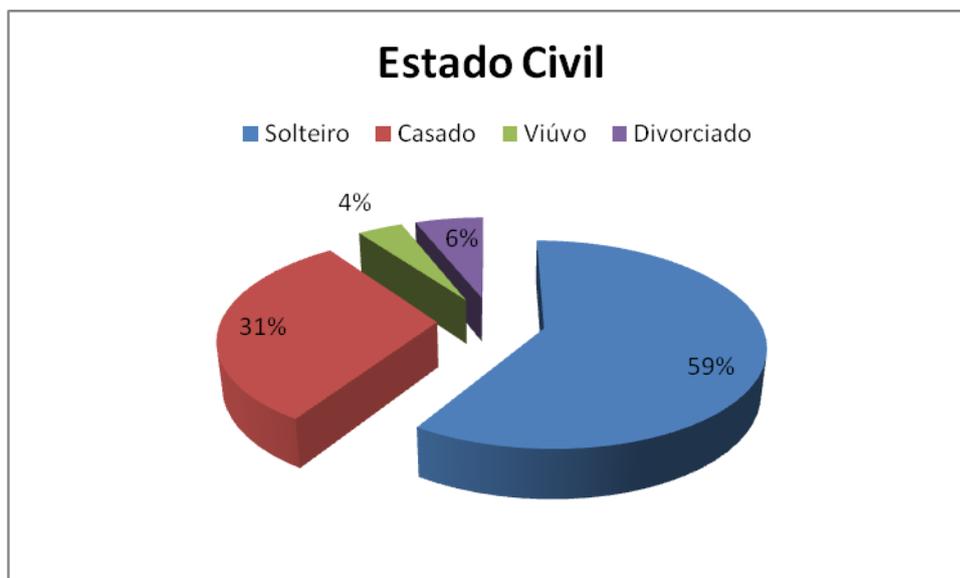


Figura 36 – Estado Civil (autor).

4.2– Valoração Econômica

O pouco conhecimento sobre o conceito de patrimônio cultural apresentado pela população que participou do estudo ficou evidenciado a partir da análise dos dados tabulados da pesquisa. A grande maioria, cerca de 90%, entende por patrimônio cultural as construções e prédios históricos. Ou seja, tem a concepção de que somente a “pedra e cal” constituem o patrimônio cultural de um lugar. Apenas 8% dos entrevistados, responderam que o patrimônio cultural poderia ser constituído por bens imateriais, o saber fazer, etc. Apesar disso, 93% deles acreditam que o patrimônio cultural deve ser preservado, fig. 37.



Figura 37 – O Patrimônio cultural deve ser preservado? (autor).

Diante da pergunta: você acredita que a fábrica Rheingantz representa um patrimônio cultural do Rio Grande (fig. 38), 87% dos entrevistados responderam que sim.

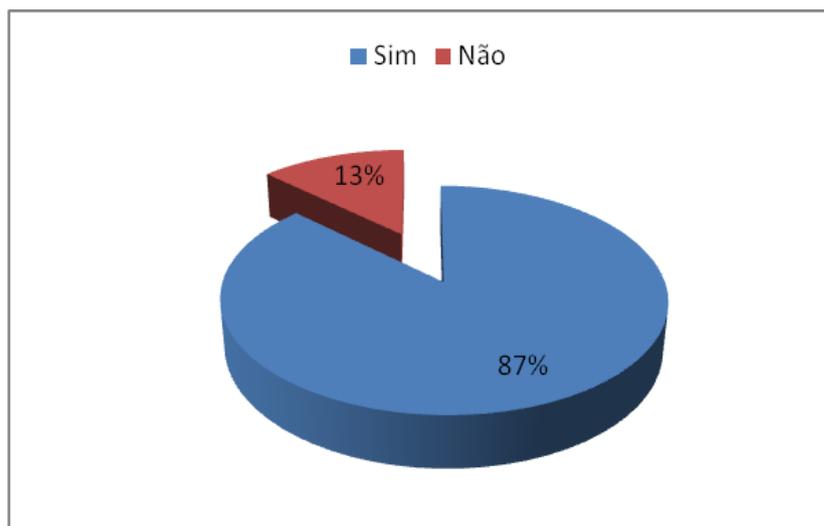


Figura 38 – Opinião quanto à representatividade Patrimonial da fábrica Rheingantz (autor).

No que diz respeito à fábrica Rheingantz ser tombada como patrimônio cultural riograndino, 84% dos entrevistados responderam positivamente (fig. 39), demonstrando uma forte identidade com o objeto pesquisado.



Figura 39– Opinião quanto ao tombamento da fábrica. (autor).

A resposta para pergunta: Qual prédio do complexo da Rheingantz você acredita que deve ser o primeiro a ser recuperado? Ficou distribuída, conforme fig. 40, entre o prédio do escritório central – fig. 25, com 51% dos indivíduos que responderam

positivamente ao fundo, o Cassino dos Mestres – fig. 27, com 42%, as casas dos mestres e operários – fig. 30, com 4% e, para 2% é irrelevante por onde se deve começar a recuperação.

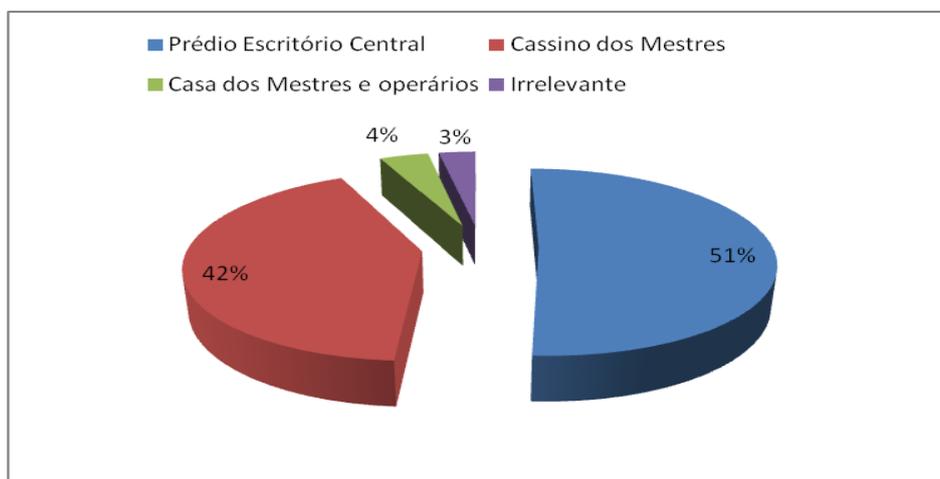


Figura 40: Qual prédio do Complexo deveria ser recuperado primeiro?

Após as explicações referentes ao questionário e a constituição do Fundo Especial para a Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – Rheingantz (FUNDESPHIC-RHEINGANTZ), foi perguntado: “Você estaria disposto a colaborar de forma efetiva com o Fundesphic-Rheingantz?” Aproximadamente, 63% afirmaram estarem dispostos a participar da constituição do Fundo destinado exclusivamente à restauração e conservação do patrimônio cultural edificado da fábrica – fig. 41.

Esta parcela significativa da população do Rio Grande, que aceitou participar de um fundo hipotético, criado para ajudar no trabalho de conservação e preservação da fábrica, declarou estar disposta a doar, por mês, valores entre R\$1,00 (um real) e R\$50,00 (cinquenta reais).

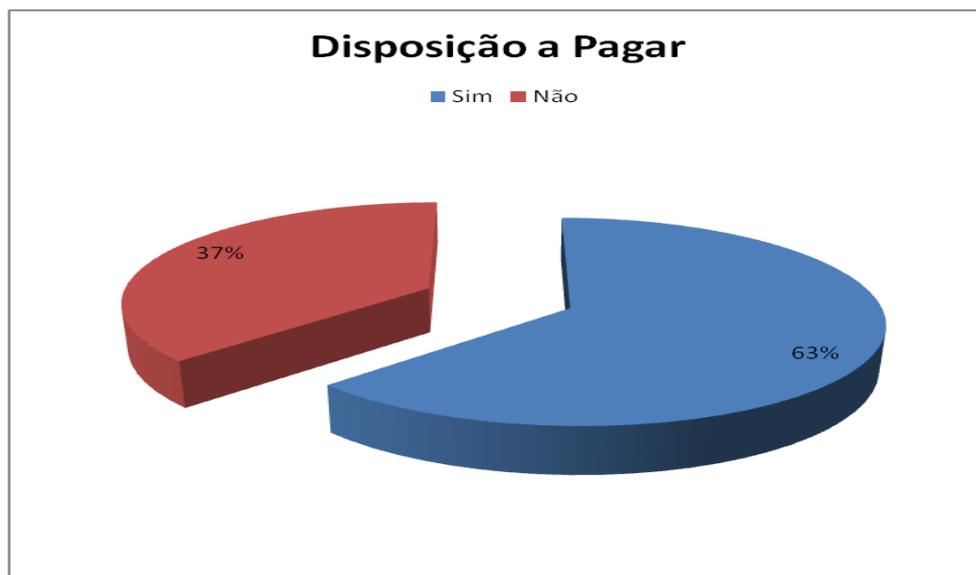


Figura 41 – Participação no Fundesphic-Rheingantz (autor).

O cruzamento dos dados permitiu também averiguar que a faixa etária em que os entrevistados estão mais dispostos a participar do fundo é dos 18 aos 25 anos, 70,4%. Embora, neste caso, as pessoas na faixa de 60 anos ou mais tenha revelado o menor índice de participação com relação aos demais grupos etários, são deles os maiores valores oferecidos, quadro 4. Este fato pode ser justificado pelo expressivo número de pessoas que afirmaram ter trabalhado ou ter alguém da família que trabalhou na fábrica Rheingantz, conforme figura 42.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	70,4%	29,6%	4,61
26 a 29	65,3%	34,7%	3,51
30 a 39	67,6%	32,4%	3,20
40 a 49	60,4%	39,6%	6,51
50 a 59	62,3%	37,7%	4,48
60+	58%	42%	8,94
Não Informou	44%	66%	1,27

Quadro 4: Faixa etária X disposição a pagar

Os homens tiveram uma maior aceitação do fundo do que as mulheres, 65% deles contra pouco mais de 61% delas. Da mesma forma, no que se referem aos valores, os homens foram mais generosos. Em média, os homens que aceitaram participar do fundo estão dispostos a pagar R\$ 7,95 (sete reais e noventa e cinco centavos) por mês,

enquanto as mulheres somente R\$ 5,90 (cinco Reais e noventa centavos). A média geral dos homens, incluindo os que responderam positivamente a participação no FUNDESPHIC – Rheingantz e os que responderam negativamente têm o valor de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) e o das mulheres o valor de R\$ 3,68 (três reais e sessenta e oito centavos), quadro 5.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	65%	45%	5,20
Feminino	61,2%	38,8%	3,69

Quadro 5: Sexo X disposição a pagar

Quanto ao estado civil, as diferenças são insignificantes entre os vários grupos que compõem o grupo dos casados, viúvos e divorciados, que para efeito de análise estão compondo o conjunto dos denominados “casados”, com cerca de 58% de aceitação ao fundo. Os solteiros tem uma disposição maior a participar do Fundesphic-Rheingantz com mais de 66% de participação, embora, o valor atribuído como contribuição dos solteiros dispostos a pagar para a preservação da Rheingantz, seja, ligeiramente, inferior ao valor ofertado pelos casados.

No que se refere ao nível de escolaridade, pode-se observar que a maior disposição a pagar e o maior valor médio ofertado (R\$ 6,30 – seis reais e trinta centavos) é dos indivíduos que declararam estar frequentando uma graduação. Curiosamente, o menor índice de participação no fundo foi dos elementos que afirmaram ter concluído um curso superior – apenas 53%. Este dado é no mínimo curioso, uma vez que, espera-se que quanto maior é o tempo de estudo de uma pessoa maior será o seu apreço pela cultura e tudo o que lhe é relacionado.

Escolaridade	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Fundamental Inc.	68%	32%	3,58
Fundamental	63,5%	36,5%	4,10
Ensino Médio Inc.	63,4%	36,6%	3,76
Ensino Médio	60,15%	39,85%	3,78
Superior Inc.	69,9%	30,1%	6,30
Superior	53%	47%	4,93

Quadro 6: Escolaridade X Disposição a Pagar

Outro ponto a ser destacado é o de indivíduos que, apesar de ter apenas o ensino fundamental incompleto, ficaram com a segunda maior participação no fundo – 68% - ainda que o valor médio da contribuição seja o menor entre todos os grupos analisados neste critério. Como veremos a seguir, isso se deve ao fato de que as pessoas com menor instrução tendem a receber salários menores, que por lógica, leva a oferecerem menores valores ao fundo.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	64%	36%	3,52
4 a 5	64,7%	35,3%	4,28
6 a 9	74,4%	26,6%	7,10
10 ou +	52,3%	47,7%	7,92
Não Informou	48,5%	51,5%	1,70

Quadro 7: Renda X Disposição a Pagar

Por sua vez, as famílias que tem renda familiar entre 6 (seis) e 9 (nove) salários mínimos apresentam grande disposição a pagar/doar – 74,4%. Contudo, à medida que a renda chega e ultrapassa os dez salários mínimos, a disposição a pagar cai, embora os valores sejam relativamente superiores aos dos oferecidos pelas famílias de renda inferior, quadro 7. Cabe salientar que existe precedente na literatura. A explicação seria, em parte, devido ao fato de que indivíduos com maior renda pagam mais impostos e, portanto, não estão dispostos a contribuir com mais um “tributo”.

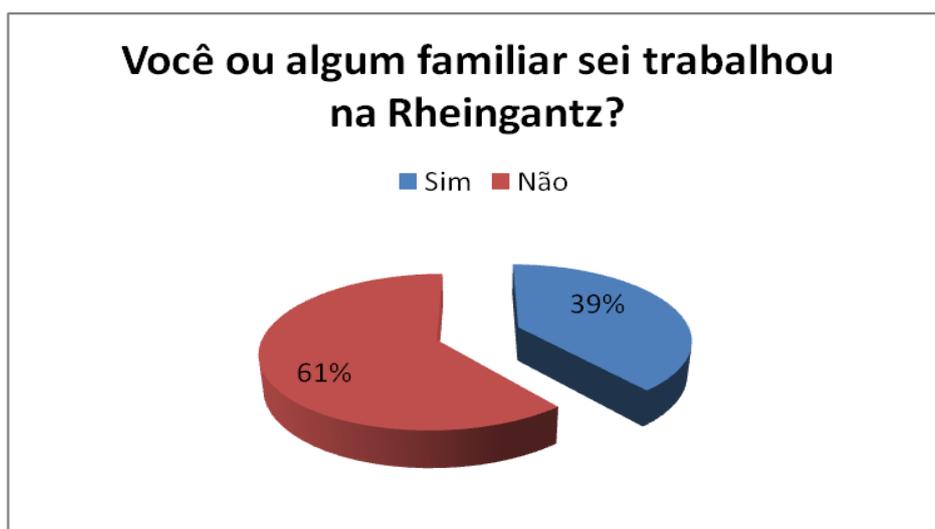


Figura 34: Percentual de Pessoas que trabalharam ou tem parentes que trabalharam na Rheingantz (autor)

Também é importante salientar o elevado percentual de 39% de indivíduos que afirmaram ter trabalhado ou ter alguém na família que trabalhou na Rheingantz, fig. 42.

Enquanto a participação no fundesphic-Rheingantz total é de 63%, a de ex-funcionários e de 70%, como mostra a figura 43. Isto demonstra que apesar de todos os problemas referentes à falência da fábrica e o não pagamento de salários e direitos trabalhistas a muitos dos funcionários, estes tem um carinho especial por sua história, por seus prédios e tudo que ela representa.

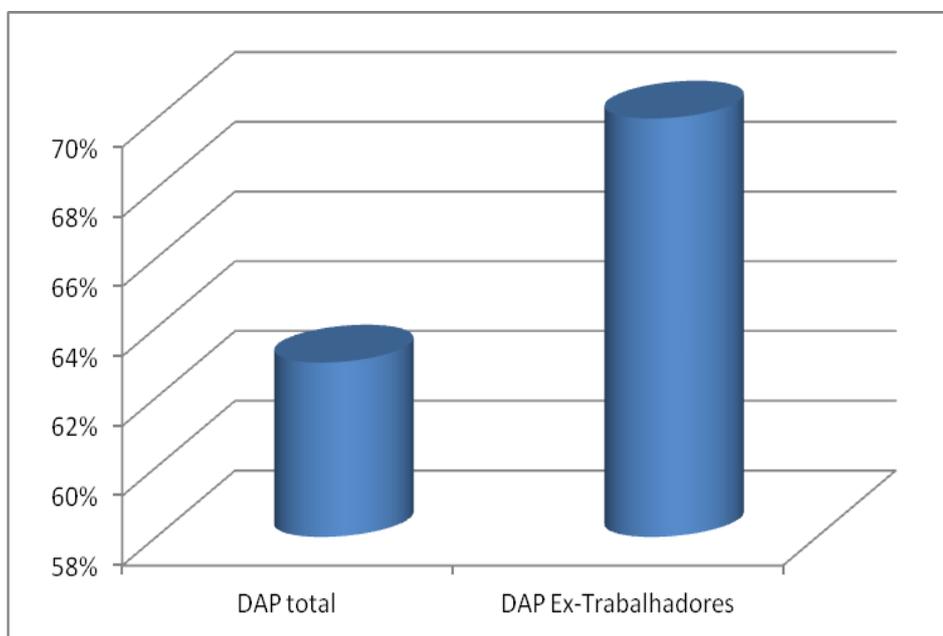


Figura 43: Disposição a Pagar Total x Disposição a Pagar dos Ex-funcionários

Também, no que diz respeito ao valor médio ofertado das regiões analisadas, os ex-funcionários foram mais generosos, dispondo-se a pagar/doar, em média, R\$ 5,13 (cinco reais e treze centavos) enquanto o valor médio total é de R\$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos) – fig. 44.

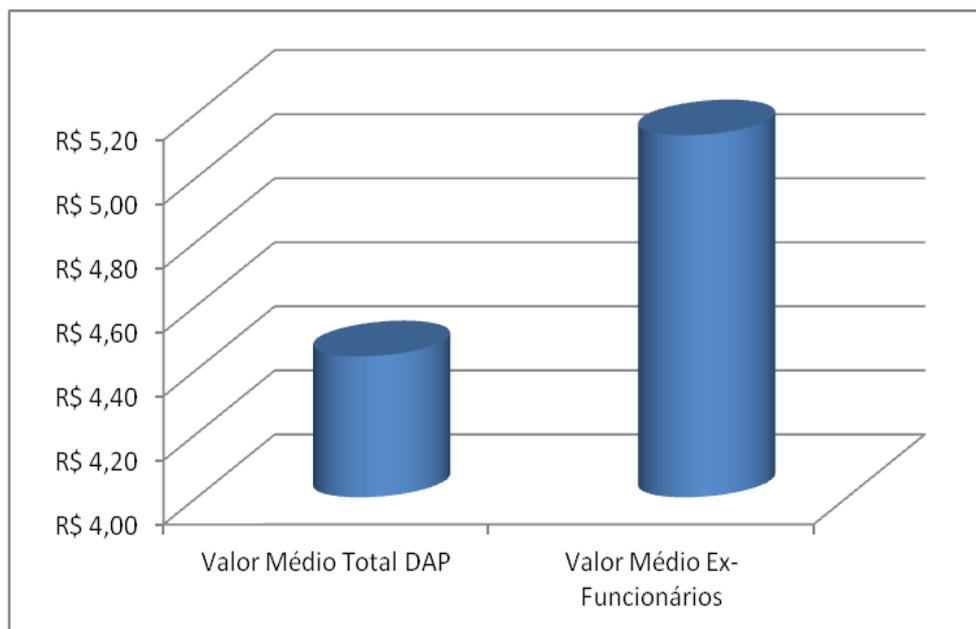


Figura 44: Valor médio da DAP total X valor de Ex-funcionários

Após a aplicação do método, chegou-se à disposição média mensal a pagar/doar de R\$4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos), estimando um valor contingente total do Patrimônio Arquitetônico da fábrica Rheingantz de R\$ 5.682.600,00 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e seiscentos reais).

Dos 37% que não gostariam de participar do fundo, 31% responderam que não o fariam por acreditarem que a preservação do patrimônio cultural é obrigação do governo; 20% fundamentaram a sua opção por não participarem no excesso de impostos; para 15%, sua negativa baseia-se na descrença de que o dinheiro seria realmente utilizado para o fim que foi arrecadado; e 10% afirmaram ser o motivo para não participar a incredulidade na administração pública (problemas referentes à corrupção) – fig. 45.

Também se fez a pergunta: _ “Se esse valor não for suficiente para salvar a Rheingantz, qual o valor máximo que você pagaria?”

Esta etapa consiste em estimular o aumento do valor médio ofertado pelos indivíduos oferecendo lances de valores maiores ao que ele havia feito espontaneamente, até um máximo de três lances. Com isso, o valor total da disposição a

pagar subiu para R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) e o valor econômico da fábrica Rheingantz para R\$ 10.977.750,00 (dez milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

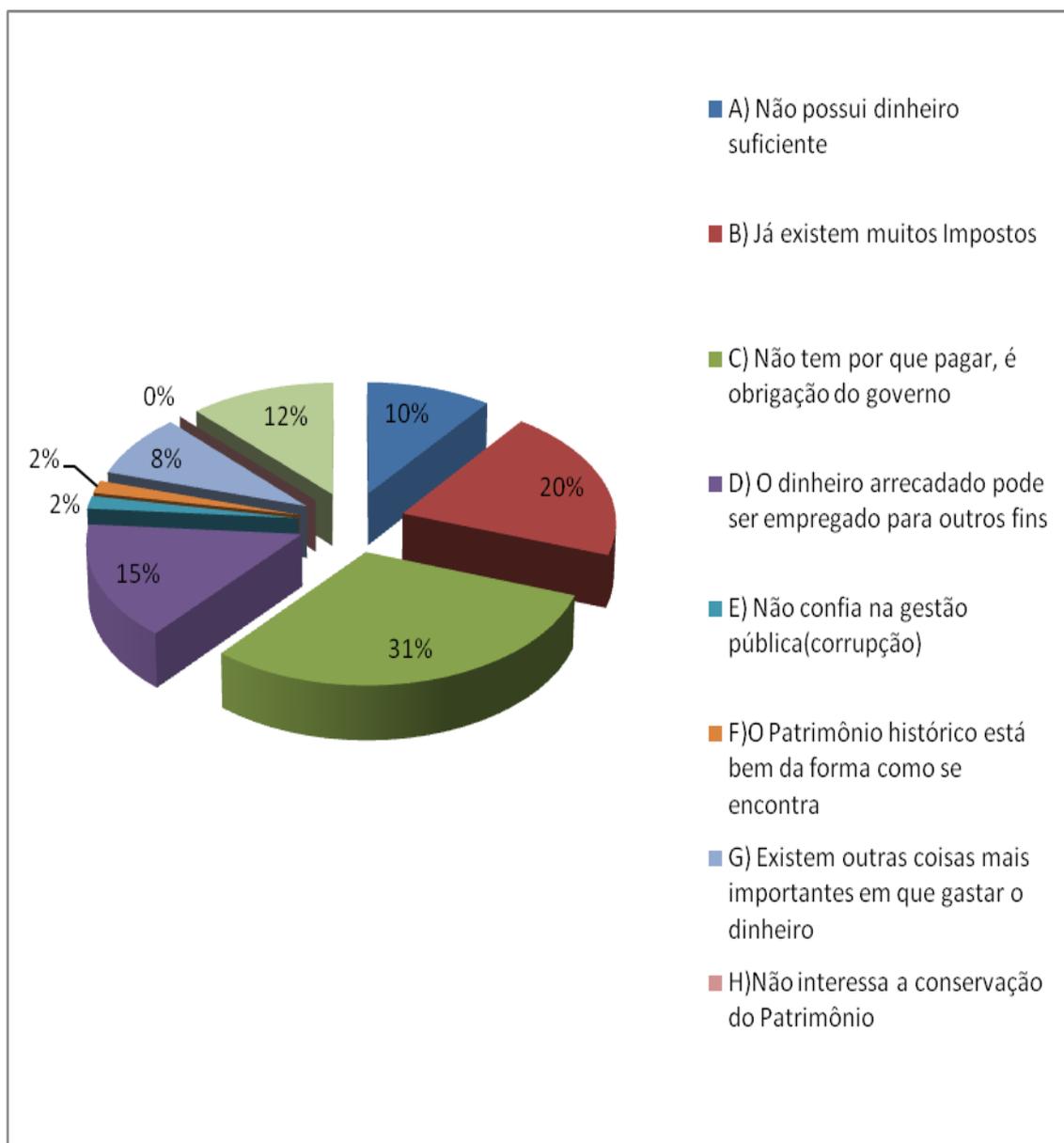


Figura 45 – Motivos para Não participar do Fundesphic-Rheingantz (autor)

4.3 Análise por bairros:

Conforme detalhamento feito na secção 3.3 – O método aplicado à fábrica Rheingantz –, a pesquisa foi efetuada por bairros que foram dispostos conforme demonstra a figura 46, abaixo. O propósito deste diagnóstico é verificar a participação de cada localidade do município do Rio Grande na disposição a pagar/doar total pela conservação/preservação da fábrica Rheingantz.



Figura 46: Arranjo dos Bairros para análise da disposição a pagar (autor)

Para análise, o município foi dividido em 10 regiões (fig.46). A primeira região analisada foi o bairro Centro, onde foram utilizadas 142 entrevistas válidas. Os resultados são apresentados a seguir.

4.3.1. Bairro Centro – Região 1.

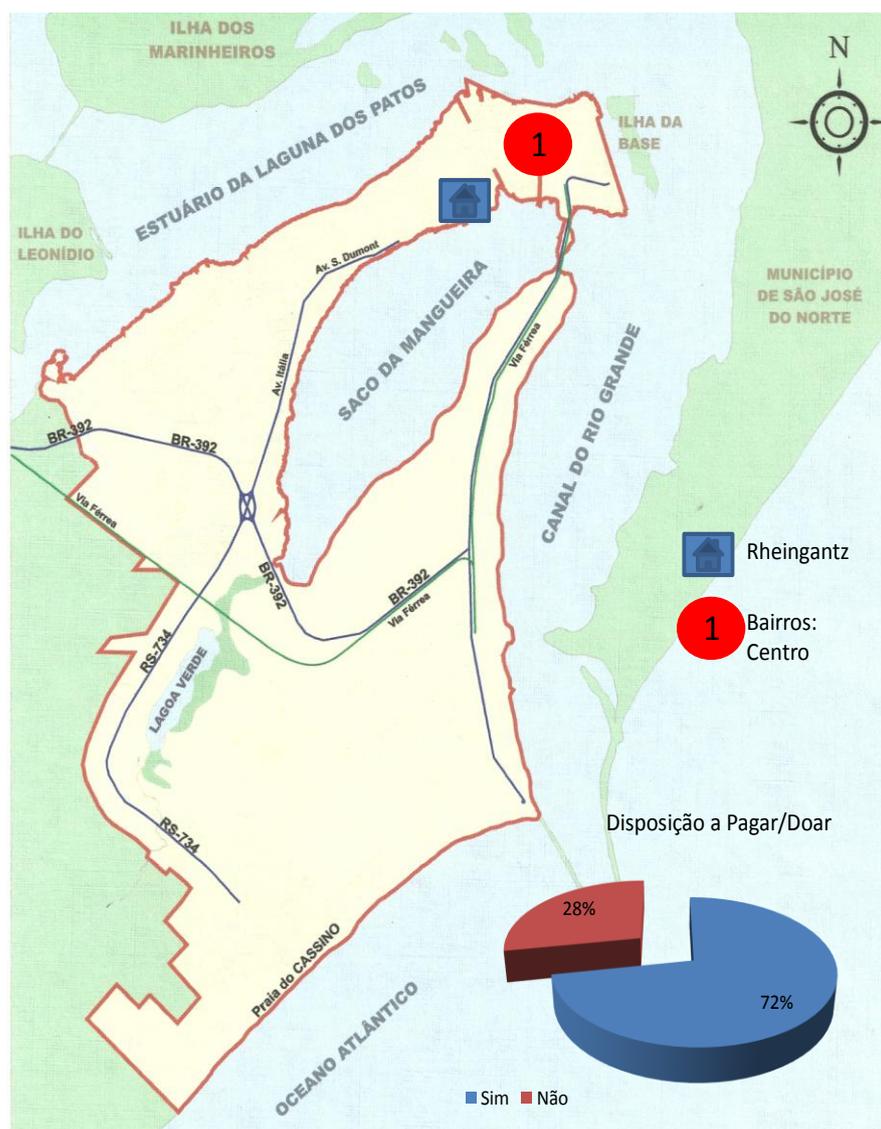


Figura 47: Localização e Disposição a pagar na Região 1 (autor).

Na figura 47, pode-se observar que o resultado da disposição a pagar no bairro Centro foi de 72%. Esta elevada adesão ao fundo foi possível graças à ampla disposição a pagar dos indivíduos que recebem até cinco salários mínimos (quadro 8).

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	73,77%	26,23%	3,96
4 a 5	75,87%	24,13%	3,01
6 a 9	66%	34%	7,00
10 ou +	60%	40%	8,40
Não Informou	50%	50%	1,00

Quadro 8: Renda X Disposição a Pagar

Os maiores valores médios foram ofertados por pessoas com renda superior a cinco salários mínimos, apesar de revelarem o menor índice de participação no fundo.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	81,63%	18,37%	4,71
26 a 29	78,57%	21,43%	6,27
30 a 39	78,26%	21,74%	3,00
40 a 49	63,64%	36,36%	2,00
50 a 59	79%	21%	6,00
Não Informou	48,39%	51,61	1,40

Quadro 9: Faixa Etária X Disposição a Pagar

No que tange a faixa etária, a maior disposição a pagar é de jovens entre 18 e 25 anos, com mais de 80% de aceitação ao fundesphic-Rheingantz, conforme quadro 9, embora o valor ofertado não seja o maior. A menor participação positiva em relação à DAP ocorreu entre os indivíduos entre 40 e 49 anos, e o maior valor médio oferecido coube ao grupo formado por elementos entre 26 e 29 anos.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	71,59%	28,41%	4,54
Feminino	68,42%	31,58%	2,56

Quadro 10: Sexo X Disposição a Pagar

Quanto ao tempo de estudo, os dados demonstram que existe uma similaridade entre os participantes do estudo. Entretanto, indivíduos que declararam haver concluído um curso superior são os que mais respondem negativamente ao fundo.

Os homens estão mais dispostos a participar efetivamente da recuperação/manutenção da fábrica Rheingantz do que as mulheres, respectivamente 71,59% e 68,42%. Os valores ofertados pelos homens são superiores ao das mulheres em mais de 50%, quadro 10. Este fenômeno acontece também, quando analisamos a relação entre estado civil e a disposição a pagar, no quadro 11.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	64,71%	35,29%	2,88
Solteiro	75,82%	24,18%	4,23

Quadro 11: Estado Civil X Disposição a Pagar

No bairro centro, 38% dos entrevistados afirmaram ter trabalhado ou ter alguém da família que trabalhou na fábrica Rheingantz. Destes, 75% aceitaram participar do fundo com um valor médio de R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos).

4.3.2. Bairros Lar Gaúcho, Navegantes e Parque Coelho – Região 2.

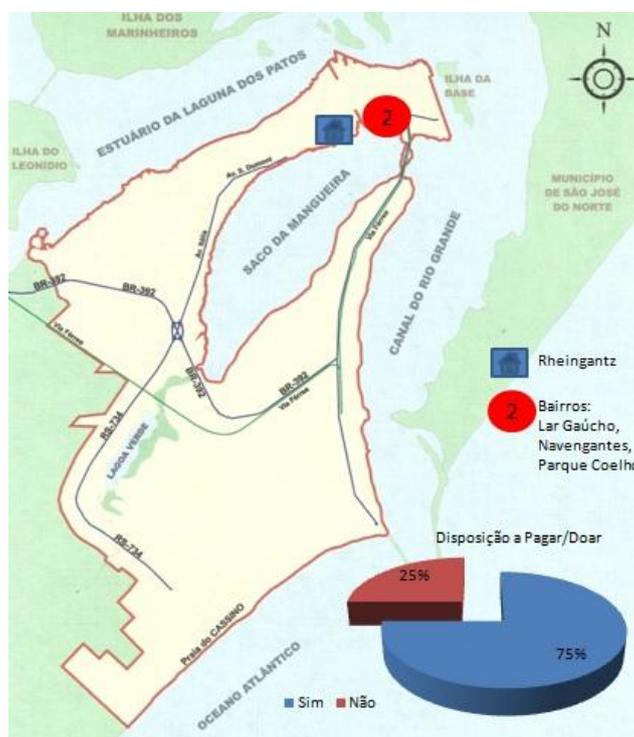


Figura 48: Localização e Disposição a Pagar na Região 2 (autor)

A região 2 é formado pelos bairros Lar Gaúcho, Navegantes e Parque Coelho. Foram analisados 47 (quarenta e sete) questionários válidos dos quais 75% responderam positivamente a participação do fundo para a proteção da fábrica Rheingantz, fig. 48.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	85%	15%	4,97
4 a 5	68,75%	31,25%	8,43
6 a 9	71%	29%	3,78
10 ou +	50%	50%	5,00
Não Informou	-	-	

Quadro 12: Renda X Disposição a Pagar

A maior aceitação foi percebida entre as pessoas com renda entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto que a menor referiu-se aos que afirmaram ter uma renda familiar de dez ou mais salários, quadro 12.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	80%	20%	1,80
26 a 29	75%	25%	4,25
30 a 39	66%	34%	4,16
40 a 49	50%	50%	8,66
50 a 59	75%	25%	4,56
60+	83%	17%	7,86

Quadro 13: Faixa Etária X Disposição a Pagar

Levando em consideração o aspecto etário, os participantes do estudo (na região 2) que mais aceitaram contribuir com o fundo foram os de 60 anos ou mais, 83%, seguidos pelos jovens entre 18 e 25, com 80% de respostas afirmativas, quadro 13.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	65%	35%	6,57
Feminino	81,48%	18,52%	5,53

Quadro 14: Sexo X Disposição a Pagar

Ao contrário do resultado geral do estudo, a participação feminina com disposição a pagar pelo fundesphic-Rheingantz nos bairros Lar Gaúcho, Navegantes e Parque Coelho é superior a dos homens. Elas têm um percentual superior a 80% enquanto eles correspondem a 65%, quadro 14.

Escolaridade	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Fundamental Inc.	85%	15%	4,14
Fundamental	66%	34%	5,38
Ensino Médio Inc.	80%	20%	5,40
Ensino Médio	88%	12%	8,50
Superior Inc.	60%	40%	3,20
Superior	40%	60%	11,00

Quadro 15: Escolaridade X Disposição a Pagar

O menor índice de participação positiva em relação ao fundo foi entre os indivíduos com curso superior, quadro 15, ainda que, com o maior valor ofertado R\$ 11,00.

Quarenta e um por cento (41%) dos questionados afirmaram ter trabalhado ou ter alguém da família que trabalhou na Rheingantz. Destes 77% foram favoráveis a criação do fundesphic-Rheingantz, oferecendo um valor médio mensal de R\$ 6,20. Esse valor é superior à média ofertado pela região que foi de R\$ 5,98. Esse apoio expressivo por parte dos ex-funcionários explica, ainda que em parte, a significativa disposição a pagar nestes bairros.

4.3.3. Bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas – Região 3.

A região 3 é constituída pelos bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas. O bairro Getúlio Vargas é originário da construção do Porto do Rio Grande em 1905, e juntamente com o bairro Santa Teresa foi desde sua formação, ocupado, na sua maior parte, por trabalhadores portuários.

Como se analisa na figura 49, os bairros localizam-se no entorno do porto novo e superporto.

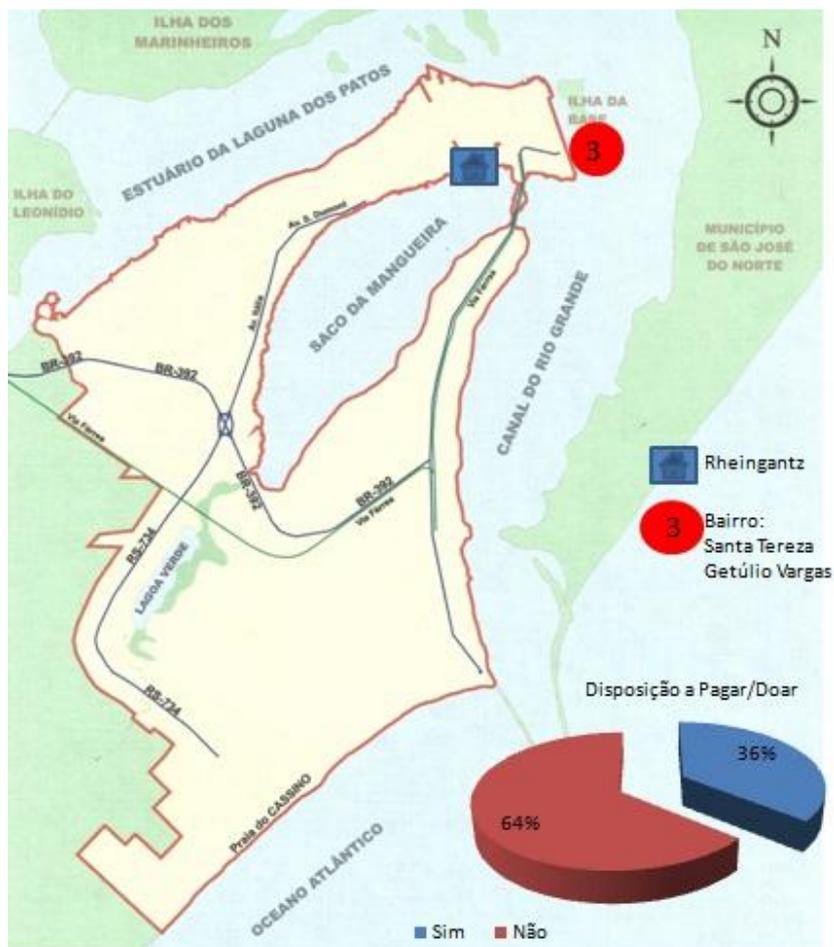


Figura 49: Localização e Disposição a Pagar da Região 3 (autor).

Foram empregados no estudo da região 3, 28 questionários válidos, dos quais foram extraídos os resultados a seguir.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	16,67%	83,33%	0,83
4 a 5	28,50%	71,50%	6,07
6 a 9	75%	25%	16,50
10 ou +	-	-	-
Não Informou	50%	50%	1,75

Quadro 16: Renda X Disposição a Pagar

Entre todas as regiões analisadas, a formada pelos bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas foi a que demonstrou a menor aceitação ao fundo destinado à

recuperação/manutenção do complexo da fábrica Rheingantz. Apenas 36% da população local respondeu que estaria disposta a pagar pela recuperação desse patrimônio cultural da cidade do Rio Grande.

Também é nesta região (em comparação com as demais regiões analisadas) que está o maior percentual de pessoas com renda entre 1 e 5 salários e com menor tempo de estudo. Estes dados podem ser parte da explicação sobre o baixo percentual de adesão ao fundesphic – Rheingantz.

Dos elementos com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, apenas 16,67% estaria disposto a colaborar com o fundo. Este percentual sobe consideravelmente para elementos com renda mensal entre 6 ou 9 salários, passando para 75%. Na tabulação dos dados, verificou-se não haver indivíduos com renda familiar de dez salários ou mais na amostra.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	20%	80%	10,00
26 a 29	30%	70%	0,60
30 a 39	40%	60%	3,20
40 a 49	15%	85%	1,25
50 a 59	50%	50%	10,00
Não Informou	-	100%	0

Quadro 17: Faixa Etária X Disposição a Pagar

Somente 20% dos jovens entre 18 e 25 anos, responderam positivamente a disposição a pagar, enquanto a maior participação foi de indivíduos de idade superior a 49 anos e inferior a 60 anos. Outro aspecto a ser destacado, é o fato de que apenas os residentes da região 3 com ensino fundamental tiveram um percentual superior a 35% de participação no fundo.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	27,27%	72,73%	3,63
Feminino	41,17%	58,83%	7,23

Quadro 18: Sexo X Disposição a Pagar

As mulheres foram mais favoráveis ao programa de recuperação do que os homens – quadro 18, inclusive com um valor ofertado quase duas vezes maior. Os solteiros, por sua vez, mostraram-se mais favoráveis ao empreendimento que os casados – quadro 19.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	20%	80%	4,00
Solteiro	44,44%	55,56%	6,83

Quadro 19: Estado Civil X Disposição a Pagar

Apenas 15% dos entrevistados nos bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas responderam afirmativamente quando perguntados se haviam trabalhado na fábrica ou tinham alguém na família que trabalhou. Entretanto, todos eles decidiram participar do fundo com um valor médio R\$ 10,00.

4.3.4. Bairro Cidade Nova – Região 4

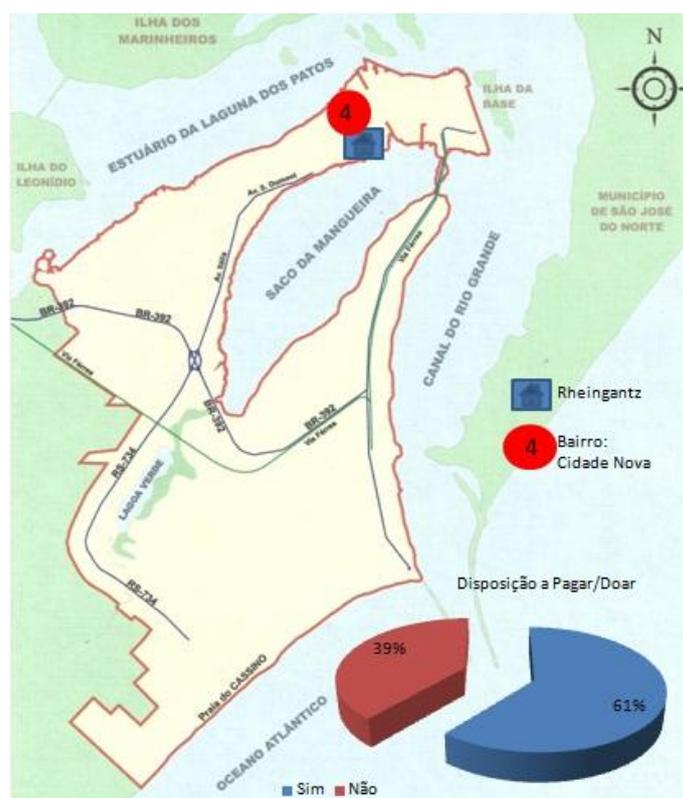


Figura 50: Localização e Disposição a Pagar da Região 4 (autor).

Dos 36 questionários válidos aplicados no bairro Cidade Nova, foi apurado que a disposição a pagar média da localidade é de 61% e que, com exceção dos 80% de indivíduos com renda familiar entre 6 e 9 salários mínimos que gostariam de aderir ao fundo, todos os demais estão entre 57% e 67% de adesão – quadro 20.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	57%	43%	2,57
4 a 5	55%	45%	2,83
6 a 9	80%	20%	3,00
10 ou +	60%	40%	10,00
Não Informou	67%	33%	1

Quadro 20: Renda X Disposição a Pagar

Quanto à escolaridade, todos os grupos que formam o conjunto analisado, têm percentuais superiores a 50%, com ressalva aos que declaram ter concluído um curso superior. Destes, apenas 33% dos elementos gostariam de colaborar com o fundo.

Neste bairro, homens e mulheres apresentaram praticamente a mesma disposição a pagar, com percentuais de 61,53% e 60%, respectivamente. Entretanto, o valor doado pelos homens, R\$ 5,69 é mais que o dobro do ofertado pelas mulheres R\$ 2,41, quadro 21.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	61,53%	38,47%	5,69
Feminino	60%	40%	2,41

Quadro 21: Sexo X Disposição a Pagar

Por sua vez, 70% dos solteiros declaram querer participar do fundesphic-Rheingantz, enquanto que, entre os casados o percentual é de 50%, embora o valor seja maior, isto é, R\$ 4,69 dos casados contra R\$ 3,20 dos solteiros, quadro 22.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	50%	50%	4,69
Solteiro	70%	30%	3,20

Quadro 22: Estado Civil X Disposição a Pagar

Na Cidade Nova, mais de 70% afirmaram haver trabalhado na fábrica ou ter algum parente que trabalhou. Contudo, a adesão destes apenas passou os 50%, com um valor médio de R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos).

4.3.5. Bairro Parque, Região 5.

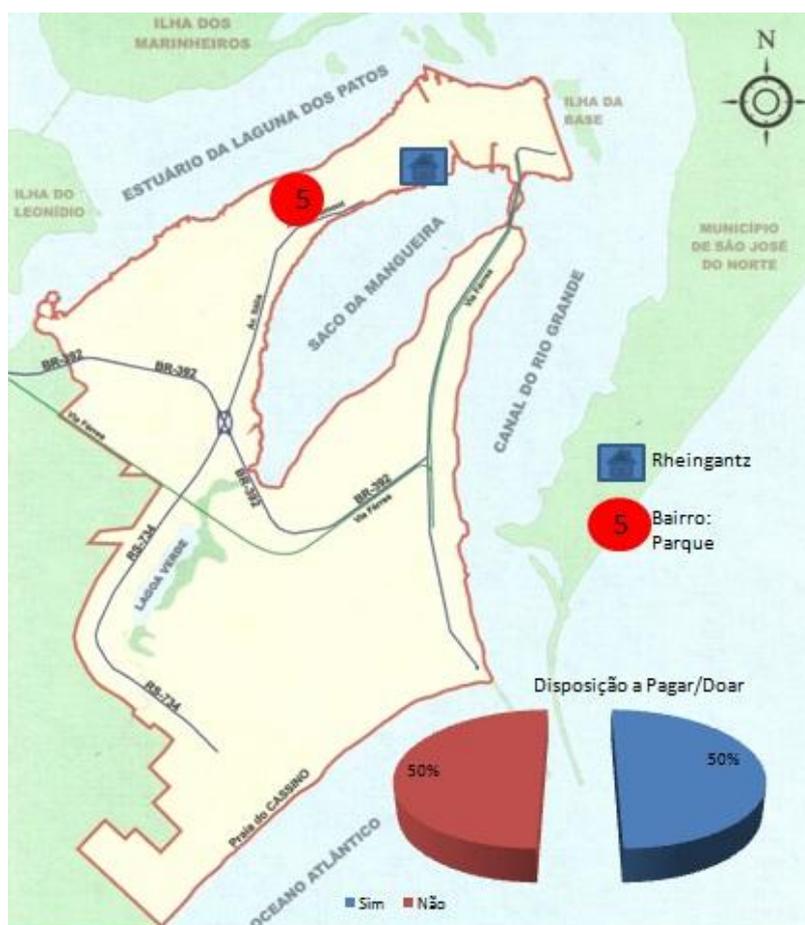


Figura 51: Localização e Disposição a Pagar da Região 5 (autor).

No bairro Parque, 50% da população residente declarou estar disposta a pagar pela recuperação da fábrica Rheingantz. Da mesma forma, a análise dos cruzamentos sobre a faixa etária e a escolaridade com a disposição a pagar apresentou percentuais muito próximos entre os grupos ponderados. Com uma ligeira diferença a favor dos indivíduos entre 40 e 49 anos e desfavorável para os da faixa entre 50 e 59 anos.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	53,8%	46,2%	2,46
4 a 5	50%	50%	1,5
6 a 9	75%	25%	5,5
10 ou +	42,8%	57,2%	2,42
Não Informou	33,33%	66,67%	1,16

Quadro 23: Renda X Disposição a Pagar

A maior participação da DAP foi entre os elementos com renda familiar de 6 a 9 salários mínimos – 75%. Já a menor, constitui 42,8%, nos que recebem dez ou mais, quadro 23.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	56,25%	43,75%	2,62
Feminino	45%	55%	2,25

Quadro 24: Sexo X Disposição a Pagar

Conferindo os dados sobre sexo e estado civil, percebe-se que as mulheres e os casados do bairro Parque apresentaram uma menor disposição a pagar do que os homens e solteiros, assim como, um menor valor ofertado, como é visto nos quadros 24 e 25.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	43,75%	56,25%	2,18
Solteiro	55%	45%	2,6

Quadro 25: Estado Civil X Disposição a Pagar

No bairro Parque, 36% dos questionados trabalharam ou tem alguém na família que trabalhou na Rheingantz. Destes, 58% tem uma disposição a pagar com um valor médio de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos).

4.3.6. Bairro Junção – Região 6.

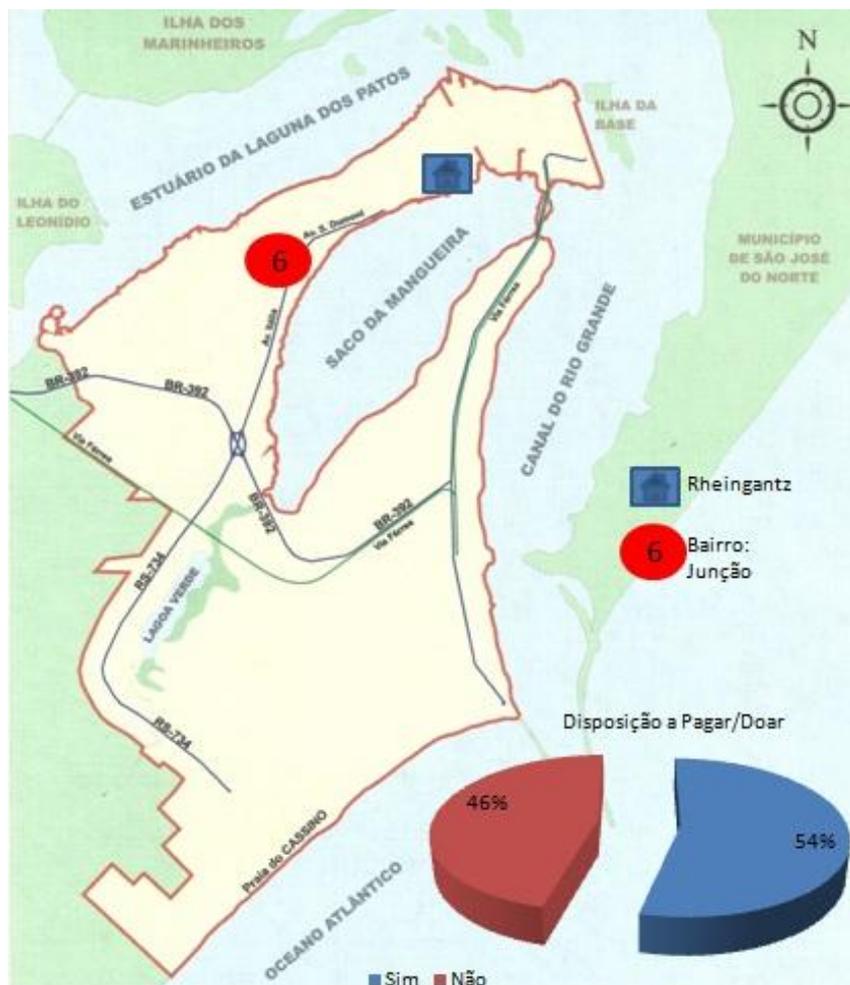


Figura 52: Localização e Disposição a Pagar da Região 6 (autor).

No bairro Junção, segundo os dados apurados nos 26 questionários válidos, a disposição a pagar é de 53%. As pessoas que apresentaram uma maior aceitabilidade ao fundo estão na faixa de renda de 6 a 9 salários e a menor na faixa de 4 a 5 salários.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	60%	40%	3,5
26 a 29	50%	50%	5
30 a 39	66%	34%	1,5
40 a 49	50%	50%	2,5
50 a 59	75%	25%	8
60+	34%	66%	6,67

Quadro 26: Faixa Etária X Disposição a Pagar

No que se refere a faixa etária, 75% dos indivíduos, com idades entre 50 e 59 anos, aderiram ao fundesphic-Rheingantz, enquanto que, apenas 34% das pessoas com 60 anos ou mais, quadro 26.

Levando em conta os anos de estudo, a menor participação foi de pessoas com fundamental incompleto e a maior com ensino médio incompleto. Os homens, como os solteiros, são mais participativos, tanto em termos de disposição a pagar como em valor ofertado quando comparado com as mulheres e casados. Nesta região, os homens estão dispostos a pagar quase duas vezes mais do que as mulheres, R\$ 6,55 contra R\$ 3,70, quadro 27.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	62,5%	37,5%	6,55
Feminino	47,05%	52,95	3,70

Quadro 27: Sexo X Disposição a Pagar

47% dos entrevistados afirmaram ter trabalhado ou ter alguém na família que o fez. Destes, 88% estão dispostos a colaborar com o fundo com um valor médio de R\$ 6,55 (seis reais e cinquenta e cinco centavos).

4.3.7. Bairro Trevo – Região 7.

No bairro Trevo apenas 27% dos entrevistados fazem parte do conjunto formado por indivíduos que trabalharam ou tem alguém na família que trabalhou na

Rheingantz. 67% deles aceitaram participar do fundesphic-Rheingantz com valor médio de R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos).

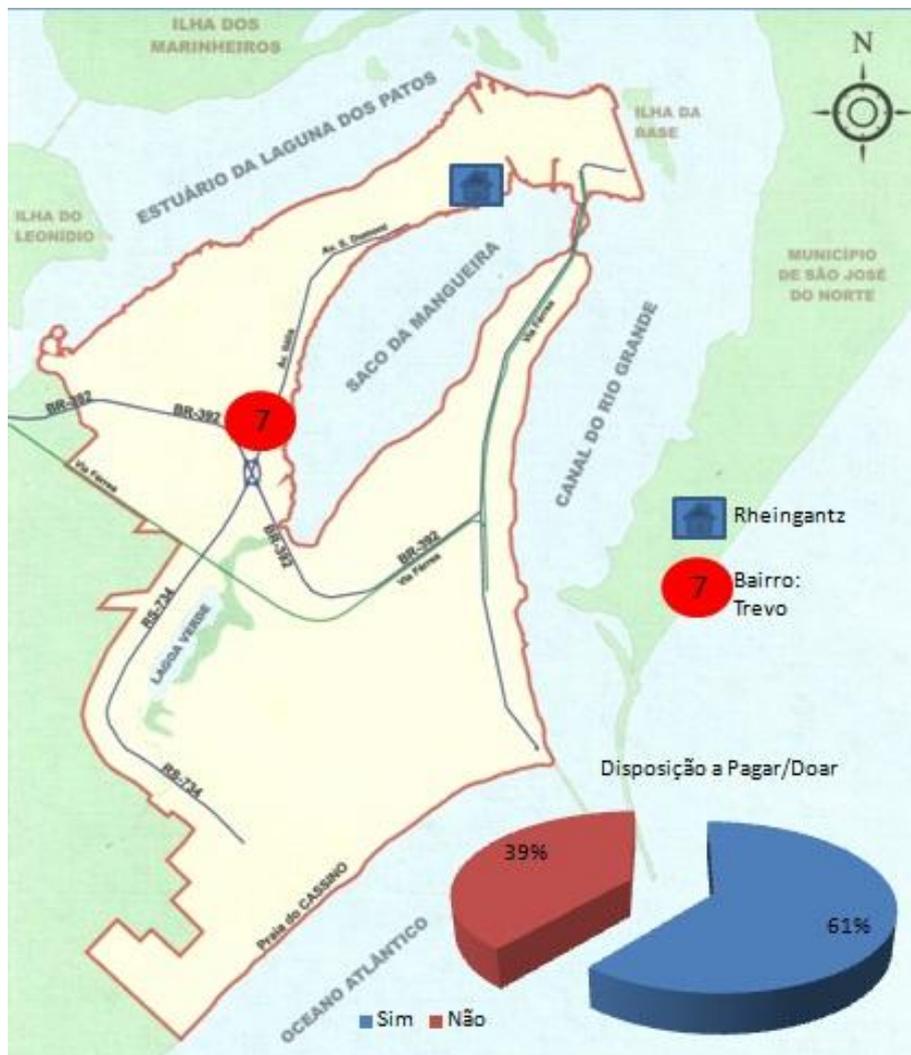


Figura 53: Localização e Disposição a Pagar da Região 7 (autor).

Os residentes do bairro Trevo demonstraram uma adesão de 61% ao fundesphic-Rheingantz. Indivíduos com renda entre 4 e 5 salários são os mais dispostos a pagar, embora o maior valor ofertado tenha ocorrido na faixa de renda de dez ou mais salários mínimos, como mostra o quadro 28.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	58,3%	41,7%	3,2
4 a 5	71%	29%	5,71
6 a 9	50%	50%	5
10 ou +	60%	40%	12,2
Não Informou	50%	50%	1,5

Quadro 28: Renda X Disposição a Pagar

Por outro lado, a menor participação ao fundo está entre as pessoas com 60 anos ou mais e curso superior. Neste bairro, as mulheres estão mais dispostas a pagar pela preservação da fábrica Rheingantz que os homens, 66,67% para elas contra 53,84% para eles. Contudo, o valor ofertado pelos homens, R\$ 7,53 é duas vezes maior que o valor oferecido pelas mulheres – R\$ 3,63, quadro 29. Também, 75% dos casados aceitaram participar do fundo versus 55% dos solteiros.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	53,84%	46,16%	7,53
Feminino	66,67%	33,33%	3,63

Quadro 29: Sexo X Disposição a Pagar

4.3.8. Bairro Parque Marinha – Região 8.

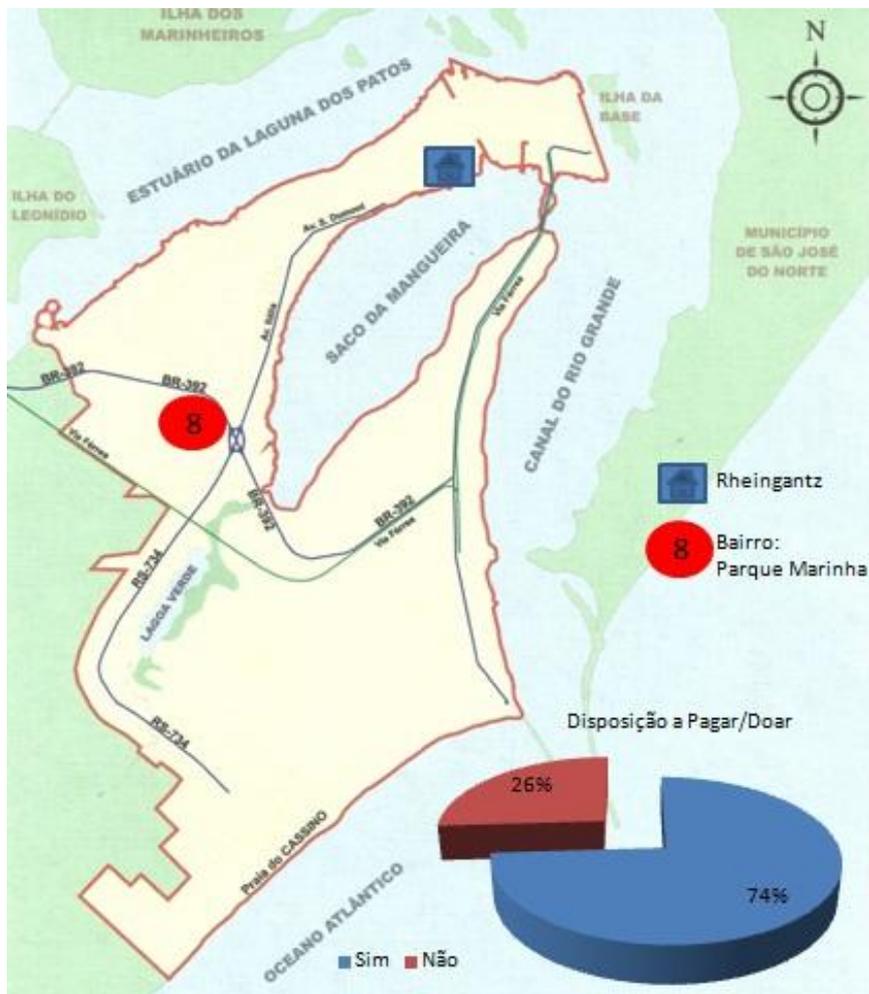


Figura 54: Localização e Disposição a Pagar na Região 8 (autor).

No bairro Parque Marinha, foram aplicados 42 questionários válidos a partir dos quais se apurou que 74% dos residentes estão dispostos a colaborar com a preservação da fábrica Rheingantz.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	64,29%	35,71%	3,92
4 a 5	86%	14%	6,94
6 a 9	75%	25%	5
10 ou +	66,67%	33,33%	8,3
Não Informou	75%	25%	2,25

Quadro 30: Renda X Disposição a Pagar

Através dos dados também foi possível verificar um maior apoio ao fundo por parte de indivíduos com renda entre 4 e 5 salários mínimos e com idade inferior a 25 anos, conforme os quadros 30 e 31.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	84%	16%	5,15
26 a 29	66,67%	33,33%	2
30 a 39	75%	25%	6,25
40 a 49	71,4%	38,6%	6,57
50 a 59	81,8%	18,2%	5,9
60+	25%	75%	5

Quadro 31: Faixa Etária X Disposição a Pagar

Igualmente, 85% das pessoas que declararam estar frequentando um curso superior e 87,5% dos solteiros afirmaram estar dispostas a participar do fundo.

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Masculino	70,5%	29,5%	6,17
Feminino	76%	24%	4,96

Quadro 32: Sexo X Disposição a Pagar

Do mesmo modo, as mulheres demonstraram maior disposição a pagar do que os homens, quadro 32.

56% dos residentes do Parque Marinha afirmaram ter trabalhado ou ter alguém na família que trabalhou na fábrica. Destes, 76% estão dispostos a pagar pela recuperação da Rheingantz com um valor médio de R\$ 6,23 (seis reais e vinte e três centavos).

4.3.9. Bairro Parque São Pedro – Região 9.

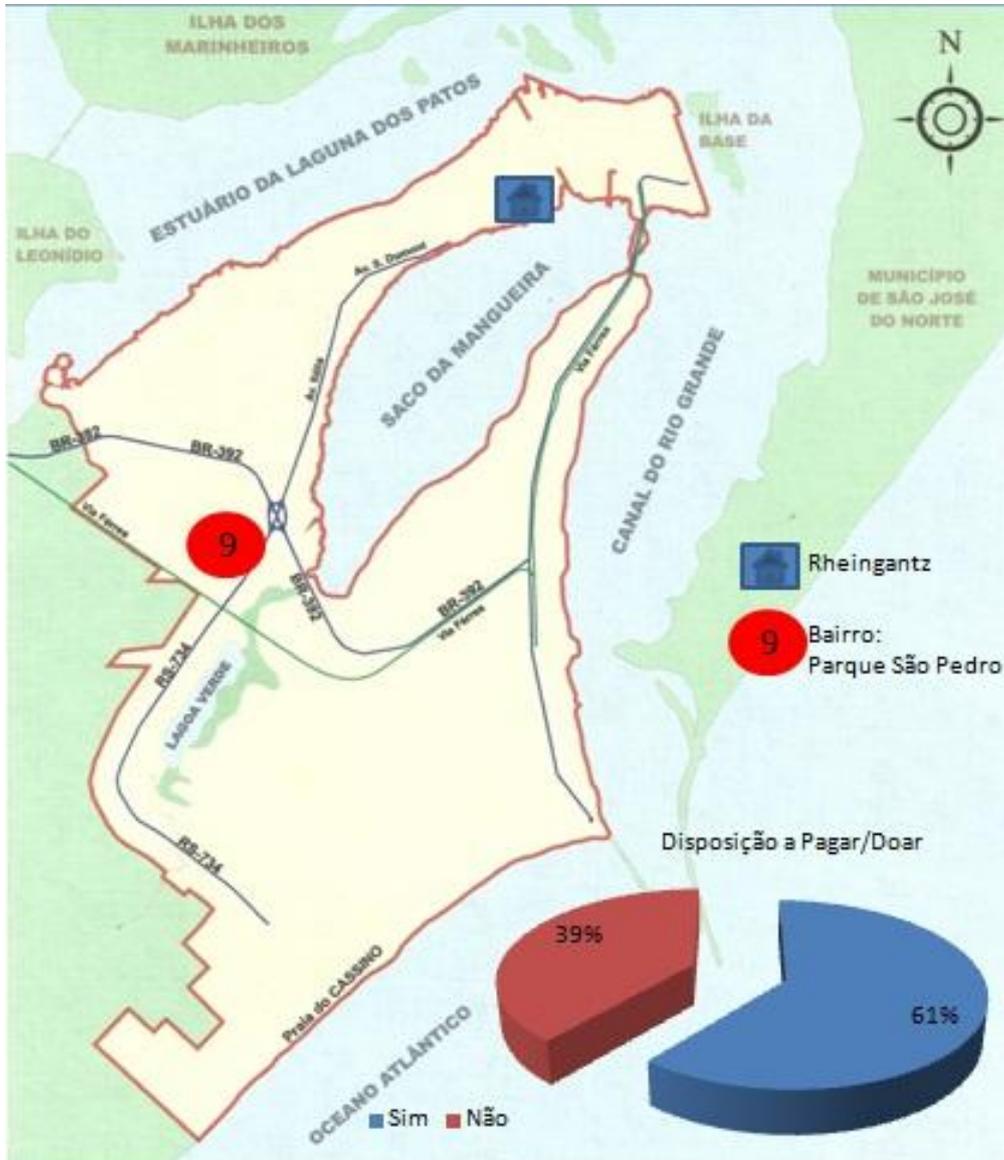


Figura 55: Localização e Disposição a Pagar da Região 9 (autor).

No bairro Parque São Pedro, 61% das pessoas revelaram estarem dispostas a participar do fundesphic-Rheingantz. Nesta localidade, conforme se pode observar no quadro 33, a maior disposição a pagar foi entre os residentes com renda de 6 a 9 salários mínimos – 75% e os jovens com idade inferior a 26 anos, quadro 34.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	56,25%	43,75%	3,87
4 a 5	60%	40%	2,4
6 a 9	75%	25%	8,75
10 ou +	50%	50%	25
Não Informou	Zero	Zero	Zero

Quadro 33: Renda X Disposição a Pagar

A maior adesão ao fundo foi entre indivíduos com ensino médio incompleto e do sexo masculino. Nenhum dos 28 entrevistados havia concluído um curso superior.

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
18 a 25	80%	20%	8
26 a 29	66,67%	33,33%	3,33
30 a 39	50%	50%	2,5
40 a 49	66,67%	33,33%	17,3
50 a 59	57%	43%	3,28
60+	50%	50%	4

Quadro 34: Faixa Etária X Disposição a Pagar

Quanto ao estado civil, os casados residentes no Parque São Pedro apresentaram uma maior disposição a pagar do que os solteiros. Inclusive os valores oferecidos pelos casados foram superiores aos dos solteiros, de acordo com o quadro 35.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	62,5%	37,5%	7,31
Solteiro	58,3%	41,7%	3,75

Quadro 35: Estado Civil X Disposição a Pagar

No Parque São Pedro, apenas 36% já haviam trabalhado ou tinham alguém na família que trabalhou na fábrica Rheingantz. Destes 43% aceitaram participar do fundesphec-Rheingantz ofertando em média R\$ 2,42 (dois reais e quarenta e dois centavos).

4.3.10. Balneário Cassino – Região 10.

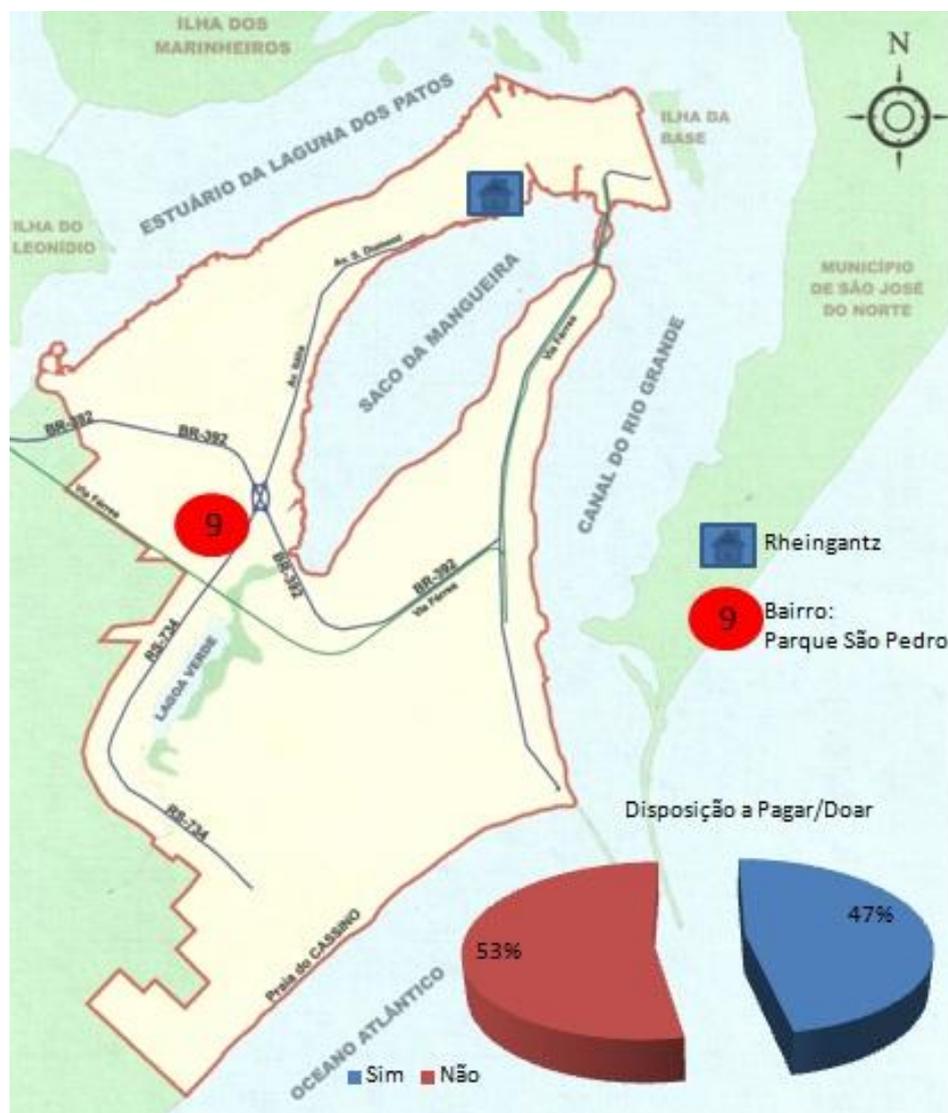


Figura 56: Localização e Disposição a Pagar da Região 10 (autor).

No Balneário Cassino apenas 47% dos residentes responderam positivamente a disposição a pagar pela preservação da fábrica Rheingantz. Destes, a maior participação foi entre os elementos com renda de 6 a 9 salários e a menor entre aqueles que declaram receber dez salários mínimos ou mais, quadro 36.

Chama a atenção o fato de que, no balneário Cassino, muitos dos residentes não são rio-grandinos de nascimento. Este fato pode justificar, em parte, a pequena participação ao fundo destinado à preservação da fábrica Rheingantz.

Também, o baixo percentual – 18% - de pessoas que disseram haver trabalhado ou ter alguém na família que trabalhou na Rheingantz. Destes, 67% aceitaram participar do fundo. Ainda assim, esse percentual é mais elevado quando comparado com os 47% do total de entrevistados no Cassino.

Salários	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
1 a 3	46%	54%	2,43
4 a 5	33,33%	66,67%	0,67
6 a 9	75%	25%	5,5
10 ou +	20%	80%	1
Não Informou	50%	50%	2,5

Quadro 36: Renda X Disposição a Pagar

No que se refere ao tempo de estudo, os dados apontam para uma quase igualdade de resultados, com pequenas oscilações em favor de uma maior adesão ao fundo por pessoas com o ensino superior incompleto. Os homens demonstraram maior predisposição a contribuir com o fundesplic-Rheingantz do que as mulheres, respectivamente, 56% e 37,5%. Além disso, os casados manifestaram-se mais dispostos que os solteiros, como se vê no quadro 37.

Estado Civil	Disposição a Pagar		Valor Médio-R\$
	Sim	Não	
Casado	54,5%	45,5%	2,95
Solteiro	42,8%	57,2%	2,23

Quadro 37: Estado Civil X Disposição a Pagar

4.4. Análise Econométrica

Estimou-se, a partir do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), e *software* Eviews, a relação de casualidade entre a variável dependente, disposição a pagar, e as variáveis explicativas, nível de renda e anos de estudo (escolar).

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.727459	0.230899	-1.973372	0.0452
RENDA	0.008172	0.000436	32.68736	0.0000
ESCOLAR	0.024369	0.071453	2.563177	0.0016
R-squared	0.379606	Mean dependent var		3.496650
Adjusted R-squared	0.377452	S.D. dependent var		5.503347
Log likelihood	-317.0439	F-statistic		113.9812
Durbin-Watson stat	1.65462	Prob(F-statistic)		0.000001

Quadro 38: Resultados estimação MQO

Fonte: Elaborado pelo autor

O R^2 mostra que a regressão é responsável por, praticamente, 40% da variação amostral. As variáveis se mostram significativas em 95%. Tanto a renda, como os anos de estudo apresentaram sinal coerente com a hipótese inicial. Outro ponto importante, demonstrado nos dados, é que a variável anos de estudo tem maior impacto sobre a disposição a pagar do que o nível de renda, embora os indivíduos com curso superior completo sejam os mais resistentes em participar do fundo.

Por outro lado, ao estimar a disposição a pagar utilizando o modelo Logit, encontrou-se os resultados abaixo. Cabe salientar que, para efeito da análise, alguns questionários foram descartados por apresentarem algum tipo de viés econômico. Assim, a apuração contou com 408 questionários com eliciação de 3 lances cada um.

Variável	Coefficiente	Erro-Padrão	Probabilidade	Efeito Marginal
C	0,347364	0,879421	0,7353 ^{NS}	0,03541
DAP	-0,213547	0,007194	0,0001*	-0,04715
RENDA	0,357963	0,476872	0,0009*	0,03874
ESCOLA	0,612849	0,251438	0,0021*	0,12986
SEXO	0,739681	0,207292	0,0000*	0,17203
IDADE	1,425769	0,879307	0,8036 ^{NS}	0,37968

Quadro 39: Resultados estimação modelo Logit –

* Coeficientes significativos a 1%; ^{NS}=parâmetro não significativo.

DAP: 1 para disposição a pagar e 0 para não;

SEXO: 1 para indivíduos do sexo masculino e 0 para o sexo feminino.

Fonte: Elaborado pelo autor

O modelo teve um índice explicativo de 23%. A disposição a pagar pela preservação da fábrica Rheingantz apresentou sinal negativo. Este sinal é esperado uma vez que, a cada lance oferecido o valor aumenta e a disposição a pagar diminui. O efeito marginal exhibe que a cada real a mais ofertado como lance ao entrevistado a probabilidade de adesão ao fundo cai em 4,7%.

Quanto a variável renda, o sinal apresentado foi positivo o que indica que quanto maior a renda maior a probabilidade de participar do fundo. Embora, como ficou claro na secção 4.2, os indivíduos com renda superior a 10 salários mínimos foram os que tiveram menor disposição a pagar. Contudo, o efeito marginal aponta que aumentos no nível de renda leva a um aumento de 3,8% na perspectiva de participação efetiva no fundo.

Do mesmo modo, o sinal foi positivo para os anos de escolaridade sinalizando que quanto maior é o tempo de estudo maior será a possibilidade de participação no fundesphic. Aqui também acontece o mesmo caso, a apuração dos dados mostrou que os elementos com maior adesão ao fundo são os que estão cursando o ensino superior, entretanto, os que já concluíram tem o menor percentual de participação.

No que se refere ao sexo, o sinal positivo sugere que a probabilidade de participar do fundesphic aumenta se o participante for do sexo masculino.

O modelo é estável, uma vez que o valor da estatística F calculada não excede o valor crítico.

Considerações finais

Em 1873, na cidade do Rio Grande, surgia a primeira e mais importante indústria de lã do Rio Grande do Sul. Durante quase um século, este empreendimento pioneiro, além do grande valor econômico que teve para região e de ter se transformado em um marco histórico para a economia gaúcha, acolheu entre os seus funcionários várias gerações de famílias rio-grandinas. Isto fez com que aflorasse um sentimento de estima na população do lugar e, mesmo depois de muitos anos após o fim de suas atividades, a fábrica, ainda hoje, parece fazer parte da vida local.

Entretanto, a evidente degradação que vem sofrendo ao longo dos anos desde a década de 1990, parece evidenciar o descaso das autoridades e população locais em relação a este ícone da indústria gaúcha do século XIX e, portanto, de algum modo, responder ao questionamento central deste estudo, quanto ao seu valor e sua importância para os rio-grandinos.

Contudo, contrariando as constatações iniciais, vem crescendo o número de trabalhos científicos e manifestações populares em defesa do patrimônio cultural do complexo da fábrica Rheingantz.

Assim, sua importância enquanto patrimônio cultural do município do Rio grande é inquestionável. Harvey (1980) definiu patrimônio cultural como o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, de propriedade pública ou privada que tenham um valor excepcional desde o ponto de vista da história, da arte, da ciência e da cultura, portanto, que sejam dignos de serem considerados, conservados e conhecidos pela população através de gerações como características permanentes de sua identidade.

Michael Pollak (1992) relaciona memória e identidade, afirmando que os construtores da identidade são os acontecimentos, as pessoas e os lugares da memória. Para o autor, há uma “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. Da mesma forma, Arevalo (2004) afirma que o patrimônio remete a símbolos, aos lugares de memória, enfim, à identidade. Portanto, o patrimônio como expressão da identidade revela a herança cultural, remetendo a uma realidade

icônica, simbólica e coletiva, isto é, aos bens culturais aos quais os indivíduos e sociedade atribuem especial importância, podendo ser construído ideologicamente, socialmente e/ou culturalmente.

Assim, o complexo da fábrica Rheingantz seria apenas mais um lugar da cidade do Rio Grande, não fosse pelo vínculo existente entre a memória da coletividade (alicerçada neste local) e sua simbologia, ou seja, é a expressão reveladora da identidade que esta memória consolidou. A Rheingantz confirma ter muito dessas características, uma vez que 87% dos indivíduos que participaram deste estudo abonaram sua representatividade patrimonial, enquanto que 84% acreditam que a fábrica deva ser efetivamente tombada. Do mesmo modo em que fica explícita a influência exercida pelo referencial físico da fábrica na memória da coletividade, a ponto de torná-la símbolo identitário de cerca de 80% dos residentes no seu território de abrangência. A pesquisa mostrou ainda que o prédio do escritório central é o principal ponto de referência do complexo.

Todos os bens que compõe o patrimônio cultural são formados por um conjunto de diferentes valores. Desvendar o valor das coisas é o objeto da ciência econômica. Contudo, atualmente, o tema passou a ganhar o interesse de várias áreas do conhecimento. Por outro lado, apesar de vir se tornando multidisciplinar, se faz necessário o *mainstream* econômico para desvendar os valores materiais ou subjetivos, devido à complexidade dos métodos de valoração econômica.

O patrimônio cultural de uma cidade apresenta um valor econômico que transcende a explicação da teoria econômica como discutido ao longo deste trabalho. As externalidades positivas da preservação e conservação deste legado que a história deixa para as gerações futuras, consistem na afirmação da identidade e sentimento de pertencimento da comunidade.

Logo, a partir do arcabouço teórico exposto anteriormente, foi possível identificar o valor econômico do complexo da fábrica Rheingantz, objetivo deste estudo, através do método de valoração contingente, que, segundo Pearce (1994) é o único capaz de captar os valores de opção e de existência.

Fundamentados nos conceitos apresentados e nos resultados coletados junto à população local, podemos concluir que os entrevistados na maioria são rio-grandinos de nascimento (73%) e (39%) estão na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos. A maioria dos entrevistados mostrou-se fortemente identificada com a ‘fábrica da Rheingantz’. Ou seja, as pessoas tem a percepção que este patrimônio e toda a sua simbologia também lhes pertence.

Precisamente 63% foram favoráveis a criação de um fundo, denominado fundo especial para a preservação do patrimônio histórico cultural – fundesphic – para preservar o legado da Rheingantz. O que mostra a disposição de arcar com algum custo para preservar a memória do município. Este percentual sobe para 70% quando são analisadas apenas as pessoas que declararam haver trabalhado ou ter alguém na família que trabalhou na Rheingantz. O valor econômico estimado do complexo da Rheingantz alcançou um alto valor pelo seu patrimônio, superior aos 5 milhões na avaliação de doação espontânea e aos 10 milhões na análise de doação estimulada.

Tendo em vista o método aplicado, observou-se que, na média, as pessoas do município veem a Rheingantz como parte da sua história. Seja pela transmissão de geração em geração ou por ter tido algum familiar que trabalhou na fábrica. Fato que corrobora o entendimento de que patrimônio cultural, abordado no estudo, transcende ao prédio construído, habitando na memória coletiva da sociedade.

Os jovens são os que apresentaram maior disposição a pagar pela preservação da Rheingantz, embora com um valor menor do que o oferecido pelos idosos com 60 anos ou mais. Os homens, por sua vez, mostraram-se mais dispostos que as mulheres, inclusive no que diz respeito aos valores, solteiros mais que casados, entretanto, com valores menores. Os graduandos são os que mais estão dispostos a desembolsar alguma quantia pela preservação. Enquanto que os graduados são os que menos aceitam participar do fundesphic-Rheingantz. Indivíduos com renda familiar entre 6 e 9 salários mínimos são os mais propensos a pagar, já os que recebem 10 ou mais, são os que colaboram menos com o fundo.

Na avaliação por bairros, a região 3, formada pelos bairros Santa Teresa e Getúlio Vargas e a região 10, composta pelo Balneário Cassino apresentaram uma baixa

adesão ao potencial fundo, 36% e 50%, respectivamente. Justificáveis pelo expressivo percentual de indivíduos com renda inferior a 3 salários mínimos e com baixo tempo de estudo na região 3. Foi nesta região que os jovens apresentaram a menor disposição a pagar, somente 20%. Na região 10, a justificativa está, em parte, no alto número de residentes não rio-grandinos. O que deve servir de alerta para as autoridades que cuidam do patrimônio cultural, que precisam integrar rapidamente a imagem da Rheingantz ao cotidiano do município devido ao grande número de pessoas que estão migrando para a cidade, em função do próspero ciclo econômico que Rio Grande vive.

Por outro lado, os bairros Lar Gaúcho, Navegantes e Parque Coelho (região 2) com 75% de adesão e o Parque Marinha com 74%, foram os mais receptivos ao fundo, com valores médios mensais maiores que a média geral de R\$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos). Na região 2, o valor médio foi de R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) e na região 10 de R\$ 6,23 (seis reais e vinte e três centavos).

Quando a análise é exclusiva aos indivíduos que declararam haver trabalhado ou ter alguém na família que fez parte do quadro de funcionários da Rheingantz, observamos na região 3, um apoio de 100% ao fundo e um valor médio mensal de R\$ 10,00 (dez reais) e, na região 6, 88% de adesão, com valor médio de R\$ 6,55 (seis reais e cinquenta e cinco centavos).

A apreciação econométrica dos dados relacionou a disposição a pagar, que foi considerada a variável explicada, com as variáveis explicativas, o nível de renda e anos de estudo. Os resultados mostraram que estas variáveis explicam, praticamente, 40% da disposição das pessoas a pagar pela preservação, conservação e/ou manutenção da fábrica Rheingantz, com nível de significância superior a 95%.

A contribuição que a ciência econômica buscou dar ao patrimônio cultural do município do Rio Grande através deste estudo, constitui-se em uma ferramenta de discussão e de defesa deste patrimônio. Considerando o momento que o país vive, de uma economia que transita como emergente no cenário mundial e almeja o primeiro mundo em duas décadas, precisa-se manter viva a luta pela preservação de seu valioso passado presente na memória da sociedade.

Enfim, como afirma Silva (2009), talvez o maior desafio da contemporaneidade seja a superação da indiferença, uma vez que “a apologia ao não esquecimento se tornou a fuga para uma sociedade que esqueceu a si própria por não saber o que é importante lembrar”.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Luciane M. e BASTOS, Michele de S. **A Experiência da Cidade de Pelotas no Processo de Preservação Patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, V.1, n.2, p.96-118, maio/out. 2006.

ALTMeyer, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. **Cidade do Rio Grande, 270 anos, a mais antiga do estado**. Caderno de história Memorial do Rio Grande do Sul, num. 33. 2009.

ANDRADE, Luciana T. Espaços Semipúblicos como Patrimônios Imateriais. 2009. Em: www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br acessado em 08 de abril de 2011.

ARÉVALO. Javier Marcos. **La tradición, el Patrimonio y la identidad**. In: [HTTP://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf](http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf)

ARROW, K., R. SOLOW, P. PORTNEY, E.E. LEAMER, R. RADNER and H. SCHUMAN. “**Report of The NOAA Panel on Contingent Valuation**”. Unpublished, National Oceanic and Atmospheric Administration. 1993.

AZEVEDO, Esterzilda B. Patrimônio Industrial no Brasil. USJT – arq. Urb – número 3/ primeiro semestre de 2010.

AZQUETA, D. O. **Valoración Económica de la Calidad Ambiental**. McGRAW-HILL, Madrid, 1994.

AZQUETA, D. O y FERREIRO, A. **Análisis Económico y Gestión de Recursos Naturales**. Alianza Editorial, Madrid, 1994.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: ROSENDHAL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. Paisagem, Tempo e Cultura. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124p. Cap. 4, p. 84-91.

BOLETIM DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL – diversas edições.

CARSON, R. T. “**Contingent valuation Surveys and Tests of Insensitivity to Scope**”. In: Raymond J. Kopp et. al., (eds.) Determining The Value of Non-Marketed Goods: Economic, Psychological, and Policy Relevant Aspects of Contingent Valuation Methods. Boston: Kluwer Academic Press.

CARSON, R.T., N.E. FLORES, and R.C. MITCHELL, “**The Theory and Measurement of Passive Use Value**” in I. Bateman and K. Willis, eds., *Valuing Enviromental Preferencs: Theory and Practice of the Contingent ValuationMethod in the US, EC and Developing Countries*. New York: Oxford University Press, 1997.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade, Editora UNESP, 2001.

COPSTEIN, Raphael. **O Trabalho estrangeiro no município do Rio grande**. Boletim gaúcho de Geografia, nº4. Porto Alegre, 1975.

_____. **Evolução Urbana do Rio Grande**. Porto Alegre, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n.122, p.43-68, 1982.

CROPPER, Maureen, and Wallace OATES. "Environmental Economics: A Survey." *Journal of Economic Literature*, June 1992.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio grande do Sul**. 4ª Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão-Ed. PUC-RS, 1990.

FALCÃO, J. A. **Política Cultural e Democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional**. In: MICELI, S. Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984. P.28.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 2 ed. 1986. 1838p.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória**. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, v. II, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MINC-IPHAN, 2005, 295p.

FUNARI, P.P.A. e PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **O Patrimônio como Categoria do Pensamento**. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONZÁLEZ VARAS, I. **Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas**. Madrid, Cátedra, 2000.

HANEMANN, W. M. **Economia e preservação da Biodiversidade**. In: WILSON, E.O. (Org.) Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em [HTTP://www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) Acesso em 05 de abril de 2011.

JORNAL AGORA – RIO GRANDE – Várias edições.

JORNAL CORREIO DO POVO – Várias edições.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KOCHE. **Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KRUTILLA, John V. **Conservação Reconsiderada**. American Economic Review. 57:777-786.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão (et. al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LOCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil. São Paulo: Itatiaia, 1975. P. 122

LOWENTHAL, David. **Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism**. International Journal of Cultural Property, (12): 393-423, 2005.

LOWENTHAL, David. **The Heritage crusade and the Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LUZ, Nícia V. **A Luta Pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, Volume 3, 1978.

MAGALHÃES, Aloisio. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Brasília: FNpM, 1985.

MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; **Valoração de Recursos Ambientais: metodologias e recomendações**. Texto para discussão. Campinas, março 2004. Disponível em: [HTTP://www.eco.unicamp.br/publicações/textos](http://www.eco.unicamp.br/publicações/textos). Acesso em 05 de julho de 2010.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia**. São Paulo: Thomson, 3ª Ed, 2008.

MARQUES, J. F.; COMUNE, A .E. **A teoria neoclássica e a valoração ambiental**. In: ROMEIRO, A. R. et al. Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP, 1996

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, revisão de Carlos Roberto F. Nogueira, São Paulo, Martins Fontes, 1ª edição, 1977.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Solismar F. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade**. 1ª ed. Rio Grande: FURG, 2007. v. 1. 245 p.

MATHIEU, C. M. **Métodos de Valoração Contingente Aplicados ao Patrimônio Histórico**. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2000.

MATOS, Orlando C. **Econometria Básica: Teoria e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1995.

MATTOS, Katty M.C. & MATTOS, Arthur. **Valoração Econômica do Meio Ambiente: Uma abordagem teórica e prática**. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2004.

MAY, Peter H. et al. **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MITCHELL, R. C. & CARSON, R. T. **Using surveys to value public goods: the contingent valuation method**, Washington, Resources for the future, 1989.

MORENO, F. “**La dimensión económica del Patrimonio Histórico: Punto de partida para soluciones nuevas**” *Patrimonio Cultural y Derecho*, pp. 213-230, 1997.

MOTTA, R. S. **As técnicas das análises de custo-benefício na avaliação ambiental**. In: TAUKE, S. M. (Org.) *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Brasília, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

_____. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 177.

MCCONNELL, K. **Existence and bequest value**. In: ROWE & CHESTNUT (org.) *Managing air quality and scenic resources at National Parks and Wilderness areas*, Boulder, Colorado. Westview Press, 1983.

NORRO, Julio Ariel Guigou. Dissertação de Mestrado. **A Vila Operária na República Velha: o caso da Rheingantz**. Porto Alegre, 1995.

NAVRUD, S. & STRAND, J. **The Preservation Value of Nidaros Cathedral**. In: NAVRUD, S. (ed.), *Pricing the European Environment*. Oxford University Press. Oxford, (1992).

NORTON, B. **Mercadoria, comodidade e moralidade: os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade**. In: WILSON, E. O. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 253-260

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Pioneira, 2001.

ORTIZ, R.A. **Valoração Econômica ambiental**. in MAY, P.& LUSTOSA, M.C. & VINHA, V. *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, pp 81-99.

PAGIOLA, S. “**Economic Analysis of Conservation of the Historic Center of Split, Croatia**”. Environmental Department, Case Study 2, Washington, D. C.: World Bank, 1998.

PAGIOLA, S. “**Economic Analysis of Investments in Cultural Heritage: Insights from Environmental Economics**”. Environmental Department, Washington, D.C.: World Bank, 1996.

PAULITSCH, Vivian S. **Rheingantz, uma vila operária em Rio. Grande**. Rio Grande, Editora da FURG, 2008. 202 pp.

PEARCE, D. W. **Economic Values and the Natural World**. London The MIT Press. 1993. 129p.

PEARCE, D. W. e MORAN, D. **O Valor Econômico da Biodiversidade**. Lisboa. Instituto PIAGET, 1994.

PEARCE, D. W., and R. K. TURNER. **Economía de los Recursos Naturales y del Medio Ambiente**. Celeste Ediciones, Madrid, 1995.

PEREIRA, J. M. D. e ARENDT, M. **O Desenvolvimento da Indústria Gaúcha no Séc. XX**. In: Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2002.

PESAVENTO, S. J.; FAGUNDES, L. K.; KUMMER, L.; STEPHANOV, M. **Memória da Indústria Gaúcha**. (1889-1930). Porto Alegre: UFRGS; FEE, 1987.

_____. **História da Indústria do Rio Grande do Sul**. 1ªEd. 1985, Riocell.

POERNER, Arthur José. **Identidade Cultural na Era da Globalização: política federal de cultura no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 160p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, 1992.

POULOT, D. **Um Ecossistema do Patrimônio**. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs). *Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, PP. 26-43.

PRATS, Llorenç. **El Concepto de Patrimônio Cultural**. Política y Sociedad, (27): 63-76, 1998.

PYNDICK, Robert e RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 6ª ed, 2008.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A vila do Rio Grande de Sao Pedro**. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987.

RANDALL, Marjorie L.; CROPANZANO, Russell; BORMANN, Carol A.; BIRJULIN, Andrej. **Organizational politics and organizational support as predictors of work attitudes**, job 110 performance, and organizational citizenship behavior. *Journal of Organizational Behavior*, vol. 20, nº. 2, março 1999.

REGO, J. M. & MARQUES, R. M. (org.) **Economia Brasileira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIERA, P. **Rentabilidad Social de las Infraestructuras: Las Rondas de Barcelona**. Madrid, Civitas ,1993.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiania: Editora da UCG, 2006.

RIERA, P. **Manual de valoración Contingente**. Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1994.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Conceito de Patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988**. In: CLERTON MARTINS (org.) *Patrimônio Cultural: a memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

ROMEIRO, A.; MAIA, A. G. **Valorando o conforto ambiental: atitudes e comportamento na disposição a pagar**. *Economia Aplicada: Brazilian Journal of Applied Economics*, v. 7, n. 4, p. 819-844, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Maria Helena M. B. **Programa Monumenta: a relação dos centros históricos com os fluxos de capital internacional e o turismo**. In: *Seminário Centros Históricos-Centralidades Urbanas*, 2010, Buenos Aires. Ponencias. Buenos Aires : CICOP Argentina, 2010. <http://www.cicopar.com.ar/ponencias.htm>

SCHMIDT, B. B. A diretora dos Espíritos de Classe: a “sociedade união operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL*, V.6, n10/11, 1999.

SILVA, Sônia M. M. **A Musealização do Presente: mídia, memória e esquecimento, questões para pensar a história hoje**. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis*, V. 1, n. 1, p. 123 – 135, jan./jun. 2009.

SINGER, P. **Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento**. In: FAUSTO, B. (Org) O Brasil Republicano, III. Economia e Cultura (1930 – 1964). São Paulo: Difel. 1984.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. Curitiba: Juruá, 2008.

SMITH, Adam. 1981 [1776]. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume II de “The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1979]

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Critérios de valoração econômica dos danos a bens culturais materiais**. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre: Magister, v. 27, p. 67-68, dez./jan. 2010.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus. 1979. Original em inglês de 1957.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Nova ed. São Paulo: Editora da UNICAMP / Hucitec. 2000.

TARGA, L. R. P. **O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul**. Ensaios da FEE, Porto Alegre, V.2. n.9., 1988, p. 147-158.

TORRES, Luiz Henrique. **Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho**. Salisgraf, 2001.

TORRES, Luiz Henrique. **Carlos Santos: trajetória biográfica**. Porto Alegre: CORAG, 2004. 220p.

UNESCO: **Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial**. Paris. (2003).

VASCONCELLOS, M. S. **Fundamentos de Economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WORLD BANK & ROYAUME DU MAROC. **“Rehabilitation of the Fez Medina “**. Proyect Summary Document. Washington, D. C.. World Bank, 1998.